

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Guilherme Santos Mello

Indústria, trabalho e valor na “era do pós”: uma abordagem
marxista.

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Guilherme Santos Mello

Indústria, trabalho e valor na “era do pós”: uma abordagem
marxista.

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

Dissertação apresentada à banca examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes.

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA

Resumo: O objetivo deste trabalho é reconstruir, sob um ponto de vista marxista, o debate acerca da centralidade do trabalho como fonte de criação do valor no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o qual denominamos “superindústria”. Ao reconstruir alguns dos principais conceitos marxistas, busca-se desmistificar o debate em torno da por alguns atualmente aclamada teoria da “pós-grande indústria” capitalista, entendendo esta como fruto derivado de uma alteração na forma de organização do trabalho (o “pós-fordismo”), pretensamente nos levando a um momento de nulidade da teoria do valor marxista (“pós-marxista”). Ao desqualificar tais conceitos e pretensões, procura-se retomar a análise da dinâmica social com base na teoria do valor, somando-se alguns novos conceitos que a ela se coadunam e que creditamos como mais adequados para estudar as alterações observadas na indústria e no trabalho nos dias atuais.

Palavras-chave: Grande indústria, Pós-grande Indústria, trabalho imaterial, desindustrialização, Marx

Abstract: The goal of this work is to rebuilt, under a Marxist point of view, the debate about the centrality of work as a source of creation of value in the current stage of capitalist development of productive forces, which we call "superindustry." In rebuilding some of the key Marxist concepts, we attempt to demystify the debate on the currently hailed by some theory of "post-great industry" in capitalist, considering this as fruit derived from a change in the organization of work (the "post - Fordism "), allegedly taking us to a moment of invalidity of the Marxist theory of value ("post-Marxist"). In disqualifying such concepts and claims, we seek to resume the analysis of social dynamics based on the theory of value, adding some new concepts that fit into it and that we credited as being more suitable for studying the changes observed in the industry and work today.

Key-word: Great Industry, Post-great Industry, imaterial labor, deindustrializacion, Marx

Agradecimentos

Dedico este pequeno trabalho as pessoas que mais me apoiaram em todos os momentos que delas necessitei: Regina e Mario, meus queridos pais, obrigado pelo amor, carinho e apoio. Também não posso esquecer-me da mais dedicada e amorosa avó que já conheci: Norma, minha segunda mãe. Obrigado a vocês por me trazerem até aqui, aturarem meu humor instável e torcerem por mim todo este tempo. Amo vocês.

Agradeço também, em um segundo momento, aos meus professores e colegas que compartilharam esta pequena jornada comigo, em especial meu orientador, Antonio Carlos de Moraes. Agradeço aos membros da minha banca de qualificação, as professoras Rosa Maria Marques e Maria Angélica Borges, pelo auxílio tanto como minhas professoras, quanto no momento da qualificação, enriquecendo meu trabalho. Agradeço ao querido e saudoso prof. Mário José Lima, meu orientador na graduação da PUC/SP e uma referência pessoal como professor. Agradeço aos professores Carlos Eduardo de Carvalho e ao meu primo e mentor Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo pelo apoio e confiança em mim empregados para que eu prossiga meu caminho acadêmico no programa de doutorado. Agradeço a CAPES e a PUC/SP pelo apoio concedido, que permitiu realizar este trabalho com um pouco mais de tranquilidade, o que certamente garantiu um resultado mais satisfatório do que se os grilhões do capital não tivessem me libertado, ao menos momentaneamente.

Agradeço por fim a meus amigos queridos, que se em nada me ajudaram na realização direta do trabalho, me ajudam sempre em minha realização como ser - humano. Graças a Deus encontrei uma segunda família, com quem posso partilhar as alegrias e angustias dessa vida.

Obrigado a todos! Saravá!

Sumário

Indústria, trabalho e valor na “era do pós”: uma abordagem marxista.....	8
Introdução.....	9
CAPÍTULO 1- TRABALHO E A CRIAÇÃO DE VALOR EM MARX.....	15
1.1 - O trabalho como ontologia do homem.....	15
1.1.2 - Elementos componentes do processo de trabalho.....	18
1.2 - O trabalho no capitalismo.	20
1.2.1 - Trabalho como abstração real.	21
1.2.2 - Trabalho abstrato: criador e medida do valor	24
1.2.3 - O trabalhador coletivo.....	28
1.3 - O trabalho produtivo e o trabalho coletivo.	30
CAPÍTULO 2 – MANUFATURA, GRANDE INDÚSTRIA E O PROCESSO DE TRABALHO	40
2.1 – Manufatura e processo de trabalho.....	41
2.2 - A grande indústria e o taylorismo/fordismo.	44
2.3 - A grande indústria e o ohnoísmo.	49
CAPÍTULO 3 – A ERA DO PÓS: NOVOS CONCEITOS E SUAS CRÍTICAS.	56
3.1 – Teoria da pós- grande indústria.....	56
3.2– Neo-conceitos para uma era do pós.....	57
3.3 – Críticas a uma era do pós	64
CAPÍTULO 4– SUPERINDÚSTRIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO	78
Conclusão	85
Referências Bibliográficas:.....	88

Indústria, trabalho e valor na “era do pós”: uma abordagem marxista.

Guilherme Santos Mello¹

“Ilusão, Ilusão
Veja as coisas como elas são
A carroça
A dama
O louco
O trunfo
A mão
O enforcado
A dançarina
Numa cortina
O encarnado
A dançarina, o encantado
O encarnado numa cortina
O enforcado

Ilusão, Ilusão
Veja as coisas como elas são
O curinga
A noiva
O noivo
O sim
O não
O prateado
O cavaleiro
No seu espelho
Desfigurado
O cavaleiro, o prateado
Do outro lado do seu espelho
Desfigurado

Ilusão, Ilusão
Veja as coisas como elas são
A fortuna
A roda
O raio
A imensidão
O estrelado
O obscuro
O seu futuro
Embaralhado”

Chico Buarque de Hollanda, “As cartas”

¹ Mestrando o Programa de Pós-Graduação de Economia Política da PUC-SP

Introdução

No ano de 1989, em artigo intitulado “A ‘pós-grande indústria’ nos *Grundrisse* (e para além deles)”, Ruy Fausto nos apresenta pela primeira vez um estudo totalmente baseado na leitura de Marx – em especial, como fica claro, nos *Grundrisse* – que define de maneira pormenorizada o conceito de pós-grande indústria capitalista². Esta seria uma “*terceira forma [do modo de produção capitalista], cuja predominância definiria um novo período na sucessão das formas do sistema, sucedendo a manufatura e a grande indústria*” (FAUSTO, 1989 p. 48), ou seja, uma fase posterior à grande indústria, separada dela por profundas alterações qualitativas que são expostas ao longo de seu texto. A utilização da preposição “pós” para denominar uma nova fase de algum processo, seja ele mental ou material, não é exclusividade de Fausto e é desta forma descrita por Hobsbawn (1995):

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição “após”, geralmente usada na forma latinizada “pós” ou “post” como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa (HOBSBAWN, p. 282-3)

Mais que um mero modismo gramatical, o que as palavras de Hobsbawn nos revelam é que no último quartel do século passado e, em especial, no início do século corrente, a humanidade atravessa um momento extremamente rico em novas significações e articulações materiais, onde os antigos conceitos ou perderam parte de sua força explicativa de antes, ou precisaram passar por algum tipo de “atualização”³ para não sucumbir perante a estarrecedora força das mudanças sociais, que ocorrem em velocidade sem precedente na história humana. Dito isto, é importante ressaltar que alguns destes novos conceitos, como veremos ao longo

² Na realidade, como se fará claro ao longo do artigo e do próprio texto de Fausto, este conceito não é propriamente utilizado na obra de Marx, mas sim uma derivação lógica que o autor faz de passagens selecionadas dos *Grundrisse*.

³ Atualizar um conceito não necessariamente significa invalidá-lo ou redefini-lo, mas pede uma reflexão crítica acerca de sua adequação histórico-material do conceito com o tempo em que vivemos. Um exemplo clássico que podemos utilizar são as teorias monetárias que se fundaram – por terem sido neste tempo concebidas – na dinâmica do padrão ouro, que cai por terra ao longo do século XX (este é, por exemplo, o caso da teoria monetária marxista). Mesmo que algumas de suas conclusões e projeções sejam malfadadas pelas substanciais alterações advindas do novo padrão monetário/creditício baseado no dólar, o entendimento acerca do fenômeno monetário, sua evolução histórica, a importância e os papéis exercidos pela moeda ao longo do capitalismo ainda compõe o núcleo central da teoria marxiana, mantendo o fôlego explicativo da teoria.

deste trabalho, tem como objetivo apenas exacerbar mudanças que, apesar de profundas, não foram suficientes para alterar a dinâmica social do sistema capitalista de produção. Em outros casos, alguns dos “novos” conceitos não passam de anacronismos teóricos, revelando o caráter potencialmente reacionário das teorias desenvolvidas a seu redor. É a esse conjunto de novos conceitos, elaborados pelas mais diversas correntes e filiações marxistas, que denominaremos doravante de “**era do pós**”, uma tentativa de superação da teoria marxiana do valor a partir de uma perspectiva pós-moderna ou de uma leitura enviesada da obra de Marx.

Antes de avançarmos em direção aos novos conceitos pretensamente derivados da obra de Marx, cabe-nos lembrar os capítulos XI, XII, e XIII do Livro I *d'O Capital*, onde Marx (2006) concentra seus esforços em detalhar a evolução do processo de produção capitalista e seus rebatimentos no processo de trabalho, assim como as alterações nas tecnologias utilizadas até final do século XIX. Esta famosa tríade de capítulos tem perpassado os tempos como a análise⁴ definitiva de Marx sobre os rumos tomados e vislumbrados para o capitalismo no que tange ao processo de produção. Nela, o autor também analisa a relação conflituosa entre trabalho e capital, e como esta se transforma conforme a evolução das três formas desenhadas ao longo dos capítulos, quais sejam, a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria, respectivamente.

Um dos debates a respeito do processo de trabalho que se instala no campo marxista surge por conta, primeiramente, da difusão do taylorismo/fordismo ao longo de grande parte da cadeia produtiva de bens de consumo duráveis. Enquanto alguns autores, das mais diferentes filiações marxistas⁵, como Braverman (1987), Paulani (2001) e Teixeira (2003),

⁴ Embora muito possa ser dito a respeito da metodologia utilizada por Marx em sua análise – o conhecido método da dialética materialista –, não sendo este o enfoque central deste trabalho, apenas faço alusão a uma passagem que considero reveladora sobre o método de Marx presente na obra de Bensaïd. Assim afirma: “Enquanto a sociologia positiva pretende “tratar os fatos sociais como coisas”, Marx os trata sempre como relações [dicotômicas e dialéticas]. Não define de uma vez por toas seu objeto por critérios ou atributos. Antes segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não “define” uma classe. Antes apreende relações de conflitos entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe. Antes visa a relação de classe em sua dinâmica conflitual. Uma classe isolada não é um objeto teórico, mas um não-senso”. (Bensaïd, 1999, p. 163)

⁵ Logo de início é fundamental ressaltar estas diferenças nas abordagens e trajetória teóricas dos autores em questão. Enquanto alguns fazem uma leitura Lukackssiana da obra de Marx (como é o notório caso de Lessa e Paulani, esta última posteriormente com a leitura de Paulo Arantes), outros abordam os mesmo textos por um viés Althusseriano (que parece ser o caso, em alguns momentos, de Moraes Neto). Autores como Prado vem de uma formação mais próxima à microeconomia, para depois migrarem para a economia política marxista, enquanto Negri e Gorz, de forte formação e base teórica marxista, migram posteriormente para abordagens Habbermasianas e pós-modernas. Essas diferenças são o pano de fundo do debate que se desenvolve a seguir, marcando a maioria das polêmicas que se instalam, e por isso é importante realizar estas distinções logo na introdução do trabalho.

indicam ser esta nova forma de organização da produção a encarnação por excelência⁶ da grande indústria capitalista assim como descrita por Marx no capítulo XIII Volume I, outros autores não menos importantes, em especial Moraes Neto (2003), se esforçam em desqualificar o taylorismo/fordismo como uma evolução do capitalismo, destacando sua faceta atrasada e vinculada à antiga manufatura. Com a evolução tecnológica e dos métodos de gerência da produção, este debate se estende para a o ohnoísmo, assim como o suposto surgimento de uma nova forma de produção capitalista⁷, a pós-grande indústria. Dois aspectos centrais deste debate serão resgatados ao longo deste trabalho. O primeiro diz respeito ao papel da força de trabalho viva ao longo do processo produtivo e o que ficou conhecido como o esgarçamento das relações de produção derivado das revoluções tecnológicas, que supostamente levaria o capitalismo a uma fase de senilidade⁸. O segundo aspecto se relaciona com a natureza das alterações nas características do capital - entenda-se aqui não apenas a tecnologia e maquinaria aplicada à produção, ou seja, o elemento objetivo do valor, mas também as diferentes formas de organização (e exploração) do trabalho - que se coadunam com cada momento do capitalismo, buscando compreender o processo de constante revolucionamento da base técnica sob a qual se assenta o processo de valorização.

Importante ressaltar, de início, nosso entendimento sobre a relação entre estes dois aspectos do processo de produção e como eles potencializam as transformações nas formas de produção, ou seja, qual o nexos de causalidade entre as mudanças nos fatores objetivos e subjetivos do processo de produção e as alterações na forma de produção. Aqui, concordamos parcialmente com Cipolla quando afirma: “[...] Na verdade, são as necessidades de mudanças

⁶ Muito importante ressaltar, logo de início, que quando me refiro à encarnação *por excelência* da grande indústria, nos detemos na interpretação que esta – ou qualquer outra - forma de organização do trabalho se coaduna completamente à grande indústria capitalista assim como desenhada por Marx, encarnando-a em sua plenitude e de forma generalizada.

⁷ Que, conforme discutiremos, nada mais é do que o velho capitalismo, com uma nova roupagem e em uma fase mais avançada, mas que em nada altera seu objetivo, qual seja, a valorização do valor.

⁸ O conceito de “capitalismo senil” é proveniente da obra de Amin (2002), e é assim descrito por Moraes (2006): “Sua senilidade [do capitalismo] decorre, em primeiro lugar, das características da recente revolução tecnológica, que Mandel chama de “Terceira Revolução Industrial” em *O capitalismo tardio*. As revoluções anteriores tinham como propriedade uma exigência de investimentos significativos à montante da cadeia de produção. Enquanto poupavam trabalho necessário para produzir uma determinada quantidade de mercadorias, deslocava a força de trabalho da produção direta de mercadorias voltadas ao consumo para a produção de equipamentos, ou seja, de bens de produção. Do outro lado, a nova revolução tecnológica, fundada na informática e na genética, permite, simultaneamente, a redução simultânea do trabalho socialmente necessário na produção direta de mercadorias para consumo e na produção de equipamentos (AMIN, 2002, p.82). Podemos considerar com relação a este ponto levantado por Amin, uma aproximação muito grande à tese de Mandel sobre o capitalismo tardio, identificando um caráter explosivo na contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações de produção capitalistas.” (Moraes, 2006, p. 2-3)

no processo de valorização que requerem modificações no processo de trabalho” (CIPOLLA, 2003 p. 85). Adverte-se apenas que este movimento é dialético, iniciado como uma necessidade de valorização do capital, mas que tem seu *moto contínuo* retroalimentado pelas alterações no processo de trabalho, configurando-se assim como uma relação inter-causal. Afirmar que é a própria lógica do capital - em que reside a contradição primeira capital vs trabalho - que dá origem a uma nova forma de “valorização do valor”, gerando consigo novas modalidades de extração do excedente que surgem ao longo do processo produtivo, é retomar a base do materialismo histórico assim como formulado por Marx & Engels (1989) em *A ideologia alemã*.

Perante o desafio de compreendermos esta nova “era dos extremos” que se avilta aos olhos, uma série de autores de diversas filiações marxistas lançou-se a empreitada de “renovar” ou “atualizar” o conceitual clássico da teoria marxista, fundado em especial na lei do valor - em sua faceta mais objetiva - e no conflito de classes, sob um prisma da dinâmica social. Dentre as correntes mais importantes que abordaremos neste artigo, podemos mencionar com maior relevo uma ramificação do autonomismo/obreirismo italiano, representado em especial por Antonio Negri, assim como seu difusor na França, André Gorz. Apesar de possuírem algumas diferenças conceituais – dentre as quais algumas que creditamos de grande relevância e que tentarei expor ao longo do artigo –, que nos levam a conclusões também diferenciadas acerca dos fenômenos estudados, podemos, sem maiores embaraços, agrupar estes dois pensadores dentro de uma mesma forma de enxergar algumas das transformações abordadas. No Brasil, este debate parece ramificar em duas grandes correntes: a primeira, formada em especial por autores como Paulani (2001) e Prado (2005), seguidores do conceito de “pós-grande indústria” de Fausto, busca localizar este conceito historicamente no que ficou conhecido como “pós-fordismo”⁹, ou regime de acumulação flexível. As conseqüências desta adequação nos parecem problemáticas e a utilização do conceito “pós-fordismo”, advindo da segunda fase da escola regulacionista de Paris, não indica, sob o ponto de vista do valor, nada mais do que uma alteração do trabalho concreto

⁹ Apesar de esta corrente possuir uma aparente visão crítica acerca dos conceitos de “pós-fordismo” ou “toyotismo”, eles os usam sem maiores embaraços para localizar temporalmente a dita “pós-grande indústria”. Isto ocorre em grande parte devido a uma característica da “era do pós” no Brasil, que se por um lado crítica e desconstrói os conceitos subjetivistas derivados das análises da Escola regulação e dos obreiristas, por outro lado retoma sua base analítica ao tentar adequar o conceito de “pós-grande indústria” discutido por Fausto nos dias atuais, gerando assim uma confusão que dificulta sua classificação. Mesmo ao reconstruir o conceito de pós-grande indústria, a vinculação do pensamento destes autores com a obra de Marx é muito maior que o que podemos encontrar em autores como Gorz e Negri, conforme veremos ao longo do artigo.

diretamente aplicado à produção, sua organização e seus rebatimentos imediatos. A segunda corrente busca tanto se contrapor à existência seja de um pós-fordismo regulacionista – como é claramente o caso de Moraes Neto (2003), Sicsu (2004) e Marques (1988) – quanto ao surgimento real da “pós-grande indústria” de Fausto em nossos dias, que é o caso de Lessa (2005) e Antunes (2003).

O que se busca neste trabalho é realizar uma discussão crítica, referindo-se sempre que possível ao instrumental analítico marxiano, de alguns dos velhos e dos novos conceitos elaborados em vistas a compreender o atual momento que atravessa o capitalismo, no que tange a questão do trabalho e da indústria. Isso quer dizer, em outras palavras, discutir o papel do trabalho na atual forma industrial sob a qual se traveste hoje o capitalismo. Para isso, será necessário retomar alguns conceitos fundamentais elaborados por Marx, destrinchar algumas de suas significações e compreender como os novos conceitos pretensamente elaborados sob a égide da teoria marxiana se articulam com o coração teórico-metodológico desta. Ou seja, não apenas avaliar a validade dos conceitos quando confrontados com dados da realidade, mas também avaliar sua adequação ao corpo teórico que conhecemos como “marxismo”.

Duas questões ficam subjacentes a este debate, quais sejam: qual o papel, tanto do trabalho quanto do valor – ou, para ser mais rigoroso, da própria teoria do valor e das classes sociais – neste novo cenário? Haveria o que ficou conhecido na literatura algo similar a “perda da centralidade do trabalho”, ou “supremacia do imaterial”, em nossa sociedade capitalista atual? Para responder tais questões, este trabalho está dividido da seguinte forma: Após esta breve introdução, segue-se o primeiro capítulo, que busca retomar alguns conceitos fundamentais de Marx a respeito do trabalho como produtor de mercadorias e valor, assim como algum de seus rebatimentos na formação da estrutura de classes na sociedade capitalista. Este capítulo procura balizar a posterior discussão acerca da teoria marxista, reafirmando e definindo com maior rigor seus alguns de seus conceitos centrais. Após este capítulo inicial, o segundo capítulo será dedicado ao debate acerca das formas de organização científica do trabalho (taylorismo, fordismo e ohnoísmo) e sua articulação com as formas de organização industrial, assim como descritas por Marx (cooperação simples, manufatura e grande indústria). Aqui, já será possível verificar-se algumas tentativas de “renovação” da teoria marxiana e a introdução de “novos conceitos”, alguns dos quais inadequados sob nosso ponto de vista, para descrever a evolução da sociedade capitalista. A crítica destes “novos

conceitos” e a busca de adequação das novidades histórico-material com os conceitos desenvolvidos por Marx serão a tônica deste capítulo. No terceiro capítulo, avançaremos finalmente sobre uma série de “novos conceitos” formulados por autores historicamente vinculados ao Marxismo, que pretendem renová-lo sob um ponto de vista pós-moderno¹⁰. Idéias como “pós-grande indústria”, “fim da centralidade do trabalho”, “supremacia do imaterial”, etc. serão discutidas sob um olhar crítico marxiano, assim como se realizará um debate acerca da validade destas como formas de explicar a realidade em que vivemos. O capítulo quatro busca, fundamentalmente, discorrer acerca de algumas alternativas teóricas por nós vislumbradas para proceder a uma interpretação mais adequada dos conceitos marxistas hoje, assim como algumas conseqüências que vislumbramos das novas articulações materiais. Por fim, a conclusão sumariza o debate e aponta para algumas questões não exploradas neste trabalho.

¹⁰ Além da grande influência de filósofos pós-modernos como Deleuze e Derrida, cabe citar a enorme influência de Habermas e sua teoria da sociedade sob o paradigma da ação comunicativa e da esfera da intersubjetividade na formulação teórica destes autores. Para compreender melhor esta questão, ver Antunes (2003), capítulo VIII.

CAPÍTULO 1- TRABALHO E A CRIAÇÃO DE VALOR EM MARX

Ao longo d’*O Capital*, Marx aborda a questão do trabalho em inúmeros momentos, desde o surgimento do homem e o trabalho como condição ontológica necessária para tal, até o seu ulterior desenvolvimento nas diversas formações sociais, destacando sua centralidade no processo capitalista de reprodução do capital, assim como sua evolução até a forma mais bem acabada do trabalho sob a égide do capital: o *trabalho abstrato* e o *trabalhador coletivo*. O caminho traçado por Marx perpassa o livro I do Capital, especificamente os capítulos I, V (Processo de trabalho e o processo de produzir mais valia) e XIV (Mais valia absoluta e Mais valia relativa), tendo sérias implicações no desenvolvimento posterior de sua teoria, nos livros II e III. Neste caminho, Marx constrói – ou, em alguns casos, reconstrói metodologicamente – alguns conceitos teóricos e metateóricos de fundamental importância para compreender o processo de criação do valor a partir do trabalho humano. Ao localizar historicamente sua análise no processo de produção capitalista – o que faz explicitamente no capítulo XIV do livro I – Marx nos permite captar as particularidades assumidas pelo processo de trabalho neste momento histórico. O objetivo deste capítulo é exatamente reconstruir tais conceitos, buscando esclarecer certos pontos que foram alvos de controvérsia na teoria marxiana, assim como construir um aparato teórico-conceitual que permita, em um segundo momento, avaliar as teorias que se centram na proposição do “*fim da centralidade do trabalho*” ou do “*trabalho imaterial*” sob uma ótica crítica marxiana.

1.1 - O trabalho como ontologia do homem.

Logo nos primeiros parágrafos do capítulo V do Capital, Marx descreve o trabalho como a característica ontológica fundamental do ser humano. Esta descrição possui fundamental importância no desenvolvimento posterior de sua teoria, como argumentaremos adiante. Entretanto, neste momento, faz-se importante ressaltar como Marx caracteriza e diferencia o trabalho humano em relação a todos os outros tipos de “trabalhos” que encontramos no mundo natural. Assim afirma Marx ao caracterizar e definir o trabalho humano:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, em sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 1998, p.211)

Neste primeiro nível de abstração, o trabalho aparece como um intercâmbio entre o homem e a natureza, seja ela transformada ou não por trabalho humano pretérito¹¹. A teleologia do trabalho humano aparece como apenas e unicamente voltada para a transformação do mundo natural, em um intercâmbio direto entre homem e natureza. O objetivo da transformação da natureza também parece único: a criação de valores-de-uso, ou como nos diz Marx, de algo que seja uma “forma útil à vida humana”. Desta forma, o conteúdo a - histórico deste momento da obra de Marx se revela, estando ele tratando de um momento ideal, ontológico do ser humano. Esta percepção se reforça na passagem seguinte a esta transcrita, em que Marx afirma:

Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica [o homem] a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. **Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana.** Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas **o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.** No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 1998, p. 211-12)

Desta maneira Marx vai definindo aos poucos o trabalho humano, em contraposição a todos os outros tipos de trabalho que encontramos na natureza. A idéia de que o homem, ao trabalhar a natureza, não modifica apenas a natureza, mas a si mesmo, é fulcral para compreendermos por que o trabalho, para Marx, é fundante do homem em contraposição ao que chamou aqui de “homem primitivo”. Por isso, o trabalho humano é ontológico e teleológico, fundador e finalidade do ser humano em sua ação transformadora. Também é importante notar como Marx vai definindo esta teleologia do trabalho humano: em primeiro lugar, como salientado acima, o trabalho humano é produtor de valores-de-uso. Estes valores-de-uso são provenientes do trabalho aplicado pelo homem ao transformar a natureza, ou seja, é dado naturalmente no intercâmbio do homem com a natureza. Em segundo lugar, ele é um trabalho “imaginado”, “figurado” pelo trabalhador. Ou seja, a causalidade de sua ação não é

¹¹ Neste caso, a natureza pode aparecer em seu estado absolutamente original, ou como natureza transformada, que é o caso notório das matérias primas, onde já se encontra trabalho humano pretérito plasmado em sua confecção.

mais apenas dada, mas definida pelos atos humanos. Se quiser fazer uma cadeira, planejo em minha mente uma cadeira, penso em seu formato, *design*, número de pernas, tamanho, altura, largura, espessura, etc. Apenas após este processo de “criação imaginária” do objeto é que intervenho na natureza para construí-lo. Ou seja, o planejamento faz parte do trabalho humano, é sua característica diferencial, mas não suficiente. De nada basta planejar a cadeira e não realizar o intercâmbio necessário com a natureza para produzi-la. A primeira vista, esta pode parecer uma consideração banal, mas posteriormente em nossa discussão retomaremos este ponto com mais calma, analisando suas importantes implicações para a teoria marxiana.

O trabalho não aparece como única categoria ontológica do homem. Assim como processo de surgimento da vida orgânica não foi um processo de necessidade *vis a vis* a natureza inorgânica então existente, o surgimento do homem não foi também uma necessidade natural, mas se constituiu, outrossim, num processo de ruptura na regularidade natural. Desta forma é possível afirmar que, com o surgimento da vida orgânica, surge a reprodução biológica, e com o surgimento do homem surge o que podemos chamar de reprodução social. Lessa (2007, p.142) assim caracteriza este tipo de reprodução:

Ao contrário da reprodução biológica, a reprodução social é um processo fundado pelo trabalho, um tipo de atividade no qual o indivíduo humano primeiro elabora na consciência (como idéia, como ideação) para depois transformar a natureza naquilo que necessita. Tal interação com a natureza é sempre, como veremos, mediada pela consciência e pelas relações sociais; estas comparecem no mundo dos homens com funções que possibilitam um tipo de transformação da matéria natural completamente diferente daquela operada pelos animais e plantas [...] O trabalho é pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social seria possível. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.

O que fica claro é que o trabalho humano, para Marx, é característica fundamental para a própria existência humana. É a característica que o faz e que o mantém, assim como a que o transforma. Por ser social, ele pode se apresentar de variados modos, em diversas formas, sem deixar de ser condição fundante da humanidade. A afirmação de que uma nova forma de reprodução surge quando do surgimento do homem – a reprodução social – não é gratuita. Ela vem nos revelar que os mecanismos de funcionamento e transformação desta nova dinâmica não estão limitados aos mecanismos naturais, anteriores ao homem e independentes dele. Apesar de o homem transformar e manipular a natureza, ele é incapaz de

fazê-lo para além dos limites naturais que as próprias “leis” físicas, químicas ou biológicas nos impõe. Ou seja, mesmo que eu queira, não posso transformar um graveto de madeira em um telefone celular, ou em um copo d’água, simplesmente por que as características químicas e físicas desse pequeno graveto me impedem de transformá-lo nestas coisas. No entanto, estas mesmas limitações naturais não se aplicam no campo da reprodução social. Nada impede que transformemos uma maneira de organizar o trabalho e a produção, quiçá toda sociabilidade humana, em outra completamente diversa da primeira, até mesmo totalmente oposta a esta. Esta possibilidade quase ilimitada de transformações no que tange à reprodução social é a base para compreendermos o modo de produção capitalista, que em diversos momentos se apresenta de forma tão pouco “natural”, até mesmo “anti-natural”, a nossos atônitos olhos. Trataremos deste tema no item 1.2 deste capítulo, cabendo agora prosseguir na caracterização inicial de Marx acerca do trabalho humano, ainda em um nível a - histórico e, conseqüentemente, de elevada abstração.

1.1.2 - Elementos componentes do processo de trabalho.

Ao caracterizar o trabalho humano, Marx se detém na questão da transformação da natureza pelo homem. O processo de trabalho, no entanto, não é composto apenas da atividade “trabalho”, mas também do “objeto de trabalho” e dos “meios de trabalho”. Como já afirmado anteriormente, o objeto de trabalho, ou a matéria sobre a qual o trabalho se aplica, pode tanto provir diretamente da natureza – o caso mais notório, segundo Marx, seria a terra – ou pode também ser fruto de natureza transformada, onde já atuou trabalho pretérito – como no caso das matérias-primas. Já os meios de trabalho são os objetos que fazem a intermediação da ação do trabalho com o objeto de trabalho. É aquilo que se interpõem entre ambos, objetivando o trabalho humano. Assim Marx os define:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas [o objeto de trabalho], de acordo com o fim que têm em mira [...] O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 1998, p. 214)

Esta passagem de Marx pode ser considerada controversa, pelo excessivo peso que direciona as condições “técnicas” da produção em comparação as condições sociais que esta

se desenvolve. Inicialmente, pode parecer que Marx está apontando para um “evolucionismo técnico”, em que as articulações do que chamamos de reprodução social viriam a reboque destes determinantes. Nada poderia estar mais equivocado, já que aqui Marx não está se referindo ao processo de transformação das épocas econômicas, ou seja, não está se referindo ao processo pelo qual os determinantes técnicos, econômicos e sociais se imbricam para produzir alterações nas formações econômico/sociais. Está se referindo, isso sim, à possibilidade de identificarmos nas formações econômicas passadas as formas das articulações sociais então prevalecentes. Assim como podemos afirmar que um *Tiranossauro Rex* era carnívoro apenas pela forma e estrutura de sua arcada dentária, podemos depreender importantes conclusões acerca de um período histórico anterior usando como base o grau de desenvolvimento e a forma que se apresentavam os meios de trabalho daquele tempo específico. Isso deixa em aberto as causas das modificações sociais passadas ou futuras, podem ser elas tanto advindas das renovações técnicas descobertas, quanto das dinâmicas sociais em constante alteração.

Para resumir o processo de trabalho sob este nível de abstração, Marx assim descreve:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifesta em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma do ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido. (MARX, 1998, p.214)

E mais a frente:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre homem e natureza; **é condição eterna natural da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma desta vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.** (MARX, 1998, p.218, grifo adicionado)

Esta segunda passagem nos parece muito reveladora. Após descrever o processo de trabalho humano – em seus elementos mais “simples” e “abstratos”, como bem ressalta Marx, para assim reafirmar o elevado grau de abstração contido nesta análise -, Marx caracteriza exatamente este processo como uma “condição eterna natural da vida humana”, independente das formações sociais que esta pode vir a apresentar. Curiosamente, quando se tratou do surgimento do que se denominou “reprodução social”, salientou-se que esta nova modalidade de reprodução não respondia necessariamente aos limites impostos pelas modalidades

anteriores, como a “reprodução biológica”. Aqui, no entanto, Marx estabelece um limite “universal” e “eterno” para esta reprodução e, por que não, para a humanidade: o trabalho entendido materialmente, como “intercâmbio material entre homem e natureza”. Este limite impõe uma barreira que independe da forma em que se organiza a sociedade, e esta barreira não é injustificada. Por mais distante que o homem se posicione da manipulação da natureza, por mais que todas as atividades tradicionalmente humanas de trabalho tenham sido delegadas a máquinas ou mediadas por autômatos, ainda será do controle humano sobre tais mecanismos que dependerá a produção de toda a base de subsistência da humanidade, enquanto esta assim possa ser entendida. Por esse e outros motivos, falar em fim da “sociedade do trabalho” é um enorme equívoco, analisando-se por este prisma. No capítulo 3 retomaremos esta questão com mais vagar, sendo necessário por hora iniciar nossa análise do processo de trabalho, agora historicamente localizado no capitalismo. Este processo de aproximação gradual da realidade, reduzindo os níveis de abstração, nos permitirá por certo notar a “anti-naturalidade” do sistema capitalista, revelando-nos seus mecanismos de funcionamento.

1.2 - O trabalho no capitalismo.

Ainda no transcorrer do capítulo V, Marx avança sua análise buscando compreender o processo de trabalho sob a égide do modo de produção capitalista. Ao iniciar esta investigação específica, nos aponta duas particularidades que o trabalho – ou, em suas palavras, o “processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista” – assume quando sob o capitalismo. Assim descreve tais fenômenos:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. (MARX, 1998, p. 219)

Estas duas características, marcas indeléveis do capitalismo sobre o processo de trabalho, é que darão origem, posteriormente, a questões como a divisão social e científica do trabalho, assim como seu corolário, a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou “planejamento” e “execução”. Mas antes de abordarmos estas questões, precisamos compreender a mudança na natureza do trabalho operada pelo capitalismo, assim como a formação de novos conceitos analíticos, como o *trabalho abstrato* e o *trabalhador coletivo*.

1.2.1 - Trabalho como abstração real.

Ao abrir O Capital, Marx nos brinda com uma frase que marca sua obra como um todo. Assim afirma:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar desta riqueza (MARX, 1998, p. 57)

Mas o que seria uma mercadoria? Assim Marx a descreve, em sua dupla determinação:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção [objeto ou meio de trabalho]. Cada coisa útil, como ferro, papel, etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade.

A mercadoria, portanto, aparece primeiramente como um valor-de-uso. Mas não um valor de uso para o capitalista, ao contrário, um valor-de-uso para os outros¹². Não cabe aqui retomar todo o caminho traçado por Marx para demonstrar como o tempo de trabalho médio socialmente necessário é a medida do valor pelo qual as mercadorias se trocam, ou seja, o aspecto quantitativo que ele descreveu no trecho acima. O que se procurará demonstrar, isso sim, é a natureza da “substância” desse valor, que Marx denomina “trabalho abstrato”. É este trabalho, que Marx chama de “substância criadora do valor”, e sua determinação como conceito teórico que vem causando confusões mesmo entre autores marxistas, algumas das quais abordaremos criticamente em um momento posterior deste trabalho.

Vejamos, de início, como Marx define tal conceito:

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece também o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o **trabalho humano abstrato**. (MARX, 1998, p. 60)

¹² Com a ironia que lhe é peculiar, Marx assim nos explicita esta questão: “O produto, de propriedade capitalista, é um valor-de-uso: fios, calçados, etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e o nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas para serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca [...] Além de valores-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (MARX, 1998, p.220)

A partir desta construção de dualidade entre *valor-de-uso* e *valor*, e *trabalho concreto* e *trabalho abstrato* que Marx passa a construir um sistema teórico dual para explicar a realidade do capitalismo. Curiosamente ele inicia esta análise dual observando a mercadoria, para depois revelar a fonte da dualidade desta (a dualidade do próprio trabalho), conforme nos indica Neto (2002):

Marx construiu seu sistema teórico em torno de categorias econômicas duais: trabalho concreto e trabalho abstrato, valor de uso e valor, riqueza material (real) e riqueza abstrata (em valor), processo material de produção e processo de valorização, etc. As duplicidades das categorias são em geral fundamentais em todo *O Capital*, e isto é fácil de ser mostrado. A questão que nos ocupa pode então ser posta da seguinte maneira: por que enfatizar o duplo caráter do trabalho, e não o duplo caráter da mercadoria, que foi como esta dualidade apareceu pela primeira vez?

[...]Em resumo: é a afirmação do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias que permite passar de uma questão quase trivial (o duplo caráter da mercadoria [que já havia sido notado pela tradição da economia política clássica]) para um sistema teórico construído a partir da duplicidade geral das categorias econômicas. (NETO, 2002, p. 107)

Note-se, de antemão, que o trabalho humano abstrato não guarda qualquer relação que seja com os trabalhos concretos. Ele não se configura nem como uma redução nem em uma ampliação do conceito de trabalho concreto (ou trabalho útil, como Marx algumas vezes coloca), mas tem sua determinação dada em esfera absolutamente diversa, uma **esfera social**. Também cabe ressaltar a natureza historicamente determinada do conceito de trabalho abstrato: ele só aparece sob o modo capitalista de produção, e sua função última é gerar valor excedente. Ou seja, unindo-se a dupla característica do trabalho sob o capitalismo (que está sob o controle do capitalista, assim como resulta em mercadoria de posse do capitalista) as determinações do trabalho abstrato (geração de mais-valia) temos que o **trabalho humano abstrato é basicamente trabalho explorado pelo capital**, alienado do controle do trabalhador e fonte de novo valor a ser apropriado pelo capitalista.

A percepção da construção dual da teoria marxiana é fundamental para compreendermos as categorias econômicas sob o signo do capitalismo. Todas as considerações feitas até aqui, sobre o caráter ontológico e teleológico do trabalho, ponderavam o conceito de “trabalho” em um elevado nível de abstração, desprovido de momento histórico. Tal conceito de trabalho obviamente permanece sob o capitalismo - até por ser inerente ao ser humano, conforme tentamos demonstrar nos itens anteriores -, mas seu estudo e análise não são suficientes para compreendermos e analisarmos criticamente o capitalismo. É a isto que Marx se refere no início do capítulo XIV quando afirma que:

No capítulo V, estudamos o processo de trabalho em abstrato, independente de suas formas históricas, como um processo entre o homem e a natureza. Dissemos: “Observando-se todo processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho é trabalho produtivo.” Na nota 7, acrescentamos: “Essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, **não é de forma alguma adequada ao processo de produção capitalista.** (MARX , 1982, p. 583, grifo adicionado)

Esta ressalva de Marx a respeito da forma inadequada de se avaliar a produtividade do trabalho no capitalismo utilizando-se os conceitos que descreveu ao tratar do “processo de trabalho em abstrato, independente de suas formas históricas”, aplica-se não apenas a distinção entre *trabalho produtivo x trabalho improdutivo*, que abordaremos adiante, mas também a todas as categorias que são apresentadas de forma dual ao longo de sua obra. Ou seja, o processo de produção capitalista não pode ser analisado sob o ponto de vista do processo de trabalho concreto, “como um processo entre o homem e a natureza”; deve ser analisado como um processo de criação de novo valor através do **trabalho abstrato**. Mas esta abstração não pode ser fruto apenas de um exercício mental, de igualação artificial dos diferentes trabalhos, de redução destes a uma medida criada idealmente. Quanto menos tal abstração é fruto apenas e tão somente do processo de circulação, tendo sua existência dependente seja da troca, seja do dinheiro¹³. Devemos entender, isto sim, o trabalho abstrato como uma abstração concreta e cotidiana, “praticada diariamente no processo social de produção” (MARX *apud* NETO, 2002, p. 133) trabalho socialmente igualado no seio de uma economia mercantil. Assim define Neto (2002):

Este raciocínio deixa claro que o trabalho abstrato, se não é *apenas* trabalho fisiologicamente igual ou socialmente igualado, *inclui* estas determinações: é trabalho normalizado, socialmente igualado pelo mercado, a partir das características fisiológicas. Logo, o trabalho abstrato não faz um corte fisiológico, e menos ainda, obviamente, com o social; é **gasto de trabalho fisiológico homogeneizado socialmente de uma maneira específica** [capitalista]. *Seu modo de partida é o trabalho concreto*, que é o modo como todo trabalho, seja determinado socialmente ou não, tem de existir. (NETO, 2002, p.139)

Aí se encontra a característica distintiva do trabalho abstrato: ele é fruto específico de um tipo de relação social, em contraposição ao trabalho como “condição eterna” do homem analisado anteriormente. Ele é fonte de novo valor, assim como sua própria medida, e revelador da dinâmica assumida pelo modo de produção capitalista. É sobre este conceito de trabalho que temos que nos debruçar para compreender a sociedade capitalista mercantil, analisando sua validade nas condições de produção atuais.

¹³ Neto (2002) nos mostra como o valor é determinado no momento da produção, se realizando na circulação, mas tendo sua existência a ela pretérita, ou pressuposta.

1.2.2 - Trabalho abstrato: criador e medida do valor

Algumas questões de ordem metodológica surgem ao afirmarmos o trabalho humano abstrato como única fonte da criação de novo valor, além de medida deste. A extensão desta polêmica foge ao escopo deste trabalho, mas se faz necessário, antes de prosseguirmos, explicitar como Marx trata alguns aspectos desta questão.

Primeiramente, temos que ressaltar como Marx constrói a idéia de que o trabalho é a única fonte de “novo valor”, ou a “substância social” do valor. Para isso, é necessário considerarmos o conceito de *capital*, que é o conceito central que rege a obra de Marx. O capitalismo pode ser definido como o capital em processo. Quando afirmamos “capital em processo”, nos referimos, por um lado, ao contínuo processo de valorização que este busca, mas também às contínuas mudanças e transformações sofridas pelo mesmo ao longo deste processo. Exatamente por isso, afirmar que o capital é um processo é pensar que, apesar de capital ser capital, ele se transforma no curto, médio e longo prazo. Ele se metamorfoseia a cada troca, a cada estágio de sua valorização, a cada momento de sua nova acumulação, se relativizando e se reafirmando constantemente. Neto (2002) assim define este intrincado processo:

Marx define o *capital* como uma *substância social* – o *valor* – que encontra existência autônoma no *dinheiro* e se movimenta, mudando de forma, para se valorizar. O capital só pode ser entendido, portanto, como um *movimento*; e a idéia de que muda constantemente de forma é essencial para que seja compreendido [...] Mas o capital não é apenas *movimento*, mudança contínua de forma. Este movimento é um movimento autônomo: ele é uma *substância semovente* e um *sujeito automático*. É uma realidade social – formada pela reificação das relações sociais – que impõe uma marca a todo funcionamento da economia, que faz que seu objetivo seja a acumulação de riqueza na forma geral, abstrata, de dinheiro – de dinheiro como capital. (NETO, 2002, p.70)

Ao admitirmos que o capital é valor que se valoriza, nos cabe compreender qual a fonte desta valorização. Ou, em outras palavras, qual é a origem do novo valor. Marx, ao defender o trabalho humano abstrato como fonte deste novo valor, não o faz por preferir inadvertidamente este a outras potências valorativas. Ao contrário, a observação que faz Marx está, conforme já argumentado, fundada na dinâmica própria apresentada pelo capitalismo. A passagem que Marx faz entre a produção de valor e o trabalho humano abstrato é constituída de cinco passos, conforme afirma Neto (2002):

Em primeiro lugar, ele [Marx] afirmou que o valor de troca só pode ser manifestação de um conteúdo distinto dele (o que implica [...] que as trocas já atingiram alguma regularidade); em segundo, que este conteúdo, sendo algo homogêneo, não pode vir, de maneira nenhuma, do valor de uso, domínio da diversidade, negado na relação de troca [...]; em terceiro lugar que só

lhe resta vir do fato de serem mercadorias produto do trabalho; em quarto, que se abstraímos o valor de uso dos produtos do trabalho, fazemos desaparecer também o caráter útil dos trabalhos neles representados, e resta então apenas uma “objetividade fantasmagórica”, o trabalho abstrato (enfatizamos que, com esta afirmação, Marx esta implicitamente dizendo que *há algo comum aos diversos trabalhos que não é uma mera abstração de gênero; este algo comum tem existência real*, ainda que fantasmagórica!); o quinto passo é a conclusão do argumento: o valor é uma cristalização do trabalho abstrato, que se revela então como *substância social* comum aos valores (NETO, 2002, p. 12)

Esta passagem, conforme se pode observar, é resultado de um processo de observação criterioso da realidade e do processo de trocas existente no capitalismo mercantil. Não se trata, assim, de uma mera abstração ou “privilégio injustificado” a uma categoria específica, mas sim do resultado de uma apropriação da realidade capitalista desvelada de sua aparência, através de observação crítica. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar o âmbito em que é realizada esta análise, o que revela o processo que estamos tratando: Por estar historicamente localizada no capitalismo, estamos tratando aqui do *processo de produção de valor* ou *processo de valorização* da mercadoria, não necessariamente do *processo de produção de riqueza material*. Esta distinção, desenvolvida no item 1.2.1, é importante para deixar claro que o trabalho não é a única fonte criadora de valores-de-uso¹⁴, pois é isso que vai permitir que se compreenda como o aumento da força produtiva do trabalho aumenta o número de mercadorias por este produzido. Ou seja, sob a ótica da riqueza material, o trabalho não é a única fonte de produção. É isso que explica como uma menor quantidade de trabalho utilizada a uma produtividade mais elevada pode gerar uma maior quantidade de *riqueza material*, apesar de gerar uma menor quantidade *valor* por unidade de produto¹⁵.

Tendo compreendido como o *trabalho humano abstrato* é o único capaz de gerar novo valor, é necessário agora entender como ele exerce a função de medida das relações de troca, mesmo sendo empregado na fase produtiva. Pois ao mesmo tempo em que uma operação material se consubstancia na mercadoria, – ou seja, o trabalho humano concreto no ato de transformar o objeto de trabalho a partir da utilização dos meios de trabalho adequados – outra operação, de caráter social, se materializa socialmente na mercadoria. É desta segunda operação que vamos tratar, que ao mesmo tempo em que gera novo valor, também o faz em

¹⁴ Neste caso, o capital entendido como trabalho pretérito ou mesmo a terra atuam como produtores de valor-de-uso, conforme afirma Marx: “O trabalho não é por conseguinte a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz Willian Petty, o trabalho é o pai, mas a terra é a mãe” (Marx, 2006, p. 65)

¹⁵ “Não obstante, ao acréscimo da massa de riqueza material pode corresponder uma queda simultânea no seu valor. Esse movimento em sentidos opostos se origina do duplo caráter do trabalho. Produtividade é sempre produtividade em trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a certo fim, em dado espaço de tempo” (Marx, 2006, p. 68)

uma determinada medida que é dada socialmente e anteriormente ao momento da troca, que apesar de ser fundamental para a concretização dessa materialidade social, não o é para sua formação, que se realiza *ex-ante* como pressuposição.

O primeiro passo que temos que tomar para compreender o processo de medida do valor é reafirmar a abstração real presente no conceito de *trabalho humano abstrato*. Isto por que é absolutamente impossível comparar-se diferentes trabalhos humanos, se formos considerá-los em suas particularidades concretas. O trabalho do carpinteiro, do pedreiro, do cozinheiro ou de um professor, apesar de envolverem diretamente o consumo das forças físicas, mentais e psíquicas do homem, são de qualidades diversas, e por isso mesmo incomparáveis. Entretanto, com o avanço do processo de produção tipicamente capitalista, a generalização das trocas se dá de tal forma que todo o trabalho humano é direcionado à produção não apenas de produtos, mas de mercadorias, ou seja, valores-de-uso para o outro. A partir deste momento, toda produção capitalista já vislumbra, antes mesmo de sua produção, o valor que a mercadoria em questão obterá. Neste momento histórico, portanto, a quantificação do trabalho abstrato já é feita no momento mesmo da produção da mercadoria. Mas como isso ocorre?

A resposta de Marx parece, de início, bastante simples. Marx aponta para um processo social de equiparação entre os diferentes trabalhos, ou seja, uma redução a uma medida comum, o *trabalho simples médio* normalizado socialmente. Vejamos como Marx define tal conceito:

Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O *trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios da civilização, mas é dado numa determinada sociedade. (MARX, 2002, p.66)

Neste momento, surge uma dúvida que perpassou boa parte da história do marxismo com uma de suas principais polêmicas: como normalizar¹⁶ os diferentes trabalhos a *trabalho simples médio*? A resposta de Marx, mais uma vez, se reveste de grande simplicidade:

Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. A experiência demonstra que essa redução sucede constantemente. Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu valor a

¹⁶ Conceito usado por Neto (2002) e que significa uma redução do trabalho qualificado ao trabalho simples médio, ou a equalização dos tempos de trabalho abstrato, não do ponto de vista das horas físicas do trabalho, mas de seu valor expresso internacionalmente.

equipara ao produto do trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples (MARX, 2002, p. 66)

Essa resposta de Marx causou certa polêmica inclusive nos meios marxistas, que viam neste tipo de redução uma potencial tendência a negação a toda teoria da mais valia, que é fundamentada na diferença entre a criação de valor e o valor da força de trabalho. A crítica em questão é prontamente respondida por Rosdolsky nos seguintes termos:

Quem acusa Marx de fazer abstrações arbitrárias deveria, antes, observar o processo de produção capitalista, onde efetivamente o trabalho não existe para o homem, mas sim o homem para o trabalho, e onde na imensa maioria dos casos o que importa é o rendimento médio e o ritmo médio. Isso explica o conceito fundamental da teoria marxiana do valor, o conceito de “trabalho humano geral”. Agora compreendemos por que, segundo Marx, os valores das mercadorias são “funções sociais dos objetos e nada tem a ver com suas qualidades naturais, e por que, para poder medir esses valores pelo tempo de trabalho contidos nas mercadorias, é preciso remeter os diferentes trabalhos ao trabalho humano indiferenciado, equivalente, simples, no qual desaparecem a individualidade dos trabalhadores e o caráter concreto de suas atividades. Naturalmente, isso não significa que o trabalho que cria valor seja um mero fantasma; pelo contrário, ele se baseia na existência real e palpável da sociedade produtora (de mercadorias), existência que, por sua vez, se baseia na ‘verdade fisiológica’ não menos real de que todo trabalho humano é ‘gasto de cérebro, nervo, músculo, órgãos dos sentidos etc. humanos’. Mas o trabalho fisiológico ainda não é trabalho econômico. Este, ao contrário, pressupõe o processo social da equiparação de diversos trabalhos originalmente diferentes, processo que ocorre a revelia dos produtores (na própria produção, e portanto também no intercâmbio), e que a categoria do trabalho “abstratamente humano” apenas reflete. (ROSDOLSKY, 2001, p. 427)

Esta afirmação de Rosdolsky revela duas facetas muito interessantes da obra de Marx: a primeira, como já afirmada aqui, é o caráter social do trabalho abstrato, já presente na fase de produção, mas que se confirma no intercâmbio, completamente localizado na economia do tipo capitalista. A segunda e não menos importante faceta é o fato de que a definição de trabalho fisiológico é o ponto de partida para o trabalho abstrato, mas não sua representação completa, que se dá socialmente. Neto (2002), ao discutir que a questão da normalização dos trabalhos complexos em trabalhos simples, sintetiza da seguinte forma o argumento marxiano:

Podemos dividir o argumento de Marx neste parágrafo em 2 partes:

1. O trabalho complexo vale como trabalho superior ao simples porque é a exteriorização da força de trabalho na qual entram os custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho, e por isto tem valor mais elevado do que a força de trabalho simples.
2. Se o valor desta força de trabalho é superior, ela se objetiva, nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. (NETO, 2001, p.133)

Estas afirmações de Neto (2001) corroboram a leitura de Rosdolsky, assim como acrescentam um novo elemento ao debate, até aqui negligenciado: o fato da “força de trabalho

complexo”, por exigir maior tempo de produção, também obter um maior valor, neste caso, um salário maior. Isso, como fica claro, não impede a existência da mais valia, pois esta mesma força de trabalho agregaria um valor maior à mercadoria produzida, não sendo assim obstáculo algum à acumulação capitalista. Rosdolsky (2001) compartilha do argumento de Neto (2002), ao afirmar que

“...[no capitalismo] a relação entre tempo de aprendizagem de diferentes trabalhadores e o tempo de trabalho necessário para produzir diversos produtos deve assumir a forma de uma relação entre os valores das forças de trabalho e os valores das mercadorias que elas produzem. Neste sentido, Marx afirma em *O Capital*: O trabalho que é considerado, complexo, diante do trabalho social médio, é a manifestação de uma força de trabalho na qual entram custos de aprendizagem superiores, cuja produção custa mais trabalho e que, por isso, possui um valor mais elevado que a força de trabalho simples. Todavia, se o valor desta força é maior, isso também se manifesta em um trabalho superior e, conseqüentemente, em idênticos períodos, se materializa em valores proporcionalmente maiores” (ROSDOLSKY, p. 432)

A nosso ver, esta questão de normalização de trabalhos diversos é respondida satisfatoriamente em Marx. A questão não é se existem ou não trabalhos diversos, o que é uma obviedade, mas sim como nivelá-los para poderem ser comparados e assim representarem uma medida única de valor. Acreditamos que a resposta de Marx é suficiente para dar conta desta questão, reforçando o caráter social de abstração real presente no conceito de trabalho abstrato. Partiremos agora para uma breve discussão acerca das características assumidas pelo trabalho ao longo do capitalismo, e que permitiram uma expansão da acumulação sem precedentes. Seguindo o método inicialmente apontado, esta é mais uma tentativa de aproximação do objeto de estudo, localizando-o historicamente e desvendando suas particularidades.

1.2.3 - O trabalhador coletivo.

Com o avançar do sistema capitalista sobre as mais diversas áreas da sociabilidade, e com o solapamento das formas pretéritas de organização da produção, seja em seus meios ou seus fins propriamente ditos, a forma de organizar o trabalho, além de suas determinações, passam a se alterar concomitantemente. Se antes o trabalho produtivo realizava-se individualmente e/ou em pequenas unidades, o capitalismo, ao ‘libertar’ o trabalhador, deixando-o livre para vender sua força de trabalho¹⁷, reúne uma série de trabalhadores em um

¹⁷ Esta é a forma que Marx trata ironicamente da pretensa liberdade conquistada pelo trabalhador no capitalismo. Ao negar as formas de dominação anteriores, seja de cunho religioso, político ou com base na tradição, o capitalismo não teria simplesmente libertado o trabalhador, mas sim colocado-o sob o jugo de um novo senhor, o capital em processo de valorização. Diante deste senhor, só resta ao trabalhador vender sua força de trabalho, despojado que esta de todos os meios de produção.

mesmo local, fazendo-os cooperar na produção das mercadorias. Essa cooperação traz ao trabalho um novo potencial produtivo, conforme nos expõe Marx (2006):

Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. O poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um regimento de infantaria diferem essencialmente da soma das forças individuais de cada cavalariano ou de cada infante. Do mesmo modo, a soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados difere da força social que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando é mister levantar uma carga, fazer girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho coletivo combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva. (MARX, 2006, p. 379)

Esta passagem de Marx nos revela o surgimento de uma nova força produtiva, que neste caso é integralmente apoderada pelo capitalista. Em linguagem comum, pode se afirmar que o aumento da produtividade derivada da união conjugada de diversas forças de trabalho, agora trabalhando conjuntamente, é uma força exterior - e quantitativamente superior - aquela que se pode encontrar na simples soma das forças de trabalho ali unida. E é esta força exterior que é plenamente apropriada pelo capitalista, pois não diz respeito ao trabalho individual de nenhum de seus empregados, mas sim de uma melhora do processo como um todo. Recentes melhorias no processo de produção, tais como a ligação em rede dos trabalhadores, nada mais é do que um aumento do potencial coletivo da produção capitalista, já elevado a montantes nunca antes imaginado com as rigorosas formas de controle sobre o trabalho coletivo advindas dos métodos de gerência científica do trabalho, tema sob o qual nos debruçaremos no capítulo 2 e 3.

Retomando a argumentação, Marx descreve como se gera o efeito esperado para o sistema capitalista e para os trabalhadores do advento desta 'nova força produtiva'. Assim Marx apresenta os mecanismos de criação desta:

A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação a escala de produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre indivíduos e animá-los; ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. (MARX, 2006, p. 382)

Lessa (2007), após analisar vários trechos da obra de Marx, assim descreve o trabalho coletivo, resumindo parte do argumento de Marx:

[...] o “trabalhador coletivo” é uma expressão particular do modo pelo qual o capitalismo desenvolvido organiza a cooperação dos trabalhadores. Esta organização:

- a) Corresponde a um processo de alienação que transfere ao capital as potências produtivas do próprio trabalho;
- b) Corresponde ao estágio mais desenvolvido da divisão social do trabalho, o qual atende à necessidade de extração de mais valia; (LESSA, 2007, p. 163)

Podemos deduzir, de todas estas afirmações acima, que o trabalho coletivo adquiriu importância central no modo de produção capitalista por representar uma nova forma de exploração e extração de mais-valia, forma esta privilegiada por não ser abertamente visível. Por outro lado, ao unificar diferentes trabalhadores de diversas especialidades, o trabalho coletivo necessita de um poderoso instrumento de controle e coação na produção. Além disso, o trabalho coletivo possibilita a divisão entre planejamento e execução do trabalho, garantindo ao capitalista maior domínio do processo de trabalho como um todo. A maneira com que se relacionam os diversos trabalhadores dentro do “trabalhador coletivo” é o tema que trataremos a seguir.

1.3 - O trabalho produtivo e o trabalho coletivo.

Uma das questões mais controvertidas no debate Marxista e na economia política como um todo é o conceito de trabalho produtivo e improdutivo. Muitos autores¹⁸, antes de Marx, haviam vinculado a questão da produtividade do trabalho seja a forma com que este se realiza, seja ao resultado por ele gerado. Marx tem uma visão diferente acerca da questão da produtividade do trabalho no capitalismo; para o autor, trabalho produtivo é aquele trabalho que produz mais-valia, ou seja, produtor de valor e subsumido ao capital. Isto ocorre, em particular, após a prevalência do caráter cooperativo do trabalho e, portanto, da existência do trabalhador coletivo, que é um dos epicentros do processo capitalista de produção, como anteriormente argumentado. As exigências colocadas por ele no livro I, volume I para um trabalhador poder ser considerado produtivo, agora são colocadas da seguinte forma:

A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados. (MARX, 1982, p.584)

¹⁸ Adam Smith e Ricardo sendo os principais exemplos da economia política que representava essa idéia.

Poucas linhas à frente, Marx mostra como, se por um lado se amplia a sua conceituação como apresentado no trecho acima, a consubstanciação do capitalismo também restringe tal categoria. Assim afirma:

Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas produz para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem que produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim a auto-expansão do capital. (MARX, 1982, p.584)

Nesta passagem, Marx parece reforçar mais uma vez sua colocação de que, no capitalismo, a produção serve a acumulação, ou a idéia de que existe uma “produção pela produção”. Isto quer dizer que, independente das considerações acerca do valor de uso da mercadoria produzida, o objetivo do capitalista e, em última instância, do capital, é o de produzir a “auto-expansão do capital”. Só é produtivo, portanto, o trabalhador que serve a este objetivo.

Outro fato importante, já destacado anteriormente, mas que aqui deve ser reforçado, é que a produtividade do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalho produzir novo valor, independe por completo da mercadoria que este gera. Material ou imaterial, a mercadoria gerada deve passar pela validação social do processo de troca – ou, como Marx bem expressou, realizar o “salto mortal da mercadoria” – e desta forma servir a sua função primeira, qual seja, a de valorizar o capital. É da seguinte forma que Marx define a fortuna do trabalhador produtivo sobre o capitalismo, assim como reafirma sua determinação:

O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. (MARX, 1982, p. 584)

Esta afirmação de Marx nos leva a seguinte conclusão: o trabalho, entendido como categoria ontológica e universal do homem, é condição “eterna” da vida social. Já o trabalho abstrato, produtivo e subsumido ao capital, é uma formação claramente histórica, e vinculado umbilicalmente ao modo capitalista de produção. Mais que isso, podemos depreender conclusões muito interessantes destas passagens transcritas acima. A primeira é o fato de que, apesar de todo trabalhador coletivo ser produtivo, nem todo trabalhador coletivo realiza o intercambio material homem/natureza. Ou seja, existe um grupo de trabalhadores que fazem parte do trabalhador coletivo – e, portanto, são trabalhadores produtivos, que participam do

processo de criação de novo valor para o capital – mas que não participam diretamente do processo produtivo. Quando Marx afirma que “o conceito de trabalho produtivo não compreende **apenas** uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto de trabalho”, ele reafirma o que linhas atrás havia dito, ou seja, que “a conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, **continua válida para o trabalhador coletivo**, considerado em conjunto.”. O que isto quer dizer? Que, **em seu conjunto**, o trabalhador coletivo ainda está relacionado à natureza material da produção, mas agora não mais considerado individualmente. Em uma palavra, o trabalhador coletivo, em seu conjunto, continua produzindo mercadorias, mas não necessariamente o faz individualmente. Isso nos leva a um adendo a consideração acerca do trabalho coletivo: ele, além de produzir mais valia, produz mercadorias derivadas da natureza da produção material, considerado em seu conjunto.

Claramente, não é este o exemplo aludido por Marx quando fala sobre um caso de trabalhador produtivo fora da esfera material de produção: o mestre escola¹⁹. Neste caso, o mestre escola aparece como um trabalhador produtivo, por produzir mais valia para o capitalista que o contrata, mas não pode ser considerado parte do “trabalhador coletivo”, a não ser que seus ensinamentos levem, em última instância, a produção de uma mercadoria derivada da relação homem/natureza. Sobre esta dicotomia, nos adverte Lessa (2007):

Temos no interior do “trabalhador coletivo” diferentes práxis sociais, diferentes “subfunções”. O trabalhador coletivo, portanto, é tudo menos homogêneo; é composto pelo conjunto heterogêneo de práxis que, “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, isto é, da transformação da natureza (pois, como já vimos, o objeto de trabalho ou é natureza ou é natureza transformada, matéria-prima) “produz mais-valia”. O que o particulariza [o trabalho coletivo] não é o fato de ser produtor de mais-valia já que, como vimos, esta também é produzida na “fábrica de ensinar” (ou seja, fora do intercâmbio orgânico com a natureza), mas sim o fato de, “em seu todo” o trabalhador coletivo ter por função social o intercâmbio orgânico com a natureza. E isto, lembremos, apenas pode ocorrer em uma sociabilidade baseada no trabalho “controlado” e que, portanto, opõe “como inimigos” o trabalho manual e o trabalho intelectual. (LESSA, 2007, p. 155)

A partir deste momento, se introduz uma grande polêmica no campo marxiano. É ponto pacífico que todo trabalho que gere mais-valia e produza, direta ou indiretamente, uma mercadoria, deva ser considerado trabalho produtivo. Também nos parece claro que a primeira determinação, ou seja, a de que o trabalho deve gerar mais-valia para o capitalista,

¹⁹ “Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação” (MARX, 1982, p. 584)

também seja a mais central para o conceito marxista de trabalho produtivo. No entanto, a segunda consideração, acerca da produção de mercadorias, não parece ter sido bem resolvida em Marx. É isto que nos aponta Singer (1981) ao discutir a visão de Marx acerca desta segunda determinação entre trabalho produtivo e produção de mercadorias. A princípio, Marx parece negar por completo este vínculo, fortemente difundido pela doutrina fisiocrática e propagado, em grande medida, na obra de Smith (1996). Em um segundo momento, porém, após se digladiar com suas próprias idéias, Marx parece conceder à Smith um espaço em sua definição. Assim nos mostra Singer (1981):

No fim do volume ele [Marx], por assim dizer, adere à visão de Smith. Admitindo-se que “todo o mundo das mercadorias, toda a esfera da produção material – da produção da riqueza material –, acaba subordinado (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista... Pode-se então designar como característico do trabalho *produtivo*, isto é, do trabalhador que produz capital, que seu trabalho se realiza em *mercadorias*, em riqueza material. E assim teria o trabalho produtivo recebido uma segunda determinação lateral, diferente de sua característica decisiva, a qual é completamente indiferente e independente do *conteúdo do trabalho*”. O tom destas frases, principalmente o condicional do verbo “teria”, mostra bem como Marx se rende, quase que contra sua vontade, à intuição de Smith e acaba aceitando sua segunda noção de trabalho produtivo, que no início lhe tinha parecido uma aberração fisiocrática, com uma possível “segunda determinação lateral”, diferente da primeira que permanece contudo a principal e decisiva. (SINGER, 1981, p. 115)

Com essa concessão, cabe nos perguntar como ficaria então o trabalho do mestre escola, um serviço, que não se materializa em mercadoria – no limite, na mercadoria força de trabalho, uma mercadoria de caráter muito particular e que não se inclui na relação homem/natureza, mas na sociabilidade humana propriamente dita – mas que Marx claramente define como produtivo? Assim responde-nos Marx:

Também aqui há produção capitalista apenas em pequena medida e devido à natureza da coisa só pode se dar em algumas esferas. Por exemplo, em estabelecimentos de ensino os professores podem ser meros assalariados para o empresário do estabelecimento, como há numerosas fábricas de ensino desta espécie na Inglaterra. Embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* face os alunos, eles o são face o empresário... Todos os casos de produção capitalista nesta área de produção imaterial são tão insignificantes, em comparação com o conjunto da produção, que podem ser inteiramente negligenciados. (MARX *apud* SINGER, 1981, p.116)

Marx parece ter proposto negligenciarmos este tipo específico de produção por não acreditar que, ao menos em seu tempo, fosse possível submeter este tipo de trabalho, com a dificuldade existente de padronizar o objeto de trabalho em si (neste caso, o homem), ao julgo real do capital. A dificuldade de se apoderar das técnicas de produção imaterial seriam uma barreira a estes serviços servirem completamente ao modo plenamente capitalista de produção. Se isto era verdade nos tempos de Marx, hoje não mais assim pode ser considerado.

Toda esta celeuma decorre de Marx propor, na realidade, uma dupla determinação para o trabalho produtivo²⁰. A primeira, e muito mais explicitada por Marx, é o fato do trabalho produzir valor, neste caso, mais valia, seja ela relativa ou absoluta. Esta determinação diz respeito à *forma* que o trabalho produtivo assume sob o modo de produção capitalista. Entretanto para Marx não basta o trabalho estar subsumido ao capital e ser por ele explorado para ser considerado produtivo, ele também precisa atender necessidades humanas; ser, portanto, produtor de valores-de-uso. Esta seria a determinação “lateral” assumida pelo trabalho produtivo, que diz respeito ao seu *conteúdo*, sendo assim também mais geral. O exemplo mais claro que podemos ressaltar a este respeito é o do trabalho no setor comercial. Este, apesar de estar submetido às relações capitalistas, podendo e sendo explorado por esse, não é considerado produtivo por Marx, conforme podemos ver na seguinte citação:

O trabalho comercial não produz diretamente mais-valia. Mas, o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, portanto pelos seus custos de produção, portanto pelos seus custos de produção, enquanto a utilização desta força de trabalho como esforço, exteriorização de atividade e desgaste de maneira nenhuma é limitada, da mesma forma que no caso de qualquer outro assalariado, pelo valor da força de trabalho. Seu salário não guarda, portanto, qualquer relação necessária com a massa de lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. O que ele custa ao capitalista e o que ele lhe rende são magnitudes diferentes. Ele lhe rende não ao criar diretamente mais-valia, mas ao ajudar a reduzir os custos de realização da mais-valia, na medida em que ele executa trabalho em parte não pago (MARX *apud* SINGER, 1981, p.124)

Se o trabalho comercial não produz diretamente mais-valia, ele a produz para o seu empregador. É o que Marx aponta ao falar que “o que ele custa ao capitalista e o que ele lhe rende são magnitudes diferentes”. A diferença deste tipo de trabalhador provém do fato de que ele não produz diretamente novo-valor, ou seja, não acrescenta novo valor a mercadoria²¹, mas apenas ajuda no processo de transformação do capital. Ou seja, se do ponto de vista do capital ele é produtivo, gerando mais-valia para o capitalista comercial, em uma análise mais geral, sobre a condição de gerar produtos que satisfaçam a necessidade humana, ele assim não se demonstra. Este é o mesmo motivo que leva Marx a afirmar que o mestre-escola, embora não produza valor para o aluno, ou seja, para a sociedade como um todo, não acrescentando novo capital ao montante pré-existente, gera mais-valia para o dono do estabelecimento de

²⁰ “Assim, vimos que, para Marx e no capitalismo, o conceito de trabalho produtivo apresenta-se com duas caracterizações diferentes, correspondentes a duas dimensões que lhe são próprias; dois pólos constituintes da unidade dialética e contraditória em que se configura: o conteúdo material e a forma.” (CARCANHOLO, 2007, p.9)

²¹ “A lei geral é de que *todos os custos de circulação que provém apenas da mudança de forma da mercadoria, não acrescentam valor a esta*” (MARX *apud* SINGER, 1981, p. 125)

ensino (fabrica de ensinar) e, portanto, sob este ponto de vista, pode e deve ser considerado produtivo.

Por outro lado, ao definir o trabalho no transporte da mercadoria como produtivo, Marx o faz sob o argumento de que, apesar deste não multiplicar a massa de produtos, o processo de transporte é fundamental para a realização do valor-de-uso da mercadoria, pois sem o transporte, em grande medida, não haveria consumo. O que parece determinar a classificação de trabalho produtivo do transporte e improdutivo do comércio é o fato de o primeiro ajudar a satisfazer uma necessidade humana – o consumo do valor-de-uso – enquanto o segundo apenas serve ao capital para este mudar de forma, não satisfazendo nenhuma necessidade humana, mas sim do sistema. Portanto, como podemos ver, um *trabalho imaterial*, que não gera novos produtos materiais - como é o caso do transporte - pode ser considerado produtivo sob os dois critérios utilizados por Marx (o de o trabalho produzir mais-valia e atender necessidades humanas), enquanto outros o são apenas em um critério – como, por exemplo, o caso do comércio -, levando Marx a classificá-los em um momento (mestre-escola) como produtivos e em outro (comércio) como improdutivos.

Fica assim a pergunta: Existe algum critério definitivo adotado por Marx para definir o conceito de trabalho produtivo e improdutivo? Esta definição não tem nada de simples, pois ninguém há de negar a imprescindibilidade de serviços como o prestado pelo médico, pelo contador, pelo policial, etc. tanto para o bem estar do indivíduo, quanto para o da sociedade, apesar de todos estes serem inicialmente classificados por Marx como trabalhos improdutivos. A resposta a esta pergunta parece esbarrar em duas questões: a primeira, na forma lógica que foi escrito e apresentado *O Capital*. Partindo do abstrato para o concreto, e traçando o percurso do conteúdo à forma²², a obra de Marx deve ser entendida de trás para frente: nem apenas observando o processo de produção (investigado no livro I), nem apenas o processo de circulação (investigado no livro II), mas sob a ótica da totalidade do capital, somente possível de ser captada em sua plenitude no livro III, após o prelúdio tão necessário dos livros precedentes. É a esta questão que atenta Bensaïd ao afirmar que:

²²“No entanto, da mesma maneira que na dialética da mercadoria, na qual a forma vai predominando sobre o conteúdo cada vez mais na medida em que as relações mercantis se desenvolvem, aqui também predomina cada vez mais a *forma*, na proporção em que as relações salariais capitalistas vão avançando ou se estendendo. Assim, na nossa época, a extensão e o predomínio do capitalismo no nível mundial faz com que a determinação *forma* do conceito de trabalho produtivo predomine sobre o *conteúdo*.” (CARCANHOLO, 2007, p.9)

Pode-se incluir desde já no proletário [trabalhador produtivo] os assalariados da função pública que participam na reprodução – o trabalho improdutivo no livro II, do ponto de vista da circulação, tornando-se indiretamente produtivo no livro III, do ponto de vista do movimento global? Pode-se com efeito deduzir da lógica do *Capital* que os trabalhadores da esfera da circulação (transporte, comércio, crédito, publicidade), que trazem valor excedente ao seu empregador e são submetidos a condições de exploração comparáveis às que suportam os trabalhadores da produção, caem sob a mesma determinação de classe. (BENSAÏD, 1999, p. 159)

Aqui, Bensaïd unifica o que Marx, a princípio, separa. Ao dizer que tanto o trabalhador envolvido no comércio quanto o trabalhador envolvido no transporte participam da mesma classe, o proletário produtivo, Bensaïd se escora na lógica da obra de Marx para concluir pela ampliação do conceito de trabalhador produtivo, discutido diretamente em Marx muito mais nos livros I e II, além do volume I das Teorias da Mais-Valia. Ou seja, sob o ponto de vista mais geral do capital, aquela segunda “determinação lateral” anteposta por Marx e que nos vinha causando uma série de problemas de adequação, caí por terra, prevalecendo o conceito de produtividade especificamente capitalista, ou seja, o de o trabalho produzir mais-valia e fazer parte do trabalhador coletivo. Essa visão mais geral e ampla da obra de Marx também é compartilhada por Carcanholo (2007), ao afirmar:

Em conclusão, estamos convencidos de que, para que se alcance o significado mais concreto do conceito de trabalho produtivo, o ponto de vista adequado é o da totalidade e o da reprodução, ponto de vista esse que se opõe ao do ato individual e isolado. Aliás, aquele é o único ponto de vista que nos permite alcançar a essência do real. Isso significa que o que interessa, no capitalismo concreto, não é somente a produção de mais-valia, mas ela e a do resto do excedente-valor apropriado pelo capital. Com isso, o conceito de trabalho produtivo se amplia. Não interessa tampouco, para a determinação do trabalho produtivo, o destino do produto desse trabalho, se consumo produtivo, improdutivo ou suntuário. Dessa maneira, além do que é normalmente considerado produtivo, também consideramos como tal o trabalho de camponeses e artesãos, professores e profissionais da saúde e do serviço doméstico, além de outros que deveriam ser incluídos. (CARCANHOLO, 2007, p.15)

O que o autor aqui nos aponta é que, a partir de uma visão da totalidade da obra Marxista, a definição de *conteúdo* do conceito de trabalho produtivo – qual seja, a de ser produtor de valores de uso – perde força em detrimento da definição de tal conceito com base na *forma* – a forma capitalista, de extração, expropriação e exploração do trabalho alheio, ou seja, da geração de mais-valia. Com isso, diversas atividades que antes não eram por Marx consideradas produtivas (ao menos não nas passagens que encontramos nos livros I, II e nas Teorias da Mais-Valia) agora o são, como é o caso dos médicos e do serviço doméstico²³.

²³ Apesar disso, Carcanholo (2007) insiste na classificação de improdutivo dada ao trabalho comercial, no que difere de Bensaïd (1999). Em nossa opinião, a visão de Bensaïd guarda a vantagem de ser mais coerente, pois a inclusão do trabalhador comercial no trabalhador produtivo se dá sob a ótica de que este é claramente explorado

Outra questão relevante que deve ser levantada para responder a questão proposta – o que define o trabalho produtivo? – é uma consideração acerca do tempo histórico. Devemos recordar que no tempo que Marx escreveu *O Capital* o grau de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo não guardava nenhuma semelhança com o capitalismo que nos deparamos nos dias atuais. A generalização das relações capitalistas pela quase totalidade das relações sociais, o ulterior desenvolvimento das técnicas de produção, de controle do trabalho, o crescimento assombroso assumido pelo capital financeiro²⁴, as alterações no comércio internacional, nos modos de regulação do trabalho e do capital, o avanço tecnológico, entre diversos outros fatores, criam uma enorme distância entre o capitalismo que Marx via surgir e se instaurar em definitivo no século XIX para o que observamos hoje. Esta interpenetração do capital em vários setores até então não capitalistas, também, através de uma relação dialética, alteraram as classificações que poderíamos fazer dos trabalhos, em especial o setor de serviços, no capitalismo. Hoje, vários setores de serviços comportam-se como verdadeiras indústrias, como é o claro exemplo da “indústria cinematográfica”, ou da “indústria hotelaria”. O avanço do capitalismo e das formas de gestão científica do trabalho permitiu a este controlar o processo de produção destes serviços, subsumindo assim também a produção do valor neles gerado e, por fim, transformando algo que Marx em sua época classificava como “capitalista em pequena medida” (Marx *apud* Singer, 1981, p.116), em algo plenamente capitalista. Marx já visualizava esta situação ao tratar dos serviços como algo potencialmente produtivo, como podemos observar na seguinte passagem do capítulo VI inédito retratado na obra de Antunes (2004):

Milton – sirva-nos de exemplo – que escreve o *Paraíso Perdido* era um trabalhador improdutivo. Ao contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro é trabalhador produtivo. Milton produziu *Paradise Lost* tal como um bicho-da-seda produz seda, como manifestação de sua natureza. A seguir, vendeu o produto por cinco libras e, desse modo, converteu-se em negociante. O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser um trabalhador produtivo, porquanto sua produção esta subsumida (incluída) ao capital e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora,

pelo capital, como bem disse Marx, independentemente o fato de não produzir ou ajudar a produzir novos valores-de-uso, condição negada por ambos autores citados.

²⁴ Entender a questão da dominância do capital financeiro, assim como a constituição do capital fictício, é de fundamental importância para compreensão da dinâmica do capitalismo atual. Isto por que o capital deve ser compreendido em sua totalidade, como produtor de mais-valia, ou seja, capital produtivo, mas também como capital comercial e financeiro. Embora certo disso, foge ao escopo deste trabalho uma discussão mais aprofundada a respeito desta e de outras questões tão centrais ao capitalismo e, por que não, ao marxismo contemporâneo. Fica aqui, no entanto, a ressalva da necessidade de estudos posteriores avançarem sobre estes temas.

contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo. Ainda assim, a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se submetem (incluem) formalmente no capital: pertencem às formas de transição. (ANTUNES, 2004, p. 164-65)

A seguir, Marx volta a insistir que esta questão é tão residual na economia de seu tempo, que não são necessárias maiores análises. No entanto, como afirmado, na economia capitalista contemporânea esta questão esta plenamente posta, e a forma de resolvê-la, como o trecho acima demonstra, já estava colocada a muito por Marx. Se em sua época, alguns trabalhos ainda não estavam plenamente subsumidos ao capital – como é caso do médico, da segurança particular, do advogado, entre outros – com o processo de terceirização e o avanço das relações capitalistas sobre este tipo de força de trabalho, podemos considerá-los produtivos do ponto de vista da produção capitalista, além de parte integrante e fundamental do trabalhador coletivo.

Para finalizar, utilizaremos mais uma vez uma citação do autor para definir, de uma vez por todas, nosso entendimento acerca do trabalho produtivo no capitalismo, seja ele material ou imaterial:

A determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte, também a do improdutivo, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia (ANTUNES, 2004, p.171)

Creemos que pouco mais possa ser acrescentado a isto, a não ser deixar claro que a expansão do conceito de trabalhador produtivo²⁵ também é válida para o trabalhador coletivo, que agora incorpora para si a determinação central de produtor de mais-valia, deixando de lado assim a “determinação lateral” derivada da necessidade de produzir valores de uso materiais. Mesmo que assim não o seja - como é o caso evidente de uma grande universidade ou um plano de saúde e atendimento médico, onde o resultado do processo de trabalho não é uma mercadoria tangível ou material – o trabalho coletivo (e, portanto, seu trabalhador) desde que plenamente controlado e subsumido ao capital, gerando assim mais valia para o seu empregador, assume também a função de trabalho produtivo no capitalismo. Esta ampliação de conceitos, ao mesmo tempo que atende ao método e a lógica do pensamento de Marx, “atualiza” sua leitura em vista das substanciais alterações sofridas pelo capitalismo, em

²⁵ Tese que é plenamente e brilhantemente desenvolvida em Antunes (2003), com seu conceito de classe que vive do trabalho.

especial ao longo do século XX. É, portanto, uma atualização que não foge ao espírito e ao método da teoria, assim como atende a necessidade imperiosa de compreendermos de maneira mais eficaz a realidade que nós vivemos.

CAPÍTULO 2 – MANUFATURA, GRANDE INDÚSTRIA E O PROCESSO DE TRABALHO

Uma vez tendo debatido a temática do trabalho em Marx, assim como seus principais conceitos, inicia-se agora uma segunda fase de aproximação gradual da realidade histórica hoje vivida, onde se buscará compreender o trabalho dentro da indústria capitalista através do tempo, ou seja, como se relacionam trabalho e capital através das diversas formas de organização da produção e do trabalho desenvolvidas no seio no sistema capitalista. Neste momento, novos conceitos e fenômenos ainda não totalmente vislumbrados por Marx – como, por exemplo, o taylorismo, o fordismo e o ohnoísmo, fenômenos que tiveram lugar na história após a morte do autor – aparecem no debate. Tentar-se-á demonstrar que estas novas formas de organização do trabalho, seja em seus impactos diretos no trabalhador, seja no desenvolvimento de novas tecnologias, não invalidam fundamentalmente a análise marxiana, ao contrário, elevam-na a um caráter de predição, como bem aponta Neto (2003).

A confusão incorrida por alguns autores entre as alterações sofridas pelas formas de organização do trabalho com relação às formas de organização da produção capitalista (manufatura, grande indústria), leva estes a equiparar, de maneira equivocada, estes dois níveis de abstração e análise, igualando-os. Procurar-se-á demonstrar que uma forma de organização da produção capitalista pode comportar mais de uma forma de organização científica do trabalho, assim como que alterações na segunda não levam, necessariamente, a alterações na primeira. Da mesma maneira, uma forma de organização científica do trabalho pode guardar características de duas formas distintas de organização da produção capitalista, não podendo uma se coadunar completamente à outra, exatamente pelo fato de tratar-se de níveis de abstração e conceitos teóricos diversos. O capítulo inicia-se com a discussão acerca da manufatura, para avançar sobre a grande indústria assim como descrita por Marx em *O Capital*, e sua relação com as formas de organização científicas do trabalho surgidas ao longo do século XX. Busca-se com isso introduzir de maneira qualificada o debate acerca da fase industrial que vivemos hoje, assim como discutir a importância do trabalho e sua função neste momento histórico.

2.1 – Manufatura e processo de trabalho.

De acordo com Marx, o período em que predominou a forma manufatureira de produção compreende desde o início do século XVI até o último terço do século XVIII, quando passa gradualmente a predominar o que conhecemos como “grande indústria” capitalista. A origem da manufatura ocorre de forma dupla:

De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto onde constituem apenas as operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. (MARX, 2006, p. 455)

Como podemos notar, a palavra “cooperação” é um elemento central para compreendermos a manufatura. Em um primeiro estágio, a cooperação se dá entre os trabalhadores para, mais tarde, já na grande indústria, presenciarmos o mesmo processo sob a ótica da maquinaria. A reunião de inúmeros operários sob um mesmo teto possibilita um incremento nunca antes visto na parcelização e divisão do trabalho, alterando assim não apenas o processo de produção, mas também a relação entre o trabalhador e este. É exatamente esta reunião que coloca a necessidade e possibilidade do capital exercer um controle ainda maior sobre o processo de trabalho: necessidade, dado o aumento da concorrência do período e a busca constante por ganhos de produtividade do trabalho – ou, em termos marxianos, a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria - em vistas a aumentar o mais-valor por ele gerado; possibilidade, pois a reunião dos trabalhadores sob os atentos olhos do capitalista limita a probabilidade deste encontrar outra coisa no tempo de trabalho que não apenas e tão somente o trabalho para o qual foi contratado. Mais que isso, a oportunidade de observar o processo de trabalho de diversos trabalhadores em um local também é utilizada pelo capitalista com o objetivo de dominar todas as etapas e procedimentos do processo produtivo, adquirindo o conhecimento necessário para o posterior seccionamento entre concepção e produção, que discutiremos ao abordar os métodos científicos de organização do trabalho.

Vejamos estas questões com mais vagar: Quais seriam, portanto, as características fundamentais para Marx da forma manufatureira de produção capitalista? Uma primeira e importante característica, apontada na citação acima, diz respeito à divisão e cooperação do

trabalho, onde a manufatura cria o “trabalhador coletivo combinado” (TEIXEIRA, 2000, p. 59)²⁶. Mas para isto, primeiro é preciso que haja uma perda de autonomia do trabalhador no processo produtivo. Mercadorias que eram anteriormente produzidas, em sua completude, por apenas um trabalhador em um extenso trabalho, que incorpora todas as fases do processo produtivo, agora passam a ser produzidas por diversos trabalhadores, um dependente do outro, sem domínio do processo produtivo completo - cada um responsável por uma função específica ao longo da cadeia de produção. Desta forma, é possível incluir no mercado de trabalho uma massa gigantesca de trabalhadores pouco qualificados, mas que posteriormente se especializam cada vez mais em suas funções particulares. Isto ocorre em grande medida devido à cooperação no trabalho, que permite uma maior valorização do capital através do aumento da produtividade derivada da divisão do trabalho. Portanto, a cooperação vem atender ao objetivo maior do capital, ou seja, sua valorização, constituindo-se em uma forma de extração de mais-valia. Como coloca Oliveira (2003, p. 41)²⁷:

[...] a manufatura, reduzindo o valor da força de trabalho empregada e incrementando a intensidade e produtividade do trabalho pela parcelização das tarefas e especialização das ferramentas, não é mais que uma forma de extração de mais-valia relativa, que impulsiona a valorização do capital.

Detendo-se um instante nas relações sociais que emergem na manufatura em contraposição às relações vigentes na produção de tipo artesanal, Marx (1995) percebe o deslocamento do domínio exercido sobre o trabalhador da esfera política rumo à esfera puramente econômica. Enquanto nas formas anteriores ao capitalismo o domínio sobre o trabalho se exercia pelo peso da tradição ou da força, agora o capital subsume o trabalho de maneira a “velar” o processo de dominação, blindando-o com a aparência de liberdade individual. Assim nos coloca Luperi:

A relação de superioridade e subordinação substitui a “escravidão, a servidão e a vassalagem, formas patriarcais de subordinação”, é apenas uma transformação na forma. “A forma torna-se mais livre porque agora é de natureza simplesmente material, formalmente voluntária e puramente econômica”. Ou seja, agora não existe nenhuma subordinação política como na escravidão ou na servidão, os trabalhadores são livres para vender sua força de trabalho. (LUPERI, 2003, p.12)

²⁶ Para maiores detalhes, ver capítulo 1, item 1.4.

²⁷ A mesma afirmação pode ser encontrada em Marx (2006, p.478) “[A manufatura] Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser a capitalista – é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a valorização do capital [... surgindo assim] como um meio de exploração civilizada e refinada.”

É esta dominação de ordem puramente econômica do capital sobre o trabalho que Marx chama de subsunção formal do trabalho ao capital. Esta forma mais básica de domínio está presente inclusive quando o capital passa para sua nova etapa, a da subsunção real, pois a última presume a existência e vigência da primeira.²⁸ Romero (2005) assim discorre acerca do conceito de subsunção formal:

“A subsunção formal ocorre quando a produção social se torna produção capitalista, em que o objetivo não é mais a produção de um bem particular (valor de uso), mas a valorização do valor. A subsunção formal significa que ‘o processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se ao capital (é o processo do próprio capital) (...). É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção (Marx, s/d.:p. 87)” (Romero, 2005 p. 82)

Se por um lado a manufatura constitui um passo fundamental para o amadurecimento do capitalismo, criando novas formas de exploração mais extensivas que as anteriores, ela não pode ser considerada a forma “por excelência” do capital. Isto se deve, em grande parte, ao fato de que na manufatura é o trabalhador que comanda o processo de trabalho e, portanto, o processo de valorização do capital²⁹. São as capacidades, características e dotes do trabalhador e de seu trabalho, portanto, do componente subjetivo do processo de trabalho³⁰, que determinam o ritmo e os limites do processo de acumulação como um todo (OLIVEIRA, 2003).

Compreendido o papel e as mudanças do trabalho e do trabalhador nesta forma de produção, cabe-nos agora analisar o papel e as mudanças tecnológicas que permitirão, posteriormente, a superação desta forma, ainda incompleta, de capitalismo. Como afirma Oliveira (2003, p.42), a manufatura logra separar o meio de produção do trabalhador, transformando os instrumentos de trabalho em capital. Entretanto, ela não completa a separação, haja vista que o instrumento de trabalho ainda não passa de uma extensão do corpo do trabalhador, estando este no controle do processo produtivo. Podemos afirmar, portanto,

²⁸ “Desse modo, a subsunção formal, entendida como forma geral (ordem lógica) que torna o processo de trabalho um método de extração da mais-valia, está presente em qualquer formação social capitalista, inclusive naquelas caracterizadas pela subsunção real.” (ROMERO, 2005, p. 82)

²⁹ “[...] na manufatura, é a base material que domina a forma social. Realmente, nesta forma de produção de mercadoria, a habilidade artesanal continua a ser sua base, o que impede que o processo de trabalho ganhe determinações objetivas, isto é, funcione independentemente da vontade dos trabalhadores.” (TEIXEIRA, 2000, p.57)

³⁰ Para elucidar o conceito de elemento subjetivo do processo de trabalho, temos que compreender a separação entre composição técnica e orgânica do capital, sendo o trabalho componente subjetivo quando tratamos da composição técnica apenas, assim como afirma Oliveira (2003, p.42): “Ou seja, a própria divisão técnica do trabalho é regulada pelos dotes do trabalhador [...] Em outras palavras, as leis técnicas são reguladas e determinadas pelo elemento subjetivo do processo de trabalho.”

que a dominação exercida pelo capital sobre o trabalho é, ainda neste momento, meramente formal.

Estas características reunidas nos apresentam um quadro de revolução capitalista ainda incompleta. Se por um lado a manufatura logra criar uma forma mais extensiva de mais-valia e reduzir o valor da força de trabalho, ela ainda encontra empecilhos a seu desenvolvimento na própria classe trabalhadora. Esta, cada vez mais especializada, ainda exige grande capacitação, o que impõem limites à redução do valor da força de trabalho³¹. Ao mesmo tempo, o fato de a base técnica ainda existente ser bastante estreita, deixa na mão do trabalhador e de suas limitações orgânicas o processo de produção, limitando também o aumento da produtividade do trabalho tão necessária ao capital. Sendo assim, a acumulação de mais-valia relativa ainda encontra fortes obstáculos, exigindo um regime de produção especificamente capitalista, que virá a se consolidar apenas com a forma grande indústria de produção (MARX, 2006, cap. XII).

2.2 - A grande indústria e o taylorismo/fordismo³².

Após descrever a manufatura e o processo de trabalho que lhe caracteriza, cabe-nos verificar como Marx (2006) define a grande indústria capitalista, tanto em relação ao elemento objetivo quanto ao subjetivo do valor. Destarte, partindo de uma análise da evolução histórica da produção capitalista, assim afirma Marx:

Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho. É mister, portanto, investigar como o instrumental de trabalho se transforma de ferramenta manual em máquina e, assim, fixar a diferença existente entre a máquina e a ferramenta. (MARX, 2006, p. 427)

³¹ “Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e, portanto, o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem, e mesmo onde este se torna supérfluo, os trabalhadores procuram zelosamente preservá-lo” (MARX, 2006, p. 481)

³² Para compreender o taylorismo/fordismo, utilizaremos a concepção de Antunes: “(...) entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [séc. XX], cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista; pela existência do trabalhador parcelar e pela fragmentação das funções [já existente na manufatura]; pela separação entre elaboração e execução do processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.” (ANTUNES, 2007 p. 25)

Segundo Oliveira (2003)³³, a grande indústria surge das próprias necessidades de valorização do capital, que já não eram plenamente atendidas pela forma anterior de produção, a manufatura. O problema que se impunha era o de conformar a base técnica sob a qual se assentava o processo produtivo à forma social de acumulação capitalista. A base técnica até então existente tinha seu cerne na força de trabalho viva, no que denominamos aqui de elemento subjetivo do valor. Desta maneira, ela é demais estreita e limitada para atender as crescentes necessidades de valorização do capital, exatamente por encontrar seus limites na natureza humana. O mesmo indica Moraes Neto (2003), quando afirma:

A máquina, assim caracterizada, é a forma adequada do capital; o capitalismo encontra sua base técnica adequada, ajustando plenamente a base material à forma social. A forma pretérita de produção sob o capitalismo – a manufatura – não consegue realizar este ajuste; a base material é demasiadamente estreita quando o processo de trabalho tem características manufatureiras, quando se fundamenta no trabalho manual do trabalhador parcial e sua ferramenta. (MORAES NETO, 2003, p. 18)

Cabe-nos questionar qual é, portanto, a natureza e as características desta base técnica fundada na maquinaria. Em outras palavras, quais as características do elemento objetivo do processo de produção na grande indústria capitalista? Assim afirma Oliveira:

O ponto de partida desse processo [a grande indústria] é constituído pela transformação da ferramenta em máquina-ferramenta, ou seja, pela transformação que retira a ferramenta das mãos do trabalhador e a torna elemento de um mecanismo [...] a maquinaria, ao retirar das mãos do trabalhador a ferramenta, restringe o papel deste último, torna supérfluo o trabalho especializado, e assim liberta o processo de trabalho da necessidade de operários hábeis e treinados. (OLIVEIRA, 2003 p. 56 -8).

Quem se torna elemento de um mecanismo? O trabalhador? Não, a ferramenta. E para onde vai o trabalhador? Atuar como força propulsora do mecanismo? Segundo Marx, não:

Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz.[...] A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que, ao mesmo tempo, opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma força motriz, quaisquer que seja sua forma. (MARX, 2006 p. 431-2).

³³ A mesma interpretação é amplamente encontrada na literatura, como em Paulani (2001), Teixeira (2003), Prado (2005), entre outros.

Daí deriva a característica central do trabalho na grande indústria: sua superfluidade³⁴ no que diz respeito à intervenção direta na produção. Outras características, não menos importantes, devem ser lembradas. Neto (2002), ao citar Postone³⁵, também enxerga na grande indústria o trabalho fragmentado, parcial e objetificado, ou seja, que perdeu sua função de sujeito do processo de valorização, relegado que está a uma função subordinada. Segundo Marques (1988) estas características já se encontravam presentes na manufatura, mas são potencializadas a partir da introdução do método de organização do trabalho taylorista/fordista, que ao dominar o processo de trabalho através do controle e obtenção dos conhecimentos do trabalhador de *metier*, consegue deste separar a concepção e a execução do trabalho, quebrando assim sua unidade, fragmentando-o. Apenas dessa forma foi possível ao capital se libertar do excessivo controle do processo produtivo exercido pelos trabalhadores qualificados, fatiando seu trabalho em uma série de pequenas operações de pouca exigência técnica, liberando-o para contratar cada vez mais trabalhadores desqualificados, como mulheres e crianças, para praticamente todos os momentos da produção. Ao mesmo tempo, o custo de treinamento e reprodução da força de trabalho caía vertiginosamente, dado a baixa necessidade de qualificação para as funções, aumentando não só o controle do capital sobre o trabalho, mas também elevando seus ganhos oriundos da exploração deste novo trabalho massificado, desqualificado e fragmentado.

Em nossa leitura, essa negação do trabalhador em objeto faz parte de um momento de transição entre a manufatura e a grande indústria³⁶, que ocorre em alguns setores da indústria

³⁴ Tal característica é profundamente ressaltada por Moraes Neto quando afirma que “[...] o trabalho vivo imediatamente aplicado à produção passa a ser “apendicizado”, ou seja, amplamente desqualificado, na medida em que o processo de separação entre concepção e execução teria chegado a um auge, mas – e isto é importante – não só desqualificado, como já o era em grande medida na manufatura, mas fundamentalmente supérfluo. A idéia de superfluidade do trabalho constitui, a nosso juízo, a contribuição fundamental de Marx para o estudo do processo de trabalho tipicamente capitalista.” (MORAES NETO, 2002, p. 11, grifo adicionado)

³⁵ “Com o desenvolvimento da produção em grande escala, os trabalhadores tornaram-se os objetos de um processo que se tornou ele próprio o “sujeito”, de acordo com Marx. Ele se refere à fábrica como o autômato mecânico que é o sujeito, composto de vários órgãos conscientes (os trabalhadores) e inconscientes (os meios de produção), todos subordinados à sua força motora central.” (POSTONE *apud* NETO, 2002, p. 47)

³⁶ Esta é exatamente a visão de Marx, a qual será retomada posteriormente, quando analisa o nascimento da maquinaria e seu progresso inicial, como podemos ler nesta passagem dos *Grundrisse*: “*Invention then becomes a business, and the application of science to direct production itself becomes a prospect which determines and solicits it. But this is not the road along which machinery, by and large, arose, and even less the road on which it progresses in detail. This road is, rather, dissection [Analyse] – through the division of labour, which gradually transforms the workers’ operations into more and more mechanical ones, so that at a certain point a mechanism can step into their places. (See under economy of power.) Thus, the specific mode of working here appears directly as becoming transferred from the worker to capital in the form of the machine, and his own labour capacity devalued thereby. Hence the workers’ struggle against machinery. What was the living worker’s activity becomes the activity of the machine. Thus the appropriation of labour by capital confronts the worker in*

capitalista e que é plenamente caracterizado pelo taylorismo/fordismo e seu trabalhador parcial e fragmentado. É possível verificar a crescente participação do trabalho objetivado - morto - no processo de produção, mas sem deslocar o cerne do processo de produção das mãos do trabalhador. É exatamente isto que representa a esteira fordista, quando a velocidade e intensidade da produção ainda não dependem, apesar de dependerem cada vez mais, de uma “aplicação tecnológica da ciência”³⁷, mas sim das capacidades orgânicas da força de trabalho viva aplicada na produção conduzida por um ritmo mecânico.

Com o passar do tempo, a tendência de criar uma superfluidade do trabalho concreto vivo aplicado à produção vai tomando forma – assim como a grande indústria mecanizada. O trabalhador nem mais atua diretamente no objeto de trabalho, tampouco se transforma ele em meio de trabalho³⁸, mas se interpõe entre o capital e o objeto de trabalho (PRADO, 2003). Se isto é verdade, qual a natureza desta interposição? Qual a função do trabalhador na grande indústria capitalista? Elucida-nos Oliveira: “Essas características da produção mecanizada relegam o operário a um papel subordinado e sua função vai sendo limitada a vigiar e corrigir o funcionamento de máquinas” (OLIVEIRA, 2003, p. 58). O mesmo tipo de afirmação pode ser encontrada nos *Grundrisse*, onde Marx afirma: “O trabalho já não aparece incluído no processo de produção, mas o homem se apresenta como guardião desse mesmo processo” (MARX *apud* PAULANI, 2001, p. 700). A autora afirma, linhas à frente, que Marx estaria aí indicando o fim do trabalho concreto, ao menos como o conhecemos, em sua função clássica de interventor direto na produção.

Para analisarmos a adequação do taylorismo/fordismo à forma grande industrial de produção, temos primeiro que retornar um pouco. Se a máquina-ferramenta é o ponto de partida para a revolução da grande indústria capitalista, relegando o trabalho à função de vigia e correção, onde entraria uma forma de produção que novamente baseasse o processo de valorização na ação direta da força viva de trabalho no processo de produção? Se muito, como explicitamos momentos atrás, no início da maquinaria em alguns setores determinados. Foi exatamente isso que fez o taylorismo/fordismo, apenas iniciando o processo rumo a forma por excelência da grande indústria mecanizada assim como concebida por Marx (2006), podendo

a coarsely sensuous form; capital absorbs labor into itself – ‘as though its body were by love possessed’.” (MARX, 1973, p.702, grifo adicionado)

³⁷ “O conjunto do processo de produção já não está [na grande indústria], então, subordinado à habilidade do operário; tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência.” (MARX *apud* MOERAES NETO, 2005, p.3)

³⁸ Importante ressaltar a diferença entre a expressão “objeto de trabalho” – que significa a matéria a ser usada e trabalhada no processo produtivo pelo trabalhador - e “meio de trabalho” – que dá a conotação de um objeto a ser usado pelo trabalhador (ou, no caso da grande indústria, pela máquina) para atuar sobre o objeto de trabalho.

ser caracterizado apenas como uma forma de organização do trabalho avançada dentro de uma forma de produção transitória entre manufatura e grande indústria, ou, quando muito, o nascedouro da grande indústria capitalista em determinados setores industriais, mas nunca como a forma de organização do trabalho por excelência da grande indústria. Este é, em parte, o entendimento de Moraes Neto (2002):

Na realidade, a grande fábrica fordista [a *assembly industry*], ao invés de significar a indústria por excelência, a forma mais avançada da produção capitalista, significa isto sim uma “reinvenção da manufatura”, uma coisa extremamente atrasada do ponto de vista conceitual, a despeito de seu imenso sucesso do ponto de vista produtivo e econômico. A colocação de milhares de trabalhadores, uns ao lado dos outros, fazendo movimentos parciais e repetitivos, administrando seus tempos e movimentos, ou seja, a utilização *in extrimis* do ser humano como instrumento de produção, de forma alguma ajusta-se à noção marxista de produção à base de maquinaria. Trata-se, o taylorismo-fordismo, não de uma manifestação histórica quase perfeita da “antevisão” de Marx sobre o processo capitalista, mas sim a negação do conceito marxista de grande indústria. (MORAES NETO, 2002, p. 14-5, grifo adicionado)

A afirmação acima, apesar de intuir corretamente a não completa adequação do taylorismo/fordismo à grande indústria plenamente mecanizada, o faz de maneira heteróclita. Pois o taylorismo/fordismo não se reduz a idéia de produção em larga escala, como bem nos lembrou Marques (1988). Inclui, também, a separação entre execução e concepção, assim como o desmembramento e maior controle de cada atividade parcial exercida ao longo do processo produtivo, possibilitando uma submissão mais adequada do trabalho humano ao ritmo da máquina, apesar de ainda não ser por ela totalmente controlado. Portanto, apesar da forma de organização do trabalho não representar por completo a grande indústria mecanizada, ela coloca diversos setores industriais – e também não industriais, como setores de serviços que aos poucos vão se embrenhando das características da produção industrial, como o caso dos setores de transportes, manutenção e logística, assim como a “nova” indústria bancária e cinematográfica – neste caminho, sendo um definitivo passo rumo à concretização da grande indústria assim como vislumbrada por Marx.

Por fim, cabe ressaltar nosso entendimento sobre o taylorismo/fordismo como forma de produção que não se coaduna completamente com a grande indústria descrita por Marx em nada alterar nossa opinião acerca da importância dessa forma de organização da força de trabalho viva para o processo de reprodução do capital. Como já enfatizado, foi apenas a partir dos princípios de organização científica do trabalho que o capital foi capaz de se apoderar, de uma vez por todas, de todo conhecimento do processo produtivo, que antes se encontrava em grande parte nas mãos do trabalhador de *metier*. Isto foi fundamental para

aumentar como nunca antes visto o controle do capital sobre o trabalho, aumentando também sua produtividade³⁹, reduzindo custos e propiciando ao capital a exploração em larga escala de uma força de trabalho desqualificada, rebaixando os salários e introduzindo um enorme contingente de trabalhadores para o circuito da produção/consumo capitalista, ou seja, para o cerne do processo de valorização do capital. O que se afirma, isso sim, é que apesar destas características relevantes desta forma de organização do trabalho, ela é incapaz de completar por si só a transição da manufatura para a grande indústria mecanizada assim como descrita por Marx, revelando-se apenas como um primeiro passo nesta direção, subdividindo ainda mais o trabalho e permitindo sua posterior substituição pela máquina.

2.3 - A grande indústria e o ohnoísmo⁴⁰.

Mais uma vez, para avaliarmos a relação entre o processo de trabalho imposto pelo toytismo/ohnoísmo com o processo produtivo capitalista em sua fase grande industrial, devemos observar a dupla manifestação de dependência das formas de trabalho e dos meios de produção em relação ao grau de desenvolvimento das forças produtivas (CIPOLLA, 2003). Ao nos concentrarmos nas formas diretas de controle do capital sobre a força de trabalho viva, encontram-se dificuldades em relacionar o ohnoísmo às características de uma forma de organização da força de trabalho própria da grande indústria descrita por Marx. Isto por que, mais uma vez, a base da produção de caráter ohnoísta ainda é a força de trabalho viva diretamente aplicada ao objeto de trabalho⁴¹. Ainda não estamos falando de um momento de

³⁹ Segundo Marques (1988), este processo iniciado por Taylor é completado com brilhantismo por Ford. Assim afirma: “[...] o conjunto dos princípios adotados por Ford propiciou a obtenção da redução do tempo de produção através da especialização do operário e da contração do tempo dedicado à circulação de materiais; redução do custo de fabricação e, principalmente, aumento significativo da produtividade. Estavam, portanto, dadas as condições para a produção em larga escala. Ford havia completado o trabalho iniciado por Taylor” (MARQUES, 1988, p. 24)

⁴⁰ Não é o foco deste trabalho caracterizar o ohnoísmo e estudar suas peculiaridades em relação aos outros métodos de organização do trabalho. No entanto, cremos ser importante esclarecer de antemão o que entendemos por sistema ohnoísta, e para isso citamos Moraes Neto (2003): “A operação eficiente do sistema ohnoísta exige, portanto, um funcionamento “afinado” à perfeição entre o método *Just-in-time* e seus desdobramentos inevitáveis e necessários: o estoque zero, o defeito zero, através do *Total Quality Control*, o *kaizen* ou melhoramento contínuo, a multifuncionalidade (com seu corolário, o *lay-out* celular linearizado), e a “troca rápida” de ferramentais. Caracteriza-se, portanto, a produção ohnoísta como “sistêmica” e, ademais, extremamente exigente com relação ao funcionamento de suas diversas partes componentes” (MORAES NETO, 2003, p. 106)

⁴¹ Acompanhamos, desta maneira, o entendimento de Moraes Neto, quando afirma que “[...] todo o sistema ohnoísta de produzir está alicerçado sobre o trabalho vivo imediatamente aplicado à produção” (MORAES NETO, 2003, p.106)

superação – ou superfluização - do trabalho vivo, apesar dele encontrar-se objetificado, como no taylorismo/fordismo. Estamos falando, no entanto, de uma forma de controle do processo de trabalho altamente sofisticada e que tem sua origem em uma revolução no instrumento de trabalho, como veremos a frente.

Ao comparar as diferentes formas de organização do trabalho, Cipolla (2003) afirma:

[...] ao grau de desenvolvimento da manufatura corresponde o *despotismo direto* do tipo taylorista; ao grau de desenvolvimento da “indústria moderna” (de Marx) corresponde o despotismo mecânico no qual a sucção de trabalho é comandada por um ritmo mecânico. Em geral, o despotismo direto, baseado na hierarquia, tende a ser substituído pelo despotismo mecânico. Mais recentemente, essa substituição tem se dado através de formas de gestão da força de trabalho que fazem o controle sobre o trabalho emanar dos próprios trabalhadores. (CIPOLLA, 2003, p.80)

Como já afirmado anteriormente, parece claro que para cada grau de desenvolvimento das forças produtivas corresponde um tipo de organização do trabalho e de relação do trabalho com o capital. Desta forma, concordamos parcialmente quando o autor coloca que o taylorismo⁴² tem como correspondente o grau de desenvolvimento manufatureiro. Discordamos, entretanto, da definição do autor quanto ao que denomina “despotismo mecânico” do capital sobre o trabalho. Ao afirmar que o despotismo mecânico é aquele no qual “a sucção de trabalho é comandada por um “ritmo” mecânico” (grifo adicionado), o autor se esquece que, já na esteira fordista, o trabalho era comandado por um ritmo obviamente mecânico, apesar de determinado, em última instância, pela capacidade orgânica da força viva de trabalho! Esta imprecisão não ocorreria se o autor afirmasse que o trabalho é efetuado por um “mecanismo automático”, ou um “autômato”, que em nada dependem da força de trabalho viva para determinar seu ritmo ou seus limites, podendo ser definida como a “aplicação tecnológica da ciência” de que nos falou Marx. Apenas desta forma o trabalho poderia assumir a função que Marx realmente lhe atribui na grande indústria: o de vigia e controlador da produção já mecanizada/automatizada, ou o de um trabalho intelectualizado, que corresponda às necessidades da aplicação tecnológica da ciência. O fato do controle do trabalho emanar dos próprios trabalhadores⁴³ certamente influencia algumas particularidades do processo de trabalho por um todo, mas como a grande indústria pressupõe o virtual aniquilamento do processo de trabalho como epicentro da produção direta de valores de uso –

⁴² E, em nossa interpretação, também o fordismo.

⁴³ “A análise do item VI acima revela, ademais, que o *teamwork* é um mecanismo, por excelência, de controle sobre o trabalho.” (CIPOLLA, 2003, p.92)

que, neste ponto, estaria em grande medida delegada às máquinas - esta nova particularidade em nada altera a analogia deste tipo de relação capital/trabalho com a forma manufatureira não-mecanizada de produção, sendo incapaz de transformá-la em uma forma grande industrial. Uma alteração deste porte, como diz Marx, só pode partir de alterações no instrumento de trabalho e não de uma nova forma de organização da força de trabalho.

Moraes Neto (2003) compara a nova forma de organização da produção ao seu momento anterior desta forma: “Podemos, portanto, caracterizar o fordismo como produção em massa rígida alicerçada no trabalho vivo, e o ohnoísmo como produção em massa flexível igualmente alicerçada no trabalho vivo.” (MORAES NETO, 2003, p. 109, grifo adicionado). Na mesma direção, Paulani (2001) acredita que o ohnoísmo foi uma forma encontrada pelo capital para adequar de melhor maneira o conflito capital *vs* trabalho nos setores industriais onde não foi possível completar o processo de automação⁴⁴ - em especial o setor de bens duráveis. Ao afirmar que “[...] a diferença do trabalho flexível com relação ao trabalho de tipo fordista está simplesmente em que o primeiro, contrariamente ao último, leva em conta a capacidade mental presente no estoque de elementos fisiológicos encarnado no trabalhador” (PAULANI, 2003, p.713), a autora parece concordar com Moraes Neto, enxergando no toyotismo - ou, em sua conceituação, “trabalho flexível” - uma simples mudança de ordem qualitativa no processo de trabalho, mas não no processo de produção. É também desta forma que Haddad (1999) encara a questão do toyotismo, ao afirmar que o trabalho na organização toyotista não passa do “clássico trabalho qualificado enquanto trabalho simples potenciado” (HADDAD, p. 110)⁴⁵. A questão que aqui se coloca é que, como Paulani enxerga no taylorismo/fordismo uma forma de organização do trabalho e da produção condizente e privilegiada da grande indústria, pode-se estender esta conclusão para o caso do ohnoísmo, o que a nosso ver é um equívoco.

De acordo com Marques (1988), assim como o taylorismo/fordismo originou-se da necessidade do capital de aumentar seu controle sobre o processo de trabalho – portanto de valorização – e, desta maneira, livrar-se das amarras impostas pela forma manufatureira

⁴⁴ “Onde foi possível livrar-se de vez das complicações trazidas pela lógica humana da força viva de trabalho, isso foi feito. Onde não foi, arrumou-se uma forma mais inteligente e eficiente (do que a simples transformação da força viva de trabalho em objeto) para entabular uma convivência menos conturbada entre as duas lógicas, fazendo com que a segunda passasse a trabalhar a serviço da primeira.” (PAULANI, 2001, p. 714)

⁴⁵ Esta afirmação de Haddad nos refere imediatamente ao item 1.3 do capítulo 1. Isto por que ao afirmar que o trabalho complexo pode ser considerado trabalho simples potenciado, Haddad se coloca ao lado da tradição marxiana de compreender a questão do valor como central na obra de Marx, compartilhando a leitura de Rosdolsky (2001).

clássica de produção, as novas normas de produção decorrentes da crise do fordismo⁴⁶ tem como um de seus objetivos um maior controle da produção, reduzindo custos e elevando os lucros. O que haveria de novo nesta nova norma de organizar o trabalho (o toyotismo) seria a busca da flexibilidade e pela redução dos estoques a níveis mínimos. Enquanto a redução dos estoques visava racionalizar a utilização dos recursos disponíveis, invertendo a lógica da venda e reduzindo custos, a flexibilidade estava umbilicalmente relacionada à revolução tecnológica derivada da microeletrônica e sua aplicação no maquinário ao longo do processo produtivo, que reduziu o ritmo de obsolescência do maquinário e adequou a produção às demandas do mercado. Além do mais, assim como os preceitos de organização científica do trabalho de Taylor puderam ser espalhados para grande parte dos setores capitalistas⁴⁷ ainda fundados no trabalho vivo, a microeletrônica e a flexibilização da máquina produtiva também se espalharam para todos os setores em que o elemento objetivo do valor é preponderante. Desta forma, podemos identificar na flexibilização produtiva decorrente da revolução microeletrônica mais um passo fundamental rumo à concretização da grande indústria capitalista automatizada, que cada vez mais torna o trabalho supérfluo sob o ponto de vista da produção de valores de uso, conduzindo-o à função de vigia e guardião do processo produtivo como um todo⁴⁸. Obviamente, isto não é feito de uma vez em todo o processo produtivo. Enquanto o sistema de máquinas totalmente coordenado não expulsa completamente o trabalho direto ao longo do processo de produção, a utilização cada vez maior de máquinas integra a fábrica, eliminando tempos mortos e intensificando o trabalho e sua exploração, se demonstrando assim um poderoso elemento de extração de mais-valia relativa do trabalhador. Para caracterizar as mudanças ocorridas no seio do processo de trabalho com a introdução das tecnologias baseadas na microeletrônica, Marques assim coloca:

Com o controle numérico o trabalho do operário restringe-se a alimentar a máquina, trocar ferramentas, ligar e desligar a máquina. Com o auxílio do computador a troca de ferramenta e a

⁴⁶ Uma discussão mais detalhada acerca dos motivos que, em última instância, levaram a crise do modelo fordista de organização da força de trabalho viva podem ser encontrados em Marques (1988) e Braga (2003).

⁴⁷ Isto não quer dizer que o taylorismo/fordismo possui um caráter universal no processo produtivo de meados do século XX, como bem ressalta Moraes Neto (2003). Quer dizer, outrossim, que onde quer que houvesse força de trabalho viva atuando e passível de ser controlada pelo capital de maneira mais rígida, isto foi feito, seguindo a cartilha elaborada por Taylor. Como nem todos os setores produtivos capitalistas se assentam na força de trabalho viva diretamente aplicada à produção, estando alguns totalmente assentados no leito da automação há muito tempo, não pode o taylorismo/fordismo ser considerado universal na economia capitalista.

⁴⁸ Nossa interpretação a este respeito se coaduna com o que afirma Marques, quando diz que “[...] a automação microeletrônica não se constitui em uma nova técnica de operação. O que esta em jogo é a automação do conjunto do processo produtivo, isto é, da concepção à fabricação.” (MARQUES, 1988 p. 67)

decisão de parar a máquina quando o processo não está indo a bom termo deixa de ser responsabilidade do operador. O trabalho, antes complexo, foi transformado em simples, de forma que com o passar das gerações a classe operária perderá o conhecimento encerrado naquele ofício. O conhecimento passou do trabalhador para o programa e este – a maioria das empresas têm este cuidado – é realizado fora da produção (MARQUES, 1988, p. 77)

Fica claro que, a partir da introdução da microeletrônica, o conteúdo do trabalho humano vivo no processo produtivo está sendo esvaziado, o que cria uma alteração na estrutura de qualificações dentro da empresa capitalista. De um lado, elimina-se grande parte do trabalho desqualificado e semi-qualificado⁴⁹, de outro, simplifica-se o trabalho complexo e aumenta o controle do capital sobre o trabalho, além do aumento de intensidade. Desta maneira, interpretamos que as considerações de Marques (1988) acerca da flexibilização produtiva derivada da introdução da microeletrônica apontam para a concretização da grande indústria mecanizada, partindo do instrumento de trabalho conforme nos disse Marx, e não da organização da força viva de trabalho, para revolucionar a forma de acumulação.

Por outro lado, se concordarmos com Moraes Neto (2003) quando este afirma que o ohnoísmo não passa de uma inovação gerencial em relação ao fordismo rigidificado, especialmente no que diz respeito ao alto envolvimento dos trabalhadores no processo de produção, as bases materiais do fordismo se manteriam no ohnoísmo, ambos não guardando relação alguma com o tipo de “maquinaria” ou “sistemas de máquinas” descritos por Marx (2006). Desta forma, a contradição existente entre a forma social de acumulação e a forma material da produção - ou, como coloca Paulani (2001), a contradição forma/ matéria - se mantém, mesmo que atenuada pelo constante aumento do capital fixo no processo produtivo. Em nossa interpretação, Moraes Neto corretamente identifica a impossibilidade de uma alteração na forma de organização do trabalho vivo diretamente aplicado à produção tornar-se o epicentro de uma alteração na forma de produção capitalista, da manufatura rumo à grande indústria. No entanto, consideramos o ohnoísmo como uma forma de organização do trabalho derivada das transformações decorrentes da introdução da microeletrônica e a ela aderente, sendo possível assim vislumbrar que o caminho rumo à concretização da grande indústria mecanizada avançou mais uma etapa.

Afirmar que o elemento subjetivo do valor ainda é o cerne do processo de valorização do capital é, por um lado, reafirmar a teoria marxiana do valor trabalho, mas, por outro, negar

⁴⁹ Esta pretensa eliminação não ocorre efetivamente, até devido à importância central deste tipo de trabalho para as mais variadas empresas. O que se passa é uma mudança de estratégia, em particular das grandes empresas, que passam a terceirizar este tipo de trabalho, mantendo apenas o ‘núcleo duro’ da produção. Junto com o processo de terceirização, assistimos ao processo de precarização do trabalho semi-qualificado.

ao ohnoísmo o caráter automatizado da grande indústria assim como descrita por Marx. Todas as formas de gerência científica do trabalho tratam-se, a nosso ver, de tentativas sucessivas do capital de controlar o fator mais arredo a seu domínio, aquele que por último e mais dificilmente aceita seu controle, qual seja, o trabalho. Onde o capital se viu incapaz de expulsar completamente o fator subjetivo do processo de produção, devido às limitações impostas pela tecnologia ainda incipiente, coube a ele controlá-lo a ‘ferro e fogo’, dilacerando-o em suas particularidades, homogeneizando-o, e particularmente utilizando até a última gota de suor do trabalhador como fonte de valorização do valor, através da redução dos tempos ‘mortos’, da redução dos custos de produção e do controle de trabalhador sobre trabalhador. Obviamente que o caminho rumo à automatização do processo produtivo não é uma teoria de ponto crítico, mas sim uma evolução constante e gradual rumo a uma nova realidade do capital. De qualquer forma, por mais que identifiquemos no fordismo/taylorismo/ohonísmo esse caminho, não se pode negar que todas estas formas gerenciais - que acompanham inovações materiais, colocando-as constantemente no caminho rumo à grande indústria - se fundam na força de trabalho viva, sendo incapazes por si só de realizar a expulsão do trabalho concreto do processo produtivo e relegá-lo à função de vigia e corretor do funcionamento das máquinas. Para realizar esta expulsão, seria necessária, como argumentado, uma revolução no instrumento de trabalho, que em parte já ocorreu, praticado incrementalmente pela microeletrônica e outras revoluções tecnológicas posteriores, como a robótica. Mas como este é um processo ainda em andamento, não plenamente realizado, não é possível caracterizar as formas de gerência científica do trabalho vivo propriamente como métodos gerenciais por excelência compatíveis com a grande indústria assim como definida no item anterior.

Se com o surgimento do ohnoísmo a tônica da subsunção do trabalho ao capital parece manter-se sem grandes alterações em relação ao momento anterior, não é possível afirmar o mesmo quando se observa a forma de organização do capital neste novo cenário. Segundo Teixeira (2003), a emergência do que chama de “cooperação complexa” recompõe a unidade do capital perdida com a fragmentação pela divisão do trabalho fordista. Esta recomposição da unidade do capital seria condição necessária para o processo de valorização do capital baseado na “cooperação complexa”, fundindo novamente as funções de capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo em uma só unidade de produção. Ainda de acordo com Teixeira (2003), esta recomposição do capital – fragmentado na grande indústria - segue a

tendência observada no mundo do trabalho, onde a emergência do “trabalhador coletivo combinado”⁵⁰ também recupera a antiga organicidade do trabalhador pré-manufatureiro. Isto significa dizer que “O novo trabalhador coletivo combinado existe agora na figura de cada trabalhador particular que, ao lado dos demais, encarna e realiza a unidade das diferentes fases do processo produtivo.” (TEIXEIRA, 2003, p. 71).

⁵⁰ Este é um caso interessante de interpretar o ohonísmo como algo além da grande indústria. Se considerarmos, como nos parece razoável, que quando Teixeira se refere ao “trabalhador complexo combinado” ele se refere também a um trabalhador ohnoísta, sua afirmação de que “a cooperação complexa, como forma superior de produção de mercadorias, nascida para superar as contradições impostas pela grande indústria, é um complexo de transformações que exige, antes de tudo, uma *re-posição* da divisão social do trabalho” (TEIXEIRA, 2003, p. 71), apenas pode ser explicada se ponderarmos que o autor compreende o trabalhador da grande indústria como o “trabalhador simples” do taylorismo/fordismo, caindo na mesma armadilha que Braverman (1987) e tantos outros. De qualquer forma, sua leitura sobre a reconstituição das funções do capital e do trabalho nos parece adequada, apenas não sendo uma forma de superar a grande indústria, mas sim a manutenção da base imposta pelo taylorismo/fordismo.

CAPÍTULO 3 – A ERA DO PÓS: NOVOS CONCEITOS E SUAS CRÍTICAS.

O caminhar das formas de organização da produção na economia capitalista nos levam, segundo Marx, à grande indústria capitalista. Esta forma específica de produção guarda em seu seio uma enorme contradição: a automação almejada passa pela expulsão do trabalho concreto do processo direto de produção de valores de uso, sendo que este é a base fundante da criação de novo valor para o capitalista. Nos *Grundrisse*, Marx parece ter apontado para uma solução para esta contradição: a substituição da ‘base medíocre’ de valorização do valor – o trabalho - pela ciência aplicada à produção, como nova base de valorização. Esta “predição” de Marx tem sido muito usada por autores das mais diversas filiações marxistas, inclusive na tentativa de invalidar a lei do valor na sociedade atual, por alguns descrita como *pós-moderna*. Se esquecem tais autores que, ao descrever este “novo momento” da grande indústria, Marx pensava já na superação das relações de subordinação capitalistas.

O que tentaremos demonstrar neste capítulo é que a atual fase da grande indústria ainda está dentro de sua análise do capitalismo, não invalidando a lei do valor. A substituição do trabalho pela tecnologia é gradual, faz parte da contradição primeira entre capital e trabalho, representada pela tendência ao aumento da composição técnica do capital. Portanto, se coaduna completamente com a grande indústria e suas contradições, sendo que a substituição do trabalho como fonte de valorização do valor é feita gradualmente pela exploração da mais valia extraordinária derivada de novas descobertas tecnológicas incrementais patenteáveis, novas mercadorias de caráter tecnológico, levando o sistema a uma enorme instabilidade estrutural, dado a dificuldade de controlar esse tipo específico de mais-valia. Mais que isso, argumentar-se-á que os novos conceitos elaborados para dar conta dessa pretensa nova ordem capitalista não logram sucesso em se coadunar seja com a teoria marxista, seja com a realidade hoje vivida.

3.1 – Teoria da pós- grande indústria

Uma vez que, com a revolução microeletrônica, o capitalismo avança pelo caminho enunciado pela “lei da composição técnica do valor” assim como previsto por Marx (2006),

sua base técnica passa a se assentar de forma crescente no leito da automação. Se no Taylorismo/Fordismo o trabalho ainda é o cerne do processo de valorização, a necessidade cada vez maior do capital de se livrar das especificidades contraproducentes do trabalho vivo diretamente aplicado sobre a produção o leva novamente a avançar sobre o caminho da automação propiciado pela criação da *mass coletiva worker* e da sociedade de consumo. Também não mais estamos na situação que Paulani (2001) se refere como “negação do processo de trabalho” (Paulani, 2001, p. 699), que era característica da grande indústria, onde ocorre a “negação da existência [do trabalhador] como sujeito” (op.cit. p.703), mas sim em uma nova relação entre capital e trabalho, onde ocorreria a efetiva existência do trabalhador como sujeito negado. Assim caracteriza Paulani (2001):

O que significa isto? É que agora, nesta terceira fase [que a autora denomina “acumulação flexível”], exige-se do trabalho vivo que ele se ponha no processo como sujeito, não que se negue em objeto. Mas essa posição não pode evidentemente ser positiva, ela tem que ser negativa. Se ela for positiva, volta-se à situação anterior ao taylorismo/fordismo, com a lógica humana intrometendo-se na lógica abstrata da acumulação que o processo capitalista requer. O resultado final é semelhante ao da primeira fase (pois em ambos há pressuposição do sujeito negado), mas o sentido é oposto. (PAULANI, 2001, p. 706)

A análise de Paulani (2001) e a idéia de negação da negação tem origem em Fausto (1989) e sua formulação sobre a pós-grande indústria. O que tentaremos descrever no item 3.3 é o que consideramos se tratar de um equívoco teórico de Fausto (1989) e todos aqueles que o seguiram, desvio esse de alguma forma derivado da leitura de Marx (2006) nos momentos de descrição da grande indústria, conforme aponta Moraes Neto (2003). Antes disso, porém, se debaterá as teses segundo as quais o capitalismo teria adentrado uma nova fase de sociabilidade e relações sociais, que podemos chamar de *supremacia do imaterial*.

3.2– Neo-conceitos para uma era do pós

A partir [em especial] da década de 1960, uma verdadeira revisão e atualização da teoria econômica e política marxista da época se procede, com o objetivo de adaptar o instrumental analítico até então disponível a uma nova ordem que se impunha. Quais eram as características centrais desta nova ordem, em especial para o mundo do trabalho? Marques (1988) assim nos elucida:

O termo que melhor define a situação do mundo do trabalho nas décadas dos 80 e 90 é a palavra francesa *bouleversement*. Além da patente deterioração das condições de trabalho e da vida de parcela significativa da classe trabalhadora, assiste-se ao franco questionamento de

todos os valores erigidos durante o período do fordismo e o renascer, como verdade incontestada, dos princípios econômicos do capitalismo concorrencial.” (MARQUES, 1988, p.51)

A idéia de “questionamento” da lógica fordista do trabalho por parte dos trabalhadores, configurando assim uma revolta contra a sociedade disciplinar erigida ao redor deste sistema rígido de produção, é profundamente utilizada pela escola francesa da regulação para cunhar o termo “*pós-fordismo*”, que é assim definido por Sicsu (2004):

Neste ponto Piore e Sabel são bastante afirmativos, e visões como as deles inspiraram rótulos como ‘**Pós-Fordista**’, no sentido de estar se ingressando em **uma nova era** quando as maldades do ‘Taylorismo/Fordismo’ estariam sendo deixadas para trás. Valorizando a introdução da ‘Reconstrução de Tarefas’ e o trabalho em equipes, dizem reconhecer traços do reaparecimento, naturalmente em patamar mais elevado, do ‘Sistema dos Artífices’ [...] Este moderno ‘Sistema dos Artífices’ teria sua competitividade e versatilidade garantida pela utilização das inovações tecnológicas da automação e da informática, e se desenvolveria em diversos espaços. Poderiam então gozar, por exemplo, das vantagens da localização fora dos grandes centros [desterritorialização] e, ao mesmo tempo, se beneficiarem das economias de agregação, sob diversas formas. Nestas comunidades, a sinergia resultante da ação conjunta da cooperação e da concorrência entre as pequenas empresas, poderia garantir condições de enfrentamento até de grandes firmas de produção em massa. A estimativa da qualidade de vida dos trabalhadores, prevista para quando da generalização do modelo, é bem superior, tanto material como espiritualmente, em relação à dos trabalhadores da produção em massa. (SICSU; KATZ, 2004, p. 8-9)

A diferença fundamental entre a visão de Marques (1988) e Piore e Sabel encontra-se no fato de a primeira enxergar na transição da lógica fordista para os princípios do capitalismo concorrencial uma crise e deterioração na condição do trabalho e do trabalhador, enquanto os últimos saudam a mudança como uma conquista destes mesmos trabalhadores. Esta concepção de superação do fordismo – de Piore e Sabel e adotada por grande parte dos autores do que aqui denomino de *era do pós* - sugere, ao menos para o mundo dos trabalhadores, uma significativa mudança na qualidade de vida da classe operária. Esta melhoria estaria intimamente vinculada à luta dos trabalhadores contra o sistema rigidificado fordista, ou seja, a luta pela superação da “alienação” e “parcialização” extrema derivadas de anos de prevalência do sistema fordista rigidificado de produção. Como resposta do capital a este pleito da classe operária, surgiu pretensamente um novo sistema de organização da produção, que superava estas “maldades” do fordismo/taylorismo, iniciando-se assim uma era da “especialização e acumulação flexível”. Este se configuraria como o grande “presente” do capital ao trabalho; um “reconhecimento”, mesmo que tardio, de sua luta. Este tema será retomado mais a frente, quando se discute os conceitos de “trabalho imaterial” e “Império”.

Historicamente situada nas décadas de 1960 e 1970 e espacialmente localizada, em especial, na região norte da Itália conhecida como *Emilia Romana*⁵¹, esta nova forma de organização da produção, marcada por um processo de desterritorialização da produção e flexibilidade do trabalho, está no bojo do nascimento do que ficou conhecido como “*trabalho imaterial*”. De acordo com Lessa (2007), este conceito tem origem no ano de 1963, com a obra de Serge Mallet intitulada *La nouvelle classe ouvrière*, autor ligado ao PC Italiano e que enxergava na nova automação um passo fundamental na passagem rumo ao socialismo através do controle pelo trabalhador da produção e a ampliação do direito ao consumo. Este passo estaria vinculado ao surgimento de uma “*nova classe operária*”, que é assim caracterizada por Lessa (2007):

O trabalho manual que, segundo ele [Mallet], sempre teria sido a característica do trabalho operário, estaria ‘incorporando operações estritamente intelectuais’ [...] A própria ‘definição de classe operária’ estaria posta em questão [...] de tal modo que a ‘força manual do trabalho cede lugar ao exercício das faculdades psico-fisiológicas, a fadiga nervosa substitui a fadiga física [...] Essa ‘nova classe operária’ se caracterizaria, também, por ter acesso às mesmas mercadorias que as classe médias. As mesmas roupas, os mesmos carros, morariam nos mesmo bairros e passariam férias nas mesmas praias [...] ‘A classe operária efetivamente deixou de viver à parte’ (LESSA, 2007, p. 41)

Lessa (2007) aponta que outros autores – como Belleville e Gallie - seguiram os passos de Mallet, apesar de que com certas desavenças, ajudando a formular um núcleo teórico comum, que propunha uma revisão dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, trabalho manual e intelectual e, como consequência, uma “reclassificação” das classes sociais. Os conceitos ainda não eram presentes de maneira explícita nas obras destes autores, mas já estavam sendo gestados em sua análise. Apenas em um segundo momento⁵² os conceitos de “*trabalho imaterial*” e “*pós-fordismo*” ganham força e são mais bem articulados. Unificando a temática toyotista ou pós-fordista de Piore e Sabel ao debate acerca do conceito de “imaterialidade do ser social” - que, segundo Lessa (2007), é finalmente “parido”, após longa gestação, por Cohen⁵³ em sua obra *Karl Marx’s Theory of History – a defence* - autores como

⁵¹ Para entender melhor a história desta região e sua formação como local privilegiado de um momento pós-fordista de produção, ler Sicsu e Katz, 2004.

⁵² Que Lessa (2007) denomina o “segundo adeus ao proletariado”, e é desta forma caracterizado historicamente: “Se o primeiro adeus ao proletariado teve como pano de fundo as transformações nos processos de trabalho e o consumo de massa característicos dos países imperialistas nos anos 1950-60, o segundo adeus será marcado pelo impacto da nova etapa da crise que se instala nos anos de 1970, pela reestruturação produtiva, pela conversão do Estado de Bem-Estar no Estado Mínimo do neoliberalismo e pela queda do bloco soviético[...] Passamos de um momento de baixa intensidade da luta de classes no período de 1950-60, para um período contra-revolucionário a partir da década de 1980.” (LESSA, 2007, p. 56)

⁵³ Gabriel Cohen é conhecido como o fundador da corrente denominada “marxismo analítico”, que tem seu lócus nos EUA e nos países saxões, misturando influências das forças mais presentes em sua época – como, por

Gorz, Negri, Hardt e Lazzarato passam a trabalhar sob terreno comum, guardando alguma distância nas proposições, mas alcançando, de maneira geral, conclusões similares.

André Gorz⁵⁴ pode ser entendido como o primeiro destes autores a refletir acerca da questão da imaterialidade e suas conseqüências, já no início da década de 1980. Em sua famosa obra *Adeus ao proletariado* (1982), Gorz empreende uma radical crítica à ontologia do trabalho – ou, dizendo de outra forma, uma crítica “antropológica” da categoria trabalho – buscando relacionar a crise capitalista de então a uma crise na sociedade baseada no trabalho. A crise do trabalho seria resultado da diminuição absoluta da quantidade de trabalho no mundo, rumo à superação do “trabalho heterônomo” – aquele de origem taylorista, manual e dependente do capital – em detrimento de uma nova hegemonia do “*trabalho autônomo*” ou “*independente*” do capital, derivado da terceira revolução industrial e suas novas tecnologias microeletrônicas. A maior e mais polêmica conclusão a que chega é que, com a evolução da produtividade do capital, a classe operária tradicional tende a desaparecer, deixando apenas alguns resíduos, que o autor denomina de “não-classe” de “não-trabalhadores”, uma massa amorfa, expulsa do processo produtivo e que apenas gravita ao redor da circulação. A emancipação do trabalho, sob este olhar, se dá em uma perspectiva negativa, gerando desemprego e criando condições propícias a crises de realização. Em 2003⁵⁵ Gorz publica *O Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital* onde desenvolve os conceitos centrais de sua tese. Em seu estilo direto e retilíneo, Gorz assim analisa o período em que vivemos, oferecendo contornos mais claros ao conceito de “trabalho imaterial”:

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também como ‘capital humano’, ‘capital conhecimento’ ou ‘capital inteligência’. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples, que, desde Adam Smith, era considerado como a fonte do valor, é agora substituído pelo trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar. (GORZ, 2005, p.15, grifo adicionado)

exemplo, os estudantes universitários – e as técnicas mais avançadas de análise até então existente, provinda de base neoclássica, profundamente fundada na teoria dos jogos. Esta corrente busca, entre outras coisas, eliminar o que chama de “besteiras” presentes no marxismo de então, focando-se na eliminação do método dialético e em sua substituição pelo método positivista Popperiano.

⁵⁴ Gorz é um autor ligado ao PC Francês e profundamente influenciado pelo obreirismo italiano, sendo considerado por muitos o introdutor desta corrente em território Francês. Não é de se estranhar, portanto, as similaridades que encontramos entre sua obra e as obras de típicos representantes do obreirismo/autonomismo Italiano, como é o caso de Negri e Lazzarato.

⁵⁵ Para referências a esta obra, usaremos sua versão em português publicada em 2005 pela editora Annablume.

Esse parágrafo introdutório da obra de Gorz já traz consigo uma série de problemas conceituais como, por exemplo, a confusão – que em grande parte é a marca dos autores que tratam sobre esse tema encampando o conceito de imaterialidade – existente entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato na obra de Marx, que o leva a concluir pela inaplicabilidade da teoria do valor no capitalismo atual. Ao afirmar, por exemplo, que o ‘trabalho abstrato simples é agora substituído pelo trabalho complexo’, Gorz esquece que já existia trabalho complexo antes, e que Marx o tratou com clareza como trabalho simples potenciado, como já argumentado no capítulo primeiro, item 1.2.2 deste trabalho. Todas estas contradições são abordadas em maiores detalhes nas sessões três e quatro deste trabalho, sendo por hora necessário retomarmos o roteiro proposto nesta segunda fase deste capítulo, ou seja, descrever os novos conceitos introduzidos no debate marxista sobre a problemática do trabalho e do valor.

Seguindo os passos de Gorz, Antonio Negri e Michel Hardt publicam, em 2001, uma das obras de maior sucesso acerca da temática da centralidade do trabalho. De nome *Império*, a obra é profundamente influenciada pelo método pós-estruturalista de Foucault, Derrida e Deleuze e pelo momento histórico em que está inserido, marcado pela queda do muro de Berlim e o fim do socialismo real. A tese central da obra parte do fim da “sociedade disciplinar” fordista, organizada de um lado por um regime de produção econômico e por outro lado por um regime de controle político, que entra em crise no fim da década de 1950. As razões da crise estão, de acordo com estes autores, localizadas em um amalgama de processos materiais históricos. O primeiro por eles citado é a resistência operária fabril e do “operário social” - um tipo de proletário difuso, forjado no bojo da terceirização e autonomização do trabalhador – ao sistema de regulação fordista⁵⁶ e ao modelo de Estado Keynesiano⁵⁷, já que este entra em crise conjuntamente à derrocada do sistema fordista. De acordo com Negri, a subjetividade operária recusa a disciplina fabril, estatal e fordista, criando-se assim o espaço para uma nova subjetividade pós-moderna e pós-fordista,

⁵⁶ “[...] o ataque operário voltou-se diretamente contra o comando capitalista. A recusa ao trabalho e a unificação social do proletariado juntaram-se num ataque frontal contra a organização coercitiva do trabalho social e as estruturas disciplinares de comando [...] Havia, portanto, uma tendência à união do proletariado internacional ou multinacional, num ataque comum ao regime disciplinar capitalista” (NEGRI, 2001 p. 283/4)

⁵⁷ “Os mecanismos keynesianos e pseudo-imperialistas de Bretton-Woods acabaram entrando em crise quando a continuidade das lutas operárias nos Estados Unidos, na Europa e no Japão fez crescerem os custos da estabilidade e do reformismo, e quando as lutas antiimperialistas e anticapitalistas nos países subordinados começaram a minar a obtenção de superlucros.” (HARDT;NEGRI, 2001, p. 286)

inventando criativamente uma nova forma produtiva no capitalismo⁵⁸, passando do denominado “império fordista” para um novo “*Império*” em sua primeira fase⁵⁹.

Ainda segundo o autor, o segundo processo material relevante a ser considerado é de ordem econômica: em primeiro lugar, verifica-se um desenvolvimento acelerado e desenfreado da tecnologia da informação, em resposta ao isolamento do posto de trabalho gerado pelo método de repetição fordista, deixando assim o trabalho repetitivo para a máquina e transformando o operário em algo socializado, comunicativo, não mais isolado. Por outro lado, há a desconcentração da produção, baseada em uma pretensa “nova territorialidade” da empresa, da fábrica e, portanto, do trabalho. A empresa percorre um caminho da empresa fordista verticalizada rumo a uma rede de empresas desconcentradas e desterritorializadas, caindo por terra a hierarquia fordista. O que ficaria em seu lugar é o princípio da autonomia do trabalho, que produz a pós-modernização em rede, funcionando este como um “prêmio” da luta do operariado contra o regime disciplinar fordista. A definição destes autores para o trabalho imaterial, como bem notou Prado (2003) é a de trabalho no setor de serviços, em especial. Assim afirmam:

Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. (HARDT;NEGRI 2001, p.311).

Como argumentado no capítulo I, o fato do trabalho produzir bens intangíveis ou imateriais em nada altera sua característica de trabalho heterônomo, ao menos dentro do entendimento marxiano. Para Negri, no entanto, parece fazer toda diferença, por mais que não detalhe por que faz esta separação.

Esta pretensa nova forma produtiva seria, segundo o autor, global em sua natureza, quer seja em sua genealogia quer seja em sua forma de desenvolvimento. Isto ocorre por que estaria inscrito no “DNA” do operário social sua tendência a se globalizar, sendo este seu

⁵⁸ “O poder do proletariado impõe limites ao capital, e não apenas determina a crise mas também dita os termos e a natureza da transformação. *O proletário inventa, efetivamente, as formas sociais e produtivas que o capital será forçado a adotar no futuro*” (HARDT;NEGRI, 2001, p.289)

⁵⁹ Dois movimentos sociais históricos marcam este período: o primeiro diz respeito às sociedades contraculturais que emergem no mundo todo, com mais força nos países centrais, caracterizadas pela juventude que se opunha a guerra do Vietnã, assim como os *hippies* americanos com seu *slogan* “caiam fora!”, que marcava decididamente um total descontentamento com a sociedade e seus modos de regulação até então vigentes. O segundo movimento histórico marcante neste período diz respeito à crise econômica advinda e associada ao colapso dos grandes monopólios de setores economicamente vanguardistas, como foi o caso da IBM.

grande desejo e sua grande vitória. O Império nada mais é que uma forma de capitalismo pós-moderna, que na realidade não encontra uma forma de concretização, constituindo-se em um processo contínuo formado pela subjetividade dos trabalhadores:

As velhas análises do imperialismo [em particular as feitas por Rosa Luxemburgo, Lenin e Hilferding] não serão suficientes aqui, porque elas acabam se detendo no limiar da análise da subjetividade e concentram-se, antes, nas contradições do desenvolvimento do próprio capital. Precisamos identificar um esquema teórico que ponha no centro do palco a subjetividade dos movimentos sociais do proletariado nos processo de globalização e de constituição da ordem global. (NEGRI, A. 2001, p. 255, grifo adicionado)

Conforme Negri, na medida em que se desenvolve a tendência à globalização do Império e a desterritorialização da produção, as lutas de classe de base nacional passam a perder significado, sendo os tradicionais “sindicatos nacionais” substituídos por um novo antagonista para o capital, a “multidão”, resultado da difusão do operariado massa nacional para o operariado massa global, que tem uma nova subjetividade, agora global, contraposta à anterior, com base nos Estados Nacionais⁶⁰. O coração desse novo “regime produtivo” é a transição da produção para os serviços – ou desindustrialização, assim como anunciado anteriormente por Gorz - e uma transformação antropológica radical do trabalho, surgindo agora a figura de um pretense “*trabalho imaterial*”, um tipo de trabalho “comunicacional” e “afetivo”, de contato e interação entre seres humanos, localizado e produzido em uma rede informatizada e que pretensamente libertaria o homem do isolamento do posto de trabalho. É este tipo de trabalho que, de acordo com estes autores, se torna qualitativamente hegemônico na medida em que aponta uma tendência para o processo de trabalho, tomando lugar do trabalho concreto tradicional. A consequência do novo conceito de *Império* forjado por Negri, assim como a maioria de suas teses, é claramente explicitado em Lessa (2005), quando afirma que:

Nesse livro [Império], os autores não adiantam nenhum pressuposto novo, nem reelaboram qualquer das categorias decisivas de seus textos anteriores. Simplesmente elevam à teoria política universal o que antes cumpria um papel mais modesto em seu “sistema”: a extraterritorialidade da produção – ou seja, a hipótese de a produção ter deixado de se realizar apenas na fábrica e ter-se estendido a toda sociedade – foi elevada à extraterritorialidade do imperialismo. Tal como a conversão da sociedade em sociedade-fábrica cancela a possibilidade da luta contra a burguesia porque esta não mais existiria, a extraterritorialidade do império

⁶⁰ “Tendo alcançado nível global, o desenvolvimento capitalista está face a face com a multidão, sem mediação [...] A luta de classes, impelindo o Estado-nação para sua abolição e, portanto, indo além das barreiras postas por ela, propõe a constituição do Império como o sítio de análise e de conflito” (NEGRI, 2001 p. 256, grifo adicionado)

cumprir função análoga: não há mais países imperialistas e, portanto, lutar contra o imperialismo estadunidense [...] seria tão descabido como lutar contra os capitalistas. (LESSA, 2005, p.15)

3.3 – Críticas a uma era do pós

O surgimento de uma “economia política do imaterial” – ou, em nossos termos, de uma “era do pós” - no debate acadêmico não passou despercebido e, como não poderia deixar de ser, recebeu tratamento crítico de teóricos vinculados as mais diversas correntes do pensamento marxiano. Nesta seção se traz ao debate alguns destes críticos, seus argumentos e a contraposição que constroem, sempre dentro do marxismo, aos conceitos centrais dos ideólogos da “era do pós”, assim como uma contraposição entre os argumentos destes autores com a interpretação que fizemos no capítulo primeiro dos conceitos centrais marxianos por eles questionados.

A) O “*trabalho imaterial*” e seus produtos intangíveis.

Ao criticar a obra de Hardt e Negri, Prado (2005) retoma o entendimento de Marx acerca de categorias centrais para o debate em torno do “*trabalho imaterial*”. Segundo Hardt e Negri, assim define-se o trabalho abstrato:

“Da perspectiva de Marx no século XIX, as práticas concretas das atividades laborais eram radicalmente heterogêneas: as artes da costura e da tecelagem envolviam ações concretas incomensuráveis. Só quando abstraídas de suas práticas concretas as atividades laborais poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea, não mais como arte de costura ou arte de tecelagem, mas como gasto da força humana de trabalho, como trabalho abstrato.” (HARDT;NEGRI, 2001, p.313)

De acordo com Prado, a concepção de trabalho abstrato presente na obra de Negri que o caracteriza como gênero, de maneira a possuir como qualidade comum o dispêndio da energia humana - difere substancialmente do conceito marxiano, levando-o a conclusões equivocadas se utilizarmos, como pretendem os autores de *Império*, a teoria de Marx como fundamento. Assim coloca sua discordância:

Note-se, entretanto, que o conceito de ‘trabalho abstrato’ de Hardt e Negri não é o de Marx. Antes de tudo, porque trabalho abstrato em Marx não é trabalho em geral, ou seja, o gênero de muitos trabalhos concretos, mas trabalhos concretos reduzidos a trabalho abstrato [...] Em consequência, Marx trata o trabalho no modo de produção capitalista como duplicidade coexistente e antitética: trabalho concreto e trabalho abstrato. É bem sabido, ademais, que o gasto da força humana é, para Marx, apenas a base natural do trabalho abstrato e não o seu

conteúdo, que é social. É preciso registrar, agora, que Hardt e Negri caracterizam assim o trabalho, de modo divergente com o de Marx, em razão de uma incompreensão teórica. (PRADO, 2005, p. 52-3)

A incompreensão que trata Prado diz respeito à confusão feita pelos autores de *Império* acerca dos conceitos de trabalho concreto e abstrato. Ou seja, todas as características que eles atribuem ao novo “trabalho imaterial” – produtor de serviços “imateriais”, genérico, complexo, cooperativo, afetivo, intelectual, etc. – dizem respeito ao caráter concreto do trabalho, seu conteúdo material, e não ao trabalho abstrato, sua forma, conforme argumentado acima e longamente exposto no capítulo primeiro deste trabalho. A mesma crítica a essa “incompreensão teórica” está presente em Lessa (2005), quando define o trabalho abstrato como sendo “[...] não o contrário de trabalho concreto. Trabalho abstrato é trabalho explorado pelo capital, alienado pelo fetichismo da mercadoria. O contrário do trabalho abstrato é o trabalho emancipado, é a livre ação de produtores associados no comunismo” (LESSA, 2005, p.25). Portanto a conclusão de que o “trabalho imaterial” é a fundação de um novo tipo de trabalho autônomo e, como tal, libertador do indivíduo, perde completamente sua força argumentativa se considerarmos que: 1) o “trabalho imaterial” assim como descrito por Hardt e Negri - e em grande medida também por Gorz - nada mais é do que uma outra forma trabalho concreto, incapaz de alterar o fundamento do trabalho abstrato no capitalismo, qual seja, a valorização do valor através da extração de tempo excedente de trabalho. Mesmo que o consideremos um tipo de trabalho complexo, ainda assim ele é passível de ser “transformado” em trabalho simples potenciado, como discutido no capítulo 1; 2) não há possibilidade, dentro da lógica de valorização do valor e, portanto, do capital, do surgimento de um tipo de trabalho que garanta o controle do processo produtivo à ponta explorada, sem ser através de um processo revolucionário. Como o trabalho dito imaterial é incapaz de alterar o fundamento do trabalho abstrato e sua característica mais essencial, que é a produção de mais valia e a heteronomia do trabalho *vis-a-vis* o trabalhador, constituindo-se, outrossim, em uma mera mudança nas características formais e no caráter concreto do trabalho, tornando-se assim incapaz de inaugurar uma nova fase do capitalismo, ou do “comunismo com capital”, como Lessa (2005) caracteriza a proposta de Hardt e Negri.

Vejamos com mais vagar esta questão dada sua importância na construção conceitual no que chamamos aqui de teóricos da “era do pós”. De acordo tanto com Gorz quanto com Negri e Hardt, o dito “trabalho imaterial” seria marcado por um componente intelectual, sendo nomeado pelo próprio Gorz como “capital inteligência”, conforme vimos instantes

atrás. Fica pouco clara a diferença, neste caso, entre o trabalho intelectual que supervisiona e organiza a produção capitalista – o mesmo que Fausto se refere ao retomar das passagens dos *Grundrisse* – e o trabalho característico do setor de serviços. No entanto, dado nosso entendimento anterior que quando estes autores se referem a trabalho imaterial estão fundamentalmente vinculando-o ao setor terciário, se faz interessante buscar em Marx o entendimento acerca das características centrais que diferem o trabalho intelectual que observamos no setor de serviços – seja ele produtivo ou não⁶¹ - e o trabalho manual, de intercâmbio direto com a natureza, operado pelo proletário. A primeira distinção, e a mais notória, é a do conteúdo social de riqueza gerado por ambos os trabalhos: enquanto o proletário, em seu intercâmbio direto com a natureza, produz bens tangíveis, os serviços em geral produzem bens intangíveis, mesmo que produtivos sejam e, conseqüentemente, geradores de mais valia. Ou seja, apenas os proletários geram “novo capital”, capaz de se estocar e transacionar, enquanto os serviços consomem-se no mesmo momento de sua efetivação. É este o motivo que leva Marx a afirmar que “*A distinção fundamental entre proletários e outros trabalhadores produtivos reside em que, ao produzir mais-valia, o proletário ‘produz’ ‘capital’*” (MARX *apud* LESSA, 2007, p. 169). Esta diferença, no entanto, não deve ser considerada algo determinante no que diz respeito ao trabalho como produtor de valores. Conforme já discutido no item 1.2.3, o fato do trabalho gerar ou não um componente material não faz dele produtivo ou improdutivo; esta determinação é dada sob outro critério, o do trabalho produzir ou não mais-valia. Dizendo de outra maneira, não apenas a práxis do trabalho do proletário difere fundamentalmente da práxis do trabalho intelectual, mas também o conteúdo material da riqueza resultante de ambos é fundamentalmente diverso; não obstante, **ambos são capazes de produzir mais-valia e ampliar o ciclo de reprodução do capital**⁶², não se opondo de forma alguma neste aspecto, apesar de se oporem em diversos outros aspectos ao longo do processo produtivo. A pretensa existência de um “*trabalho imaterial*” que geraria um tipo de capital intangível, ou “capital inteligência”, parte do equívoco de que alterações na práxis do trabalho, ou mesmo na forma de gerência científica do trabalho, sejam capazes de alterar a natureza do regime de

⁶¹ A discussão acerca da produtividade e improdatividade do trabalho, seja ele intelectual, manual ou de qualquer outra especificação, esta discutida no capítulo 1 deste trabalho.

⁶² Novamente cabe lembrar a passagem em que Marx afirma: “Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação” (MARX, 1982, p. 584)

acumulação do capital. Em outras palavras, é afirmar que alterações na composição do trabalho concreto sejam capazes de alterar a relação de exploração subjacente ao trabalho abstrato.

Lessa (2007), ao tratar dos diferentes tipos de trabalho apresentados por Marx ao longo do livro primeiro d´*O Capital*, nos oferece a seguinte interpretação:

As ‘novas formas de trabalho’ e as ‘novas formas de gerência’ são expressões particulares do velho trabalho abstrato, formas específicas a um dado momento da crise estrutural do capital. Não implicam nem a abolição do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens, nem o desaparecimento da distinção marxiana entre o trabalho abstrato produtivo e o improdutivo, nem redimensionam a oposição entre trabalho intelectual e o trabalho manual como ‘inimigos’ na sociedade que conhece o ‘trabalhador coletivo’. Por extensão, não implicam, também, no desaparecimento da distinção entre proletários [...] e os outros assalariados que, produzindo ou não mais-valia, vivem indiretamente da riqueza produzida pelo trabalho proletário. A distinção entre trabalho e trabalho abstrato (o conteúdo material da riqueza social é produzida pelo trabalho, a mais-valia é produzida pelo trabalho abstrato; enquanto a quase totalidade dos atos de trabalho foi convertida em trabalho abstrato, nem todo trabalho abstrato opera o metabolismo com a natureza que caracteriza o trabalho) se revela, assim, também o fundamento objetivo da distinção entre proletários e assalariados em geral. (LESSA, 2007, p. 347).

Na mesma direção segue Antunes (2007) ao afirmar que:

Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção [...] Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão mercadoria que resultam da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante. (ANTUNES, 2007, p. 83)

As considerações tanto de Prado, Lessa quanto de Antunes parecem convergir no sentido de reafirmarem a centralidade do trabalho abstrato em uma economia capitalista, negando que alterações na forma do trabalho concreto possibilitem uma perda da centralidade do trabalho abstrato como categoria fundante do mundo atual e, portanto, do capital. A maior presença de trabalhos com características imateriais nos dias atuais não justifica uma nova ordem conceitual para definir os fenômenos observados; pelo contrário, a dinâmica do sistema se mantém a mesma assim como descrita por Marx, apenas ampliada em sua forma posta.

Analisando, por outro lado, as outras características atribuídas por Negri ao *novo* trabalho imaterial – o fato deste estar interligado em rede e ter o cunho comunicacional em sua origem – podemos ver o quão pouco o autor se apodera dos conceitos de Marx, apesar de tentar se justificar através destes, utilizando várias passagens de sua obra. As alterações tão propagadas por Negri dizem respeito claramente ao caráter coletivo do trabalho, que já era

vislumbrado e descrito por Marx desde o século XIX! O fato de agora o trabalhador estar ainda mais integrado, seja dentro da empresa, seja em suas filiais no mundo inteiro (através do advento da internet, a *world wide web*), apenas demonstra o potencial produtivo auferido pelo trabalho combinado. Como discutido ao longo do item 1.2.2, o trabalho coletivo tem a capacidade de gerar ao capitalista uma nova fonte de exploração do trabalho, qual seja, o ganho de produtividade auferido da integração de diversos trabalhos. O simples fato de os trabalhos agora interligados apresentarem características diversas daqueles interligados na época de Marx – por exemplo, se antes trabalhadores se interligavam em uma longa linha produtiva para criar mercadorias tangíveis, tais quais cadeiras, móveis, tecidos, etc. e agora eles se interligam para gerar produtos de natureza intangível, tais como projetos, serviços, relatórios, apresentações, etc., através de redes comunicacionais igualmente intangíveis – é cair mais uma vez na “concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias” (Antunes, 2004, p. 168). Mais que isso, é cair na segunda crítica de Marx a “mania de definir trabalho produtivo e improdutivo por seu conteúdo material”, qual seja, a de que a economia política dos burgueses acredita “que, se se considera o processo de trabalho como tal, só é produtivo o trabalho que resulta em um produto (produto material, já que aqui se trata unicamente de riqueza material).” (Antunes, 2004, p. 168). Ao tentar ir além de Marx, Negri ficou aquém de uma leitura respeitável de suas obras e conceitos.

Após todas estas observações, cabe considerar que a análise em questão se dá estritamente em uma ótica objetiva, podendo os teóricos da “era do pós” argumentar que a perda da centralidade do trabalho encontra-se sob a ótica da classe-para-si, e não da classe-em-si, ou seja, sob o prisma da subjetividade da classe operária, que não mais reconheceria no trabalho um conflito de classes. Esta argumentação, presente em especial na obra de Offe (1989) e Hardt;Negri (2001), conjuntamente à tese do trabalho imaterial, constituem o cerne do que podemos chamar da teoria da ‘perda da centralidade do trabalho’. Por este motivo, abordo esta polêmica na sessão que se segue.

B) Política e subjetividade operária

Em que consistiria a subjetividade da nova classe trabalhadora? No que ela difere fundamentalmente da visão da classe para-si que encontramos antes da ascensão dessa fase pós-fordista?

De acordo com Lessa (2005), Hardt, Negri e Lazzarato assim respondem estas questões:

A diferença fundamental entre a ‘subjetividade’ do capital e a ‘nova subjetividade’ é que, enquanto para a primeira a produção é imediatamente dominação, portanto, imediatamente separação entre produção e fruição do produzido, a segunda afirma-se historicamente pela identidade entre produção e fruição. A nova subjetividade surge precisamente como essa capacidade de fruir o produzido e produzir a fruição, com o que supera, na prática, toda a alienação capitalista (LESSA, 2005, p.62)

A negação da classe trabalhadora – ou “multidões”, conforme colocam os autores - à hegemonia do trabalho fordista rigidificado, ao isolamento do posto e ao trabalho abstrato, os leva a abandonar as fábricas rumo à constituição de uma nova forma de relacionamento social da produção nos interstícios do capital. O novo processo de produção capitalista, em grande parte derivado e determinado pela ação da classe trabalhadora, denotaria a vitória e realização de tal classe como ser social, através da libertação do isolamento do posto de trabalho e da criação de uma rede de comunicação compatível com o anseio por uma forma mais afetiva e comunicativa do trabalho. As novas tecnologias surgidas nesse processo seriam, em grande medida, a resposta dos capitalistas a esse processo desencadeado pela luta da classe trabalhadora, assim como as novas formas de gerência científica do trabalho delas oriunda. Há uma enorme confusão, nesse sentido, entre tempo de trabalho e tempo livre, sociedade e fábrica, através do surgimento do que os autores denominam de sociedade-fábrica⁶³, que mudaria a própria característica do capital, transformando-o em um “capital social” e garantindo grande **autonomia** à classe trabalhadora, criando desta forma um cenário de aparente “comunismo com capital”.

É exatamente nessa discussão sobre um novo processo produtivo capitalista e sua relação política com a classe trabalhadora que se insere Michael Burawoy (1989). O centro de sua análise encontra-se no aspecto da dominação política de classe e seus mecanismos,

⁶³ Lessa descreve da seguinte forma o conceito de sociedade-fábrica: “A ‘sociedade fábrica’, nessa primeira acepção, expressa a identificação entre produção e vida social. Como a produção já foi identificada à reprodução do capital, um procedimento rigorosamente lógico conduz os autores a pregarem que a anterior subsunção da sociedade ao capital é agora substituída pela *identidade absoluta* entre sociedade e capital (NEGRI, 1991, p. XX-XXI, 12-13)” (LESSA, 2005, p. 82)

tentando retomar uma discussão perdida pelo esvaziamento da dimensão política no espaço fabril e produtivo ao longo do debate acadêmico⁶⁴. A crítica que faz à sociologia industrial e seus modelos – fordista, taylorista, toytista, etc. - se baseia no argumento de que essa sociologia não percebe que o indivíduo é anterior ao modelo, fruto que é de uma luta política de classes – entre outros fatores – e se “estabiliza” em um modelo, mesmo que essa estabilidade seja relativa. Aqui, entretanto, encontramos uma profunda diferença entre Burawoy e alguns teóricos da “era do pós”⁶⁴: Enquanto os últimos baseiam seus argumentos acerca da formatação dos novos modelos produtivos basicamente no “conflito de classes” e na força criativa e potencialmente transformadora da classe trabalhadora (ou multidão), parecendo o novo modelo produtivo um prêmio desejado e insistentemente buscado por tal classe, Burawoy reafirma a importância, mesmo que relativa, do momento puramente “econômico” da produção e reprodução do capital, que passa por questões técnicas e pela lógica do tempo de trabalho excedente - que é uma variável histórica, mas não arbitrária. Ou seja, existem bases materiais que limitam a ação dos grupos, os quais apenas movem-se neste espaço. Assim afirma:

Em síntese, podemos afirmar que, em regra geral, os jogos dos trabalhadores se estabelecem de forma autônoma em oposição à direção, como sustentaram, de distintas perspectivas, Elton Mayo e Cornelius Castoriadis. Os jogos aparecem historicamente no marco do processo de luta e negociação, mas se desenvolvem dentro de limites definidos pela necessidade de salários mínimos e margens aceitáveis de lucro [...] Participa-se do jogo para se obter satisfações relativas, ou, nas palavras de Marcuse, satisfações repressivas. O jogo constitui uma necessidade que em sentido estrito é produto de uma sociedade “cujos interesses dominantes impõe a repressão (BURAWOY, 1989, p. 107, grifo adicionado)

Mas se é verdade que a idéia da criação de jogos – que supõe consentimento – partiu da classe trabalhadora através da formação de seus sindicatos, também é verdade que “[...] *em sua regulação intervém a direção, de forma coercitiva em casos necessários.*” (BURAWOY, 1989, p. 112). O autor também ressalta a instabilidade e a possibilidade de crises geradas por este sistema de jogos, ao afirmar que o jogo, no limite, pode colocar em risco os benefícios dos trabalhadores, apesar de garantir um salário mínimo. Isto, somado a fatores como

⁶⁴ “Depois de Marx, o marxismo do século XX tem tendido a reduzir, de forma demasiado geral e simplista, os trabalhadores assalariados a objetos de manipulação, de mercadorias compradas e vendidas no mercado, de entidades abstratas incapazes de resistência [...] Corresponde à sociologia industrial o mérito de haver recuperado o momento subjetivo do trabalho [...] Mas ao reafirmar o momento subjetivo, a sociologia industrial considera imutável o momento objetivo, e apresenta o trabalho assalariado e a privação inerente ao trabalho industrial como *conseqüências inevitáveis* e eternas da existência material em um sistema de escassez” (BURAWOY, M. 1989, p. 103)

desinteresse no trabalho e no jogo (crise de motivação) ou insegurança de alcançar suas metas por elas serem muito grandes ou pequenas (crise de legitimidade), pode por em risco o sistema produtivo flexível baseado nos jogos, levando-o a uma crise. (BURAWOY, p.116).

Por fim, cabe ressaltar a diferença na abordagem de Negri e Burawoy. Se para o primeiro a nova forma de produção assumida pela capital, o dito “*trabalho imaterial*”, representa uma conquista dos trabalhadores rumo a sua libertação, ou seja, na direção direta de seus anseios e desejos, para Burawoy o novo sistema produtivo, marcado pelo “regime hegemônico”, representa na realidade um consentimento dos trabalhadores à exploração do capital, mas agora sob regras mais brandas e menos coercitivas. Esse processo é derivado sem dúvida da luta de classe, mas também de fatores puramente econômicos, como já ressaltado anteriormente⁶⁵. Nada há de natural neste processo, mas sim histórico, e se por um lado marca uma vitória dos trabalhadores, tal vitória se dá num campo cada vez mais estreito de negociação, sempre dentro das regras de reprodução capitalista e da conseqüente exploração do trabalho, não representando a libertação tão desejada pelo trabalhador de seu trabalho alienante, mas sim uma nova forma de regulação das relações de classe. Os jogos limitam a “área” de luta dos trabalhadores, deixando-os cada vez mais restritos a questões de necessidade imediata, e não de libertação permanente, como fica claro nesta passagem conclusiva de Burawoy:

[...] Pela mesma razão, a insatisfação estava na impossibilidade de satisfazer as necessidades produzidas pelo capitalismo em geral, ou pelo jogo de “*arregláseras*” em particular, e não na impossibilidade de satisfazer uma série transcendente de “necessidades radicais”, nem se queria decidir coletivamente quais deveriam ser estas necessidades. Em síntese, a insatisfação, que é bastante intensa, não se orienta contra o capitalismo, mas a sua reprodução (BURAWOY, 1989, p.121)

⁶⁵ A grande indústria, em especial, guarda um profundo componente econômico como ponto de partida: a máquina. Assim afirma Marx: “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho. É mister, portanto, investigar como o instrumental de trabalho se transforma de ferramenta manual em máquina e, assim, fixar a diferença existente entre a máquina e a ferramenta.” (MARX, 2006 p. 427)

C) A possibilidade da “pós-grande indústria” de Fausto e o debate no Brasil

Por fim, cabe ressaltar a obra de Fausto (1989), de grande influência no Brasil e que busca, através de uma análise teórica dos *Grundrisse*, elaborar uma teoria da “pós-grande indústria”. Assim nos diz Fausto,

[...]a pós-grande indústria é uma *intervenção no tempo*. O tempo de trabalho se torna tempo de não-trabalho, em parte porque o tempo de trabalho não é mais tempo de trabalho, em parte porque a criação da verdadeira riqueza não se faz nele mas no seu outro.(FAUSTO, 1989, p.66).

Segundo Fausto, os rascunhos d’*O Capital* conteriam uma teoria, mesmo que implícita, que indicaria para a superação do trabalho como fundamento da riqueza social. Isto ocorreria em uma fase bastante avançada do capitalismo, onde a ciência e a técnica superariam o tempo de trabalho humano diretamente aplicado à produção como fonte de geração de novo valor. Este momento comporia uma nova fase do capitalismo, a *pós-grande indústria*.

A distância fundamental que guardamos de Fausto é de ordem conceitual, mesmo que a primeira vista possa parecer meramente semântica. O que tentamos descrever a seguir é o que consideramos se tratar de um equívoco teórico de Fausto (1989) e todos aqueles que o seguiram, desvio esse de alguma forma derivado da leitura de Marx (2006) nos momentos de descrição da grande indústria, conforme aponta Moraes Neto (2003).

Neste ponto, teremos que deslocar nossa análise da força viva de trabalho para averiguar a transformação sofrida pelas ferramentas e máquinas, que caracteriza o início da grande indústria capitalista. Primeiro, é fundamental retomar mais pormenorizadamente o que Marx entendia por maquinaria e automação. Assim define esse autor:

Tão logo a máquina possa executar sem ajuda do homem todos os movimentos necessários para elaborar a matéria prima, ainda que o homem vigie e intervenha de vez em quando, teremos um sistema automático de maquinaria [...] O conjunto do processo de produção já não está, então, subordinado à habilidade do operário; tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência. (MARX *apud* MORAES NETO, 2003, p. 41-2)

Fica claro que, para Marx, a maquinaria adequada à forma grande industrial relega o trabalho humano à função de vigia, substituindo o homem em “*todos os movimentos necessários para elaborar a matéria prima*”. Para isso, em diversos casos, será necessário

muito mais que apenas uma máquina, mas sim um sistema de máquinas interligadas⁶⁶, que encontraram sua força motriz no vapor, água ou, mais recentemente, na eletricidade. Contudo, em outro momento, Marx afirma:

*But this is not the road along which **machinery, by and large, arose, and even less the road on which it progresses in detail.** This road is, rather, dissection [Analyse] – through the **division of labor, which gradually transforms the workers’ operations into more and more mechanical ones, so that at a certain point a mechanism can step into their places.**(MARX, 1973, p.702)*

Ao afirmar que a maquinaria não surge como substituta imediata do trabalho humano, Marx possibilita a alocação de métodos de produção baseados na força de trabalho viva como métodos de produção grande industrial. Ao mesmo tempo, abre espaço para crermos na existência de alguma forma de produção mais avançada que a grande indústria capitalista, esta sim que torne o trabalho humano diretamente aplicado à produção como algo praticamente supérfluo, apesar de nunca totalmente sê-lo. Moraes Neto (2005) atribui esta ambivalência de Marx ao tempo histórico vivido por ele, marcado pela “cooperação simples de máquinas” e não pelo “sistema de máquinas”⁶⁷. A “cooperação simples de máquinas” estaria baseada na Máquina Ferramenta Universal (MFU)⁶⁸, além da indústria têxtil do século XIX, ambas ainda profundamente dependente do trabalho humano. Assim afirma Moraes Neto:

Acreditamos que a mencionada frase de Marx, na qual (ainda que ele pareça não desejar) se eterniza o trabalho apendicizado como imperativo tecnológico, está inteiramente informada por este padrão [da MFU]. Assumi-lo como caracterizador da produção sob a maquinaria significaria assumir “a perpetuidade do padrão ‘um homem / uma máquina’”, tal como visualizava Marx na atividade de tecelagem”. (MORAES NETO, 2003, p.15) Se essa prisão a um detalhe histórico da maquinaria pode explicar metodologicamente o recuo perpetrado por

⁶⁶ “A máquina-ferramenta combinada, que consiste num sistema coordenado de várias espécies isoladas ou agrupadas de máquinas-ferramenta, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo é o processo em toda a sua extensão, isto é, quanto menos for interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa, e quanto mais o mecanismo elimina a interferência humana, levando a matéria-prima de uma fase a outra. Na manufatura, o isolamento dos processos parciais é um princípio fixado pela própria divisão do trabalho; na fábrica mecanizada, ao contrário, é imperativa a continuidade dos processos parciais.” (MARX, 2006, p. 437)

⁶⁷ Marx define o sistema de máquinas como o mais avançado dentro da grande indústria, e o faz da seguinte forma: “A produção mecanizada encontra sua forma mais bem desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão. Surge, então, em lugar da máquina isolada, um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgãos de trabalho.” (MARX, 2006, p.438). O final desta passagem nos parece esclarecedor, pois ao afirmar que os membros do sistema de máquina irrompem nos seus inumeráveis órgãos de trabalho, Marx claramente remete ao gigante automático a categoria de órgão de trabalho, evidenciando a superfluidade do trabalho vivo diretamente aplicado à produção.

⁶⁸ Para entender melhor o debate de Neto sobre a MFU, a MFCN e a superação da dualidade “automação rígida/não automação flexível”, ver Moraes Neto (2003), no capítulo “Automação e trabalho: Marx igual a Smith?”.

Marx sobre a viabilidade técnica da abolição do trabalho, ela também pode explicar a “maquinaria da grande indústria” para Ruy Fausto, a qual eternizaria o trabalho aprendido à máquina. Para nós, está claro o equívoco de Marx, de dupla natureza: se ele mesmo afirma a existência dos dois padrões (sistema de máquinas e cooperação simples de máquinas), como pode considerar o segundo como característica genérica da produção sob a maquinaria? Além disso, ele mesmo admitiu que o sistema produtivo sofreria contínuo aperfeiçoamento, o que permitiria portanto observar, como tendência, a superação do padrão “um trabalhador / uma máquina” para o caso da cooperação simples de máquinas. (MORAES NETO, 2005, p. 13)

Após todas estas afirmações, é possível depreender de forma bastante precisa dois momentos da grande indústria em Marx: seu nascimento, quando converte o trabalho em apêndice do autômato – objetificando a força de trabalho viva - e seu desenvolvimento, onde transforma o trabalho vivo concreto diretamente aplicado à produção em algo residual. Isso deslocaria o cerne do processo de valorização do trabalho para a máquina e, em última instância, para a ciência e tecnologia por detrás dela, tornando cada vez mais importante no capitalismo moderno as formas de produção e extração de mais-valia extraordinária. De forma alguma podemos agrupar qualquer um destes movimentos no conceito de *pós-grande indústria*. Até mesmo esta fase do capitalismo, de profunda transformação no mundo do trabalho que rebete diretamente na forma de “valorização do valor”, está completamente adequada à descrição de Marx sobre a grande indústria, em especial a realizada nos *Grundrisse*. Não é plausível, portanto, caracterizá-la como um momento posterior à grande indústria, mas sim como um momento posterior **na** grande indústria, que ocorrerá – como ocorreu em determinados setores industriais – conforme seu desenvolvimento.

O fundamental a ser notado na análise de Fausto acerca da pós-grande indústria é que sua possibilidade de efetivação se passa unicamente no campo da análise teórica⁶⁹, de tendências pretensamente presentes na obra de Marx, mas não necessariamente encontram sua efetivação na história atual e tampouco são eventos datados pelo autor. Aqui a análise de Fausto se distancia em grande parte das obras de Gorz e Negri, assim como das análises de seus seguidores, como Paulani (2001) e Prado (2005), pois tanto uns quanto outros buscam na época recente uma forma de efetivação da pós-grande indústria capitalista e da perda da centralidade do trabalho, assim como seu corolário central, a perda de eficácia da teoria do valor para a sociedade capitalista contemporânea.

⁶⁹ Logo na abertura de seu artigo, Fausto dá conta do desafio teórico que se propõe, deixando pouco ou nenhum espaço para a objetivação histórica de sua análise. Assim afirma: “Haveria em Marx uma teoria do capitalismo de pós-grande indústria? A resposta não é muito simples [...] É isso que tentaremos fazer aqui, elaborando para essa terceira forma [a pós-grande indústria] conceitos análogos aos que Marx utilizou para a primeira [manufatura] e a segunda [grande indústria].” (Fausto, 1989 p. 47-8). Em momento algum Fausto parte para localizar essa possibilidade teórica na realidade, conforme argumentamos ao longo do artigo.

Ao realizar a crítica a teoria da pós-grande indústria presente em Prado (2005), Teixeira (2007) localiza corretamente a proposta teórica de Fausto (1989) no momento P da equação do capital, que é assim representada por Marx: $D - M... P... M' - D'$. Ou seja, a análise da pós-grande indústria por Fausto (1989) se dá em alterações no processo de produção, que ele indevidamente expande para alterações no processo de valorização como um todo. Já Prado (2005), ao tratar do mesmo tema, pensa no processo produtivo como um todo, se concentrando nas mercadorias advindas do processo de produção fundado na pós-grande indústria, mercadorias imateriais e, ainda segundo o autor, de difícil quantificação do ponto de vista do valor. Ao criticar tal visão, Teixeira (2007) nos esclarece um ponto fulcral da análise marxiana do valor. Assim afirma:

Que podemos concluir disso? Que, uma vez que no texto dos *Grundrisse* Marx se situa no interior do processo produtivo, em que o processo de valorização e a forma social estão pressupostos, e no qual as mercadorias estão postas apenas enquanto valores de uso de gerar novos valores de uso (seus valores estão pressupostos) trata-se aqui de um processo de produção de riqueza efetiva, de valores de uso. (TEIXEIRA, 2007, p.132-33)

Desta forma, o autor reforça nossa argumentação, de que fundamentalmente tanto Fausto, quanto seus seguidores, realizam uma confusão entre trabalho concreto e trabalho abstrato, assim como entre valor de uso (riqueza efetiva) e valor. É a derivação desta confusão teórica que os leva a vislumbrar uma nulidade ou inviabilidade contemporânea da lei do valor trabalho, ou seja, do trabalho como única fonte de valorização do valor. Exatamente por esta tese partir de um pressuposto notadamente equivocado, ela também alcança conclusões desacertadas, caindo no fetichismo denunciado por Marx.

A mesma conclusão pode ser encontrada em Antunes (2003), mas por outras vias. Ao definir sua categoria de “classe que vive do trabalho”, o autor amplia de sobremaneira o conceito de trabalhador produtivo sob o capitalismo atual, ao levar em consideração as diversas e mais profundas imbricações alcançadas pelos trabalhos improdutivos com a esfera da produção do valor. Afirma também que a tendência a redução orgânica do capital variável, juntamente com o crescimento de atividades antes consideradas improdutivas, nos leva a impressão estritamente fenomenológica que o trabalho vivo deixou de ser o cerne de valorização do valor, assim como afirmam os teóricos da “era do pós”. Mas a resposta de Antunes vem em seguida, esclarecendo qualquer dúvida quanto a sua posição acerca da questão da centralidade do trabalho como produtor de valores na sociedade capitalista contemporânea. Desta forma se posiciona:

Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. Não seria possível produzir capital e também não se poderia integralizar o ciclo reprodutivo por meio do consumo, uma vez que é uma abstração imaginar consumo sem assalariados. A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha. A tese de eliminação do trabalho abstrato, considerado dispêndio de energia física e intelectual para a produção de mercadorias, não encontra respaldo teórico e empírico nos países capitalistas avançados, como os EUA, o Japão, a Alemanha, e muito menos nos países do terceiro mundo. E tem como principal problema analítico o fato de desconsiderar as interações existentes entre – para usar a bela síntese de Francisco de Oliveira – a *potência constituinte* de que se reveste o trabalho vivo e a *potência constituída* presente no trabalho morto. (Antunes, 2003, p. 120)

Mais a frente, prossegue seu raciocínio:

Essa formulação, ao “substituir” a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva, acaba por desconsiderar um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Ou seja, desconsidera que o “trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas”, uma vez que a “tendência do capital para dar à produção um caráter científico é neutralizada pelas mais íntimas limitações do próprio capital: isto é, pela necessidade última, paralisante e anti-social, de ‘manter o já criado valor, como valor’, visando restringir a produção dentro da base limitada do capital (Antunes, 2003, p.121-2)

A argumentação de Antunes vai ao encontro do que acreditamos ser a forma correta de interpretar o fenômeno da “cientifização da produção” observada em particular ao longo do último quartel do século XX, e neste início de século XXI. A ciência não substitui o trabalho: ela se subjugou ao capital, assim como o trabalho, formando um “complexa e contraditória unidade”, que ao mesmo tempo que expulsa e exige o trabalho como fonte do novo valor. Essa contradição é a marca maior do capitalismo, e não é nem posterior nem anterior, não está nem além nem aquém deste: o é!

D) A falência do “Império” do pós.

Despojado dos conceitos que fundam suas bases estruturais, a idéia do “Império” revela sua verdadeira face e objetivo. A concepção de que a forma do trabalho encontrou sua completa adequação tanto na forma assumida pelo capital quanto na subjetividade da classe operária enreda uma série de subterfúgios teóricos que, quando desvelados, nos oferecem um quadro de **necessária apatia** da luta operária contra o capital, assim como seu corolário maior, a necessidade de aceitação de um mundo onde a continua exploração, agora travestida pelo consentimento, é o **único caminho** verdadeiramente transformador e revolucionário que

se apresenta diante da sociedade como um todo e da classe trabalhadora em particular, proposta com a qual não podemos concordar absolutamente. Não se trata aqui de acusar os autores em questão de mistificadores, mas sim apontar para o descolamento de sua teoria tanto da realidade, quanto da teoria marxista em particular. Trata-se, portanto, de desvendar os caminhos equivocados que seguiram suas análises e, em última instância, apresentar uma alternativa teórica que acreditamos mais fundada na realidade assim como mais condizente com o pensamento e a teoria marxista. É disto que nos ocupamos no capítulo que se segue.

CAPÍTULO 4– SUPERINDÚSTRIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Reafirmar a centralidade do trabalho como eixo organizador da vida social dentro do capitalismo nada mais é do que reafirmar a lei do valor, assim como descrita por Marx, e a própria predominância das relações capitalistas na sociedade contemporânea. Longe de representar uma apologia ao trabalho manual, proletário e alienado, como bem nos previne Antunes⁷⁰ (2007), aceitar a prevalência do trabalho abstrato significa enfatizar que, apesar das substanciais transformações sofridas no âmago do sistema capitalista de produção - dentre as quais se destacam as alterações na forma de organização científica do trabalho, a evolução dos diferentes setores da produção capitalista, a inter-relação contraditória entre trabalho manual e intelectual, a alteração da composição das classes e seus respectivos grupos, entre outras – o capitalismo continua a ser capitalismo, e o capital permanece com seu objetivo de ser valor que se valoriza.

Entretanto, as transformações acima citadas de alguma forma desembocam em processos que merecem nossa atenção e análise. A tese segundo a qual a economia tende à transição entre setores, até o final predomínio do setor terciário, derivada de uma concepção evolucionista dos setores predominantes na economia capitalista, não é nova no campo da economia. Mallet e Gorz adotam tal concepção “etapista” da evolução dos setores, mas certamente não foram os primeiros. Clark (1957), inspirado em Rostow, já havia feito estudos acerca destes fenômenos ao tentar explicar um processo que passou a ser conhecido como “desindustrialização”. Este termo foi concebido por Robert Rowthorn (1997), que se apóia na tradição clássica de Marx para fundar sua teoria e de onde extrai parte de uma discussão que ainda está em voga. Uma implicação interessante da tese deste autor é que em grande parte ela contradiz as conclusões de Clark (1957) que versa sobre a evolução da estrutura do mercado de trabalho e do emprego durante períodos de desenvolvimento econômico. Na realidade a conclusão a que chega Clark tem como base a chamada Lei de Engels, que afirma basicamente que a proporção da renda gasta em alimentação em um país pobre declina

⁷⁰ O alerta de Antunes diz respeito ao que ele chama de tendência de certas correntes marxistas a um “culto ao trabalho assalariado”, esquecendo-se das relações de dominação que ele representa. Para entender melhor esta crítica, ver Antunes (2007, p. 85-6)

conforme se verifica um aumento da renda *per capita*. Da mesma forma, e aqui extrapolando a Lei de Engels, Clark afirma que conforme o desenvolvimento da economia dos países ocorre, verifica-se uma mudança nos padrões de demanda da manufatura para o setor de serviços, inicialmente estagnando o setor manufatureiro e em última instância, reduzindo-o. Portanto, para Clark, o processo de desindustrialização é compreendido não como uma mudança na produtividade dos diferentes setores, mas sim como uma mudança no padrão de demanda decorrente da evolução da renda *per capita*. Tal raciocínio é similar ao de Rostow, pensando a evolução do sistema de forma etapista, evolutiva e darwiniana, visão esta por diversas vezes já foi contestada por estas características.

A análise de Rowthorn (1997) nos leva a concluir que, mesmo com a ausência de comércio internacional, fatores endógenos levam ao processo de mudança na estrutura do mercado de trabalho no decorrer do processo de industrialização e subseqüentemente acarretam o processo de **desindustrialização**. Primeiro, com a verificação da transferência de empregos do setor agrícola para a manufatura e posteriormente da manufatura para o setor de serviços. O argumento central aqui é que, diferentemente de Clark (1957), as diferenças nos ganhos de produtividade entre os diferentes setores explicam grande parte da transferência de empregos intersetorial. Essa conclusão mais uma vez leva a reafirmação de que o processo de desindustrialização é na verdade parte viva e inescapável da evolução do modo de produção capitalista e do processo de industrialização, não podendo ser entendido como algo a ser combatido, a não ser que desejemos combater o modo de produção capitalista como dinâmica preponderante nos dias atuais.

Aqui, podemos observar a similitude da conclusão de Rowthorn com a de Marx. Ambos compreendem que o desemprego na esfera industrial e manufatureira é uma conseqüência inescapável dos desdobramentos do processo de acumulação e industrialização dos países com maior renda. Por um lado, Marx demonstra como isso ocorre devido a alterações na composição técnica e orgânica do capital⁷¹. Por outro, Rowthorn acrescenta uma explicação de caráter intersetorial para compreender a redução do emprego industrial. Seja por uma perspectiva ou por outra, a conclusão a que chegam ambos é de que a perda do emprego industrial tradicional nos países de industrialização bem sucedida é parte integrante

⁷¹ “[...]condição ou conseqüência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos.” (MARX, 2006, p. 194)

de seu processo de desenvolvimento e acumulação, parte viva e necessária do processo capitalista de produção. Apesar disso, nos parece importante ressaltar que este processo não é absoluto do ponto de vista do capitalismo global. Pelo contrário, o que se apresenta sob este aspecto é um processo de **desindustrialização relativa**, onde os países centrais de economia capitalista avançada observam, conforme argumentado por Rowthorn, um decréscimo do emprego industrial; por outro lado, a periferia capitalista e/ou os países recém incorporados ao sistema capitalista de produção – como é o claro exemplo dos países do Leste Europeu e da China – apresentam o fenômeno inverso, qual seja, um aumento substancial do emprego clássico industrial. Além disso, o aumento da exploração do trabalho seja por repressão aos trabalhadores e seus sindicatos, ou pelas baixas regulamentações trabalhistas nestes países, é um fator compensatório sobre a queda do emprego industrial nos países centrais. Mais que isso, essa desindustrialização é apenas relativa se levarmos em conta que diversos setores da economia tradicionalmente classificados como terciários ou de serviço, passam a guardar características de grandes complexos industriais, dentro do espírito da ampliação do conceito de trabalho produtivo e trabalhador coletivo exposto no capítulo 1 deste trabalho. Ou seja, não é mais apenas o clássico trabalhador manual industrial o responsável pela produção de mais-valia de forma plenamente capitalista (através de uma relação de subsunção real ao capital), mas agora também devemos incluir uma série de setores de serviços nesta classificação, o que pode levar até ao crescimento do “trabalhador produtivo” sob o capitalismo contemporâneo.

Em todo caso, aceitando que existe realmente uma estagnação ou decréscimo do emprego industrial clássico nos países de capitalismo avançado⁷² combinado a um aumento da proporção do trabalho intelectual, podemos concluir que, ao menos nestes países, o capitalismo sofreu uma substancial transformação, que merece uma análise crítica detalhada para seu entendimento e compreensão. Ao rejeitarmos inicialmente o conceito de pós-grande indústria de Fausto (1989), o fizemos sob a alegação de que, mesmo o momento por ele proposto estaria inserido dentro do contexto que Marx chamou de grande indústria capitalista. Fizemos também a ressalva de que a grande indústria não pode ser entendida como um momento estanque, mas sim como um processo sob o qual se desenrola o processo de

⁷² Por mais que isso não signifique, de maneira alguma, um decréscimo total de operários industriais no mundo, nem mesmo nestes países. Nos países de capitalismo avançado, o decréscimo pode ser tanto absoluto quanto relativo, como bem nos mostra Rowthorn (1997). Por outro lado, o crescimento do emprego industrial em países semi-periféricos como China, Índia e até mesmo, nos últimos anos, Brasil, pode servir como base do processo de valorização do capital e demonstrar claramente a contínua necessidade do capitalismo do clássico trabalho proletário de intervenção direta na natureza.

acumulação de capital, com todas suas crises e contradições. Por este motivo, a grande indústria engloba mais de uma forma de organização científica do trabalho, assim como mais de um momento de desenvolvimento das forças produtivas. Denominaremos doravante o atual estágio avançado de desenvolvimento da grande indústria de **superindústria**⁷³, presente em especial em alguns (e não todos) setores industriais dos países capitalistas avançados e que tem conseqüências próprias para o mundo do trabalho. A primeira e mais clara conseqüência desta fase avançada da grande indústria nos parece ser a pretensa crise que ela traz para a teoria do valor. Entretanto, tal crise se situa unicamente no campo teórico, pois o processo de valorização permanece, mesmo que com novos obstáculos e sob uma nova base. Isto por que o processo de valorização depende cada vez menos do trabalho diretamente aplicado no processo produtivo – e sob o ponto de vista do capitalista, instável e limitado – e cada vez mais de novas revoluções científicas em períodos de tempo mais curtos, configurando um claro cenário de primazia da mais-valia extraordinária. Mas isto não quer dizer, sob hipótese alguma, a negação da teoria do valor e de uma sociedade do trabalho em seu sentido amplo⁷⁴. Como afirma Antunes (2007) “[...] *uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e conseqüentemente expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que, eliminando completamente o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo.*”(ANTUNES, 2007 p. 11). A diminuição da dependência do trabalho direto aplicado à produção já era uma característica prevista por Mandel (1982), conforme afirma Moraes (2006):

⁷³ Este nome foi obtido da obra de Haddad (1999), apesar do conteúdo não ser exatamente idêntico, exatamente pelo fato de não considerarmos a superindústria algo “além” da grande indústria. Consideramos que todos os elementos para analisar este atual estágio do capitalismo já se encontram nas obras de Marx, em especial os *Grundrisse*, como bem apontado por Fausto (1989), Rosdolsky (2003) e tantos outros. O que afirmamos com o conceito de superindústria é um momento altamente desenvolvido das forças produtivas, assentado majoritariamente em uma base técnica mecanizada e automatizada, onde o trabalho perde gradativamente mas definitivamente sua função de interventor direto do processo de produção – o que diferencia claramente este momento dos momentos anteriores marcados pelo taylorismo/fordismo/ohnóismo – e passa a novas funções, em especial à de desenvolvimento e aplicação da ciência no processo de produção, assim como a de vigia e interventor no processo de produção.

⁷⁴ O debate acerca da centralidade do trabalho e, portanto, da aceitação ou rejeição de uma crise na teoria do valor, é bem organizado em Vieira; Ouriques (2006). Diante da tipificação que este faz sobre as diferentes correntes críticas e defensoras da centralidade do trabalho, a posição assumida neste artigo é claramente vinculada à “corrente marxista da centralidade do trabalho”, e conclui de forma similar a Lessa quando afirma que “a tendência à diminuição do tempo socialmente necessário para a reprodução da base material [...] significa que o trabalho tende a ser central na vida cotidiana de uma parcela cada vez menor da população” (VIEIRA; OURIQUES, 2006 p. 167).

Ao concluir o *Capitalismo tardio* em 1972, Mandel já elaborava sobre os argumentos da desmedida do valor. Reconhecia o autor a emancipação crescente da força produtiva do indivíduo com relação ao esforço físico e nervoso, passando a depender cada vez mais, por outro lado, do equipamento e do conhecimento técnico ou científico. Isto repercutiu na fluidez das fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de trabalho livre e no enfraquecimento da relação entre a atenção e o interesse da atividade e o tempo de trabalho, fortalecendo a relação com a auto-afirmação e a autodeterminação por meio do trabalho coletivo imediato. Em última instância, a consolidação do processo de automação, com a superação do trabalho mecânico repetitivo, acaba com as medidas estritamente quantitativas do tempo de trabalho, que constitui, nos termos do próprio Mandel, “os meios históricos de arrancar de cada produtor a maior quantidade possível de mais-valia” (MANDEL, 1982, p. 406). (MORAES, 2006, p. 14)

O autor aqui introduz um elemento importante da análise, até aqui relegado num segundo plano: a questão do “tempo livre” e oposição ao “tempo de trabalho”. Este tema foi amplamente trabalhado na literatura econômica, em especial após a publicação da obra de Schumpeter (1997), que aponta a geração de tempo livre como condição importante da criatividade e do aprimoramento do trabalhador. O desemprego gerado pelo que ficou convencionalmente conhecido como “reestruturação produtiva” poderia ser, portanto, o epicentro para o lançamento de uma nova rodada de acumulação capitalista baseada no desenvolvimento científico e tecnológico. Esta conclusão de forma alguma é compartilhada por Marx e seus seguidores. Paulani (2001) enxerga assim o tempo de não trabalho neste novo momento da acumulação: “*O tempo de não trabalho, não é tempo para ele, como na utopia do anacoluto marxiano, é não trabalho, é sua estigmatização como pária (além das carências materiais que, no mundo não desenvolvido, vêm piorar-lhe ainda mais a situação)*” (PAULANI, 2001, p. 717). Mais radical é sua afirmação de que:

[...] enquanto a forma capitalista predominar de forma aqui considerada em seu sentido amplo, qual seja, o conjunto das relações que permitem a apropriação privada dos frutos da produção social, a expulsão da força viva de trabalho dos processos produtivos acaba conduzindo não à libertação do homem mas à sua condenação sob a forma de precarização, do desemprego e da exclusão. (PAULANI, 2001, p. 714-5)

Afirmar que o não-trabalho é a condenação do trabalhador ao estigma de pária social é afirmar, ao mesmo tempo, a centralidade da categoria do trabalho, mesmo na sociedade caracterizada pela grande indústria mecanizada⁷⁵.

⁷⁵ Antunes (2007) analisa com brilhantismo estas questões, em especial ao enfatizar a lógica tecnológica da ciência, ou seja, a apropriação da ciência não como ponto de partida rumo a uma sociedade cada vez menos dependente do trabalho, mas como cerne de um processo avançado de acumulação ainda baseada no trabalho vivo. Assim afirma: “Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. E é por essa restrição estrutural que libera e mesmo impele a sua expansão para o incremento da produção de valores de troca, mas impede o salto qualitativo societal para uma sociedade

A precarização e o desemprego são características predominantes desta nova fase que denominamos “superindustrial”. Muitos a relacionam, a nosso ver com correção, ao posicionamento assumido pelo Estado ao longo deste processo de transformação. Já em uma de suas primeiras obras, Marx & Engels (1989) delineiam os fundamentos de uma teoria do Estado, onde pela primeira vez colocam a questão do Estado de classe, ou seja, o Estado como organismo controlado por uma classe a serviço da valorização do capital⁷⁶. Prado (2005) aponta e caracteriza as diferentes configurações assumidas pelo Estado moderno burguês ao longo das diferentes formas de produção e apropriação do valor excedente da seguinte forma:

O Estado, para o liberalismo clássico, deve ser economicamente passivo; para o liberalismo social, ele deve regular ativamente a atividade econômica; já para o neoliberalismo [forma assumida pelo Estado moderno burguês na atual forma de produção], ele deve ser um agente econômico ativamente passivo [...] Deve ser, pois, um Estado que cria ativamente as condições para a acumulação do capital, que protege os monopólios das crises econômicas, que enfraquece o poder dos sindicatos de trabalhadores assalariados, que despoja os trabalhadores da seguridade social, que privatiza as empresas públicas, que transforma a oferta de bens públicos (como as estradas, os portos, etc.) em serviços mercantis, que não só levanta, enfim, os obstáculos ao funcionamento dos mercados e das empresas, mas é capaz de criar as condições para que estas últimas operem de forma lucrativa (PRADO, 2005, p. 133).

A idéia da criação de um Estado que participe ativamente da vida econômica com o objetivo de recuperar e manter a taxa de lucro em um nível adequado com as necessidades do processo de acumulação denota a inegável crise por qual passa o capitalismo moderno. Amin (2002) o caracteriza como *senil*; Moraes (2006) como *moribundo*. Seja lá como for, o coração da crise do capital está exatamente onde Marx nos apontou nos *Grundrisse*: a natureza auto-contraditória do capital, que ao mesmo tempo libera e necessita do trabalho vivo para se valorizar. Esta necessidade ainda não superada do capitalismo em relação à força viva de trabalho condena o capitalismo a retornar para o que Marx chamou de “base medíocre de valorização”, já que a crescente produtividade do trabalho e do capital exige mercados consumidores cada vez mais amplos, que por sua vez só podem ser ampliados à base do trabalho assalariado. Além disto, o capital teria perdido o controle sobre seu próprio processo de valorização. Antes, criou maneiras de controlar e se apropriar da força de trabalho vivo,

produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível, que a ciência não pode se converter na principal força produtiva autônoma e independente. Prisioneira desta base material, menos do que uma *cientificização da tecnologia*, há, conforme sugere Mészáros, um processo de *tecnologização da ciência*.” (ANTUNES, 2007 p. 12)

⁷⁶ “...o Estado adquiriu uma existência particular, a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos interesses” (MARX & ENGELS *apud* MORAES, 2006 p.4).

mas agora, encontra barreiras enormes para controlar a sua outra fonte de valorização: mais-valia extraordinária extraída da “inteligência coletiva”⁷⁷.

⁷⁷ Duas citações de diferentes autores chamam a atenção para este fato. Primeiro, Prado (2005) ao afirmar: “ Eis que essa inteligência coletiva é uma força que não pode ser apropriada como um todo, existe necessariamente de modo descentralizado, forma uma rede extremamente complicada e está em permanente processo de transformação” (PRADO, 2005, p. 135). Moraes (2006), ao citar Amin (2005), também levanta a questão do descontrole do capital, agora sobre sua antiga base de valorização: “No plano potencial ele mantém a pretensão de dominar o trabalho, porém, no plano do real, o trabalho só pode ser acionado pelo capital se prevalecer a lógica da rentabilidade, ou seja, se o “investimento” apresentar rentabilidade. Nos termos do próprio Amin, “...este funcionamento, excluindo da ocupação uma proporção crescente de trabalhadores potenciais (e, por isso, privando-os de qualquer rendimento) condena o sistema produtivo a contrair-se, se não necessariamente em termos absolutos, pelo menos só permite desenvolver-se a um ritmo de crescimento muito inferior àquele que a revolução tecnológica permitiria sem ela” (Amin, 2002: 82-3).” (MORAES, 2006, p. 3). A incapacidade do capital de encontrar sua base privilegiada e controlável de valorização é o que leva, em última instância, ao surgimento de um Estado neoliberal predatório, com o objeto de recuperar a pujança perdida pelo capital.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, tentamos demonstrar a impossibilidade de utilizarmos as categorias e conceitos propostos pelos teóricos do que denominamos de a “era do pós” para caracterizar e explicar as mudanças sofridas pelo capitalismo atual. O primeiro que tivemos contato, e um dos mais centrais para estes teóricos, é o conceito de “pós-fordismo”. Ele abre a galeria conceitual da “era do pós”, devido a ser o momento de ruptura com a situação pretérita, representando uma pretensa mudança social e econômica que marca a era que vivemos. O que se buscou demonstrar é que, não apenas o “pós-fordismo” não é capaz de por uma nova forma no conteúdo da relação capital/trabalho, como também não está situado em um momento “pós-Marx”, ou “pós – teoria do valor”; igualmente, encontra-se plenamente no seio do processo de desenvolvimento e avanço da pós-grande indústria mecanizada e, portanto, do avanço das próprias relações capitalistas. Representa desta forma uma nova maneira de controle sobre o elemento subjetivo do valor, aquele que o capital tem mais dificuldade de controlar e que, por isso mesmo, é o último a se submeter a seu completo julgo. Tal forma, mais apurada e adequada à crescente automação da grande indústria, não a “ultrapassa” teoricamente, mas a ela se inclui.

Em um segundo momento, buscou-se compreender o que é, para alguns, a consequência maior desta fase “pós-fordista” da produção capitalista: a “pós-grande indústria”. Procurou-se descobrir quais as bases conceituais centrais desta nova fase, assim como suas pretensas consequências para a teoria do valor marxista como um todo. O que tentamos argumentar é que existe uma enorme confusão promovida pelos autores do que aqui denominei como “era do pós” quando tratamos dos conceitos centrais da teoria de Marx, sob os quais pretensamente tais autores se apóiam para alcançar suas conclusões. Ao tentarem atrelar a pós-grande indústria a uma pretensa dominância do trabalho imaterial e comunicacional, o que, sempre segundo estes autores, negaria a teoria marxista do valor-trabalho, tais autores caem na armadilha fetichista que Marx alertou: a confusão entre trabalho concreto e trabalho abstrato, assim como entre os conceitos de valor de uso e valor. Ao invés de uma teoria “pós-Marx”, os autores retomam os equívocos cometidos pelos economistas políticos pré-Marx, revelando o caráter reacionário de suas conclusões.

O que vemos hoje ainda é o clássico processo de acumulação capitalista, baseado na exploração do trabalho alheio e na valorização do valor. Apesar disso, o desenvolvimento econômico ao longo da história gerou, como não podia deixar de ser, alterações significativas nas estruturas das economias capitalistas. Tais alterações, apesar de incapazes de superar ou transformar as bases de sustentação da economia capitalista, merecem ser analisadas em suas devidas dimensões e entendidas como processos endógenos de transformação por qual passa o capital. Conceitos como os de “desindustrialização relativa” e “superindústria” contribuem, a nosso ver, com uma análise realista e adequada aos processos atuais que atravessa o capitalismo, ressaltando suas limitações, crises e conflitos. Tais conceitos procuram se manter fiéis a tradição marxiana de entendimento do processo de trabalho e produção, guardando grande vínculo com a realidade e a tradição deste pensamento.

O alto grau de irrealismo e descolamento da realidade que encontramos nos conceitos e, em geral, no corpo teórico da escola da “era do pós” nos faz crer, em alguns casos mais que outros, que se devem abandonar as ilusões subjetivistas e retomarmos com um olhar cada vez mais crítico a realidade material que ainda se encontra por detrás das relações sociais hoje vigentes. Tais conceitos subjetivistas, portanto, não só em nada se coadunam com uma leitura minimamente mais minuciosa da obra marxista, como tampouco se enquadram em uma análise realista de nosso momento histórico. A exploração, o desemprego, as crises e o poder do capital permanecem mais vivos do que nunca, em alguns casos cada vez mais notórios e generalizados. Tendo isto em vista, creio que uma leitura cuidadosa da obra de Marx ainda seja uma fonte privilegiada para compreensão dos mecanismos de transformação e dos processos econômicos e sociais de nosso tempo. Suas principais conclusões, no que diz respeito em especial ao mundo do trabalho e a relação de classes, ainda são plenamente aplicáveis nos dias atuais. As alterações sofridas pelo capitalismo neste período, apesar de importantes e substanciais, não foram capazes de alterar o funcionamento de suas principais leis e tendências, sendo necessário apenas captarmos teoricamente estas transformações, compreender suas bases e processos materiais e conceituá-los dentro do corpo teórico do pensamento marxista. Diversas outras correntes de pensamento, sem sombra de dúvida, são capazes de contribuir enormemente com a compreensão destes fenômenos, endereçando a eles um escopo diverso da tradição marxiana. Apesar de reconhecer a necessidade cada vez mais premente de diálogo entre as diferentes correntes do pensamento econômico, creio que o objetivo deste artigo em descaracterizar as teses dos teóricos da “era do pós” como teses

estritamente marxista contribui para o esclarecimento e elucidação do debate, impedindo assim uma recorrente confusão causada pelas “idéias fora do lugar”, muito comuns não apenas em território “tupiniquim”.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003
- AMIN, Samir. **O capitalismo Senil**. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, 2002, num. 11. P. 79 -102.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo – Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1999
- BRAGA, Ruy. **A nostalgia do Fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Xamã, 2003.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BURAWOY, Michael. **El consentimiento em La produccion: Los câmbios Del processo productivo em el capitalismo monopolista**. Madri: Ministério de trabajo y seguridad social, 1989.
- CIPPOLA, Francisco Paulo. **Economia Política do Fordismo, Taylorismo e Teamwork**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003
- CLARK, Colin., **The Conditions of Economic Progress**. London: Macmillan, 1957
- FAUSTO, Ruy. **A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles)**. Lua Nova, n.19, novembro de 1989.
- GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro. Forense Universitaria, 1982.
- GORZ, Andre. **O Imaterial. Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.
- HADDAD, Fernando. **Trabalho e classes sociais**. Tempo social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, outubro de 1997.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**, Companhia das letras, 2005.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUPERI, Mauricio. **A segunda negação do processo de trabalho**. São Paulo, FEA/USP, Dissertação de mestrado, 2003.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. **Automação, microeletrônica e o trabalhador**. São Paulo: Bional, 1988.

MARX, Karl. **Capítulo inédito d'O Capital – resultados do processo de acumulação imediato**. São Paulo: Publicações Escorpião, 1975.

_____. **Grundrisse - Outlines of the Critique of Political Economy**. Penguin, 1973. Disponível em: < <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/>>

_____. **O capital, crítica da economia política**. Livro I, Vol I, Livro II, vol. III e Livro III, vol. IV e V. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006

_____. **O capital, crítica da economia política**. Livro I, Vol II, São Paulo: Difusora editorial, 1982

MARX, Karl e ENGLES, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

MORAES, A. C. . **Capitalismo moribundo**. Lutas Sociais (PUCSP), v. 15/16, p. 40-53, 2006.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de: **Século XX e trabalho industrial - Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: ed. Xamã, 2005.

_____. **O século XX e a teoria marxista do processo de trabalho**. Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo - SP, v. 15, 2002.

_____. **Observações sobre os Grundrisse e a História dos processos de trabalho**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro - RJ, v. 16, 2005.

NETO, João Machado Borges. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. Tese de doutoramento: São Paulo, 2002.

OFFE,C. **Trabalho: Categoria sociológica chave?** In: Capitalismo desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 167-197.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização, Do Capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003

PAULANI, Leda M. **O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – uma análise dos dilemas contemporâneos**. Estudos Econômicos, São Paulo, v.31, n.4, 2001.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do Valor: crítica da pós grande indústria**. Editora Xamã, 2005.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861 a 1863**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

ROSDOSLKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital, de Karl Marx**. São Paulo: Eduerj; Contraponto, 2001

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. **Deindustrialization: Causes and Implications**. IMF, work paper (WP) 97/42. Abril 1997. Disponível em: < <http://www.ucl.ac.uk/~uctpa36/rowthorn.pdf> >

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Ed Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1997

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo, Ed Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.

SICSU, Abraham e KATZ, Frederico. **Questionando a periodização “Fordismo” – “Neofordismo”**. Mudanças tecnológicas e reflexos no mundo do trabalho. Abet, Recife, V. IV, n. 02, julho/dezembro 2004.

SINGER, Paul. **Trabalho produtivo e excedente**. Revista de Economia Política. Vol I. n° 1, janeiro/março 1981

TEIXEIRA, Francisco J. S. **O capital e suas formas de produção de mercadorias: Rumo ao fim da economia política**. São Paulo: Unicamp, 2000. Disponível em: < www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/D_Teixeira.pdf >

TEIXEIRA, Rodrigo A. **Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial**. Tese de doutorado, USP, 2007

VIERIA, Pedro Antonio e OURIQUES, Helton Ricardo. **Elementos para uma crítica da centralidade do trabalho**. São Paulo: Pesquisa & Debate, vol. 17, n. 2 (30) pp. 149-172, 2006.